

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIV

FLORIANÓPOLIS, 30 DE AGOSTO DE 2005

NÚMERO 5.471

15ª Legislatura  
3ª Sessão Legislativa

## MESA

Julio Cesar Garcia  
**PRESIDENTE**

Herneus de Nadal  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Nilson Gonçalves  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Lício Mauro da Silveira  
**1º SECRETÁRIO**

Pedro Baldissera  
**2º SECRETÁRIO**

Valmir Comin  
**3º SECRETÁRIO**

José Paulo Serafim  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
João Henrique Blasi

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Manoel Mota

**PARTIDO DA FRENTE  
LIBERAL**  
Líder: Antônio Ceron

**PARTIDO DOS  
TRABALHADORES**  
Líder: Paulo Eccel

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Clésio Salvaro

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO LIBERAL**  
Líder: Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR  
SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Jorginho Mello – Presidente  
Celestino Secco - Vice Presidente  
Onofre Santo Agostini  
Sérgio Godinho  
Romildo Titon  
Joares Ponticelli  
Vânio dos Santos  
Paulo Eccel  
João Henrique Blasi  
**Terças-feiras, às 9:00 horas**

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Rogério Mendonça – Presidente  
Reno Caramori - Vice Presidente  
Wilson Vieira – Dentinho  
Narcizo Parisotto  
Nelson Goetten  
Jorginho Mello  
Vânio dos Santos  
**Terças-feiras às 18:00 horas**

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Francisco de Assis – Presidente  
Celestino Secco – Vice Presidente  
José Carlos Vieira  
Afrânio Boppré  
Francisco Küster  
Gelson Sorgato  
Narcizo Parisotto  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Reno Caramori – Presidente  
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente  
Gelson Sorgato  
Afrânio Boppré  
Narcizo Parisotto  
Francisco Küster  
Gelson Merisio  
**Quartas-feiras, às 18:00 horas**

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Afrânio Boppré – Presidente  
Antônio Carlos Vieira - Vice Presidente  
Sérgio Godinho  
José Carlos Vieira  
Paulo Eccel  
Francisco Küster  
João Henrique Blasi  
**Terças-feiras, às 10:00 horas**

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Wilson Vieira – Dentinho – Presidente  
Gelson Merisio - Vice Presidente  
Antônio Ceron  
Antônio Carlos Vieira  
Dionei Walter da Silva  
Rogério Mendonça  
Manoel Mota  
Francisco Küster  
Odete de Jesus  
**Quartas-feiras, às 09:00 horas**

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dionei Walter da Silva – Presidente  
Onofre Santo Agostini - Vice Presidente  
Wilson Vieira – Dentinho  
Manoel Mota  
Jorginho Mello  
Sérgio Godinho  
Antônio Carlos Vieira  
**Quartas-feiras às 11:00 horas**

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Gelson Merisio – Presidente  
Paulo Eccel – Vice Presidente  
Joares Ponticelli  
Genésio Goulart  
Vânio dos Santos  
Jorginho Mello  
Sérgio Godinho  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Sérgio Godinho – Presidente  
Ana Paula Lima – Vice Presidente  
Jorginho Mello  
Nelson Goetten  
Afrânio Boppré  
Reno Caramori  
Simone Schramm  
**Quartas-feiras, às 13:00 horas**

### COMISSÃO DE SAÚDE

Onofre Santo Agostini – Presidente  
Joares Ponticelli - Vice Presidente  
Clésio Salvaro  
Odete de Jesus  
Genésio Goulart  
Ana Paula Lima  
Dionei Walter da Silva  
**Terças-feiras, às 11:00 horas**

### COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ana Paula Lima – Presidente  
Odete de Jesus – Vice  
Francisco Küster  
Cesar Souza  
Simone Schramm  
Reno Caramori  
Francisco de Assis  
**Quartas-feiras às 10:00 horas**

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO


Romildo Titon – Presidente  
Ana Paula Lima - Vice Presidente  
Paulo Eccel  
Antônio Ceron  
Celestino Secco  
Odete de Jesus  
Simone Schramm  
**Quartas-feiras às 08:00 horas**

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Antônio Carlos Vieira – Presidente  
Francisco de Assis - Vice Presidente  
Gelson Merisio  
Romildo Titon  
Vânio dos Santos  
Clésio Salvaro  
Narcizo Parisotto  
**Terças-Feiras, às 18:00 horas**

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Clésio Salvaro – Presidente  
Francisco de Assis – Vice Presidente  
Celestino Secco  
Antônio Ceron  
Wilson Vieira – Dentinho  
Cesar Souza  
Joares Ponticelli  
Narcizo Parisotto  
João Henrique Blasi  
**Terças-Feiras, às 18:00 horas**

DEPARTAMENTO PARLAMENTAR	DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA EXPEDIENTE	ÍNDICE
<p><b>Divisão de Anais:</b> responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Diretor: Eder de Quadra Salgado</p> <p><b>Divisão de Taquigrafia:</b> responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Diretora: Lenita Wendhausen Cavallazzi</p> <p><b>Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> responsável pela impressão. Diretor: Claudir José Martins</p>	 <p><b>Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500</b> <b>Internet: www.alesc.sc.gov.br</b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA</b> <b>ANO XII - NÚMERO 1696</b> <b>1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES</b> <b>EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS</b></p>	<p><b>Plenário</b> Ata da 058ª Sessão Ordinária da 15ª realizada em 23/08/2005.....2 Ata da 026ª Sessão Solene da 15ª realizada em 23/08/2005...20</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Projetos de Lei.....25 Projeto de Lei Complementar .....27 Projeto de Resolução .....29 Redações Finais.....29</p>

## PLENÁRIO

# ATA DA 058ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2005 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes srs. Deputados: Afrânio Boppré - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Francisco de Assis - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Carlos Vieira - José Serafim - Julio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Rogério Mendonça - Sérgio Godinho - Simone Schramm - Valmir Comin - Vânio dos Santos - Wilson Vieira.

### SUMÁRIO

#### Breves Comunicações

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Aborda o credenciamento de leitos de UTI para o Hospital Santa Cruz, de Canoinhas e uma sala especial para exames através de ressonância magnética.

**DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ** - Lamenta o incêndio ocorrido no mercado público de Florianópolis; ressalta que está marcado para o dia 23 de outubro o plebiscito da água.

**DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS** - (aparte) - Aborda a falta de equipamentos adequados para os bombeiros da capital.

**DEPUTADO CELESTINO SECCO** - Refere-se a sua participação na reunião da União dos Legislativos Brasileiros, em Brasília.

**DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER** - Aborda a convenção do PSDB.

#### Partidos Políticos

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** - Aborda o pedido do STJ para processar o governador; comenta convênio entre secretaria de estado e o conservatório lagunense de música, refere-se ao pedido do governador para se ausentar do país. Aborda a transferência da secretaria da fazenda para o centro administrativo do governo.

**DEPUTADO GENÉSIO GOULART** (aparte) - Tece comentários sobre o convênio assinado com a secretaria regional de Laguna para a reabertura da barra do Camacho.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Indaga sobre o pedido do governador para se ausentar do país.

**DEPUTADO ALTAIR GUIDI** (aparte) - Coloca que a abertura da barra do Camacho já foi feita por governos anteriores.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Ressalta que a barra do Camacho se mantinha aberta no governo passado.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de São Martinho e do ex-prefeito Jorge Leonardo Nesi.

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** (pela ordem) - Aborda o pedido do STJ para processar o governador.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Aborda o pedido do STJ para processar o governador.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI** (pela ordem) - Aborda informação da coluna de Fabian Lemos sobre a viagem do governador.

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** (pela ordem) - Comenta publicação no Diário da Assembléia sobre a viagem do governador.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI** (pela ordem) - Indaga sobre a comunicação do secretário Roberto Colin; a respeito da viagem do governador ao Chile.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Indaga sobre a comunicação de secretário Roberto Colin a respeito da viagem do governador ao Chile.

**DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS** - Aborda atividades do PT como o encontro para discutir sobre política pública para as mulheres e o encontro entre prefeitos e vereadores; refere-se à eleição para presidente do PT; critica as privatizações; critica o sensacionalismo da imprensa sobre a crise política.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (aparte) - Critica o sensacionalismo da imprensa sobre a crise política nacional.

**DEPUTADO NELSON GOETTEN** - Aborda nota do colunista Fabian Lemos sobre a jornalista Lúcia Hipólito; critica a atual situação do PT nacional.

**DEPUTADO ANTÔNIO CERON** (aparte) - Coloca que é importante trazer a verdade do ponto de vista de cada um a respeito do PT.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (aparte) - Ressalta que o povo quer que Lula fique no poder.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Aborda o convênio realizado entre a Secretaria da Saúde e a Fundação Catarinense de Educação Especial, em São José. Refere-se a projeto de lei sobre a distribuição gratuita de protetor solar para portadores de câncer de pele.

**DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER** - Aborda acontecimentos ocorridos ao longo da história no mês de agosto.

**DEPUTADO NELSON GOETTEN** (aparte) - Refere-se aos atuais acontecimentos na política.

#### Ordem do Dia

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** (pela ordem) - Aborda o veto parcial ao PL nº 0076/2005 sobre o Refis.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI** - Encaminha a votação pela manutenção do veto ao PL nº 0076/2005.

**DEPUTADO ANTÔNIO CERON** - Encaminha pela rejeição do veto ao PL nº 0076/2005.

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** - Refere-se ao projeto do Sapiens Parque e ao PL nº 0076/2005.

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** - Solicita a retirada da pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 0014/2005.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI** (pela ordem) Concorda que seja solicitado o documento a que se refere o Deputado Antônio Carlos Vieira.

**DEPUTADO ANTÔNIO CERON** (pela ordem) - Manifesta sua abstenção com relação ao PL nº 0265/2005.

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** - Comenta a respeito do requerimento ao Secretário da Fazenda sobre o Sistema de Administração Tributária.

**DEPUTADO GELSON SORGATO** (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento de votos de pesar à família do Deputado Romildo Titon, pelo falecimento de sua mãe.

**DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER** (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento de voto de pesar à família do Deputado Romildo Titon, pelo falecimento de sua mãe.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento de voto de pesar à família do Deputado Romildo Titon, pelo falecimento de sua mãe.

**DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS** (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento de voto de pesar à família do Deputado Romildo Titon, pelo falecimento de sua mãe.

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento de voto de pesar à família do Deputado Romildo Titon, pelo falecimento de sua mãe.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento de voto de pesar à família do Deputado Romildo Titon, pelo falecimento de sua mãe.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** (pela ordem) - Parabeniza o Rotary Internacional pela doação de vacinas ao Ministério da Saúde.

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento cumprimentando o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville.

**DEPUTADO GELSON SORGATO** (pela ordem) - Solicita que seja verificada a data de aniversário do município de Entre Rios, com relação ao requerimento da Deputada Odeete de Jesus.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** (pela ordem) - Coloca que mesmo se já houver passado o aniversário do município de Entre Rios, ainda é tempo de cumprimentos.

**DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS** (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento de votos de pesar à família do jornalista José Carlos Aguiar.

**DEPUTADO GENÉSIO GOULART** (pela ordem) - Solicita subscrever moção que solicita antena de telefonia celular no município de Grão Pará.

#### Explicação Pessoal

**DEPUTADO GENÉSIO GOULART** (pela ordem) - Registra a presença de amigas da Cooperativa de Eletrificação Rural de Anita Garibaldi.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Aborda a prova de língua portuguesa do concurso público para o Magistério de Santa Catarina.

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** (aparte) - Aborda o repasse de recursos para a Secretaria da Comunicação gastar com publicidade.

**DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS** - Reporta-se à sessão solene em comemoração ao Dia do Bancário; rebate colocações do Deputado Nelson Goetten a respeito do PT; elenca obras realizadas pelo governo federal.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** (aparte) - Defende Deputado do PFL que transportava malas com dinheiro para São Paulo.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Critica colocações do Deputado Joares Ponticelli quanto à prova do concurso para o Magistério.

**DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER** (aparte) - Concorda com o Deputado Manoel Mota com relação às críticas às colocações do Deputado Joares Ponticelli no que se refere ao concurso para o Magistério.

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** (aparte) - Defende as colocações do Deputado Joares Ponticelli com relação ao concurso para o Magistério.

**DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA** - Analisa pronunciamentos anteriores do Deputado Nelson Goetten.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (aparte) - Critica colocações do Deputado Nelson Goetten.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Refere-se aos 43 anos do Besc; aborda encaminhamentos da audiência pública realizada através do Fórum Permanente do Fome Zero; fala da criação do Conselho Estadual dos Direitos Humanos; comenta denúncias recebidas na Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher.

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** - Reporta-se à exigência da instalação do Transmissor Eletrônico de Fundos; comenta a crise política em nível nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. Deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar o sr. Deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. Presidente, sras. Deputadas e srs. Deputados, reporto-me, hoje, à cidade de Canoinhas, onde há o Hospital Santa Cruz, não um hospital regional, mas que atende as emergências do planalto norte.

Hoje conversamos com o Secretário da Saúde, e queremos parabenizar a saúde do estado de Santa Catarina por anunciar o credenciamento de dez leitos de UTI, o que vai beneficiar uma população de aproximadamente 300 mil habitantes que fazem parte dos municípios do planalto norte - e lá um leito de UTI é o mais importante de um hospital.

O Hospital Santa Cruz, que atende 70% a 80% dos pacientes pelo SUS, está deficitário porque atende a população mais carente. Como é um hospital deficitário, a prefeitura de Canoinhas faz um aporte de R\$ 20 mil para complemento com gastos hospitalares.

Com a notícia do credenciamento de dez leitos para UTI, sem dúvida alguma os pacientes serão melhor tratados e com mais dignidade, e esses dez leitos hospitalares terão atendimento médico especializado em UTI.

Reporto-me a esses investimentos na área da saúde porque já temos um projeto de construção, no valor de R\$ 600 mil, de um novo pronto atendimento, com sala especial para exames através de ressonância magnética, que hoje só existe em Joinville, Florianópolis e Blumenau. A instalação do aparelho no município de Canoinhas não é uma opção política, mas sim geográfica, porque atenderá aos municípios de Porto União, Itaiópolis, Irineópolis, Bela Vista do Toldo, Major Vieira, Papanduva, Monte Castelo, Três Barras, São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre. A implantação fará com que a população, mais de 500 mil habitantes, possa realizar exames por ressonância magnética. Junto com ele está sendo construída uma sala para o Hemosc. Haverá também, no município de Canoinhas, a distribuição de sangue para o planalto norte.

São investimentos na área da saúde que devemos ao nosso Governador Luiz Henrique da Silveira. Por isso, mais uma vez, queremos agradecer ao Governador pelos investimentos na área da saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Afrânio Bopp, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRE - Sr. Presidente, srs. Deputados, venho à tribuna na tarde de hoje para me manifestar sobre alguns assuntos que considero relevantes. Dentre esses, quero lamentar, sr. Presidente, o desastre, o sinistro que ocorreu na última sexta-feira em Florianópolis, o incêndio do nosso mercado público.

O mercado público, além de ser um símbolo da nossa cidade, de ser um ponto de encontro, desde do vendedor de loteria, do engraxate, do empresário, do doutor, do desembargador, é um espaço efetivamente democrático, onde a cidade se encontra, discute, atualiza, inclusive a política. O mercado também é um instrumento, um espaço efetivo de vida, ou seja, de sobrevivência de famílias que ali trabalham, são economias familiares, pequenas empresas.

Então, quero aqui registrar e lamentar pelo ocorrido. Faço isso não apenas por um simples registro, sr. Presidente, mas porque fiquei preocupado ao ver que naquele momento em que precisavam reagir diante das chamadas, houve um certo estado de perplexidade, de impotência dos nossos valorosos bombeiros. Registro o empenho, o desprendimento, o esforço do nosso Corpo de Bombeiros, mas não posso deixar de registrar a minha preocupação com relação aos equipamentos, Deputado Pedro Baldissera. A impressão que se tinha era que tínhamos um grande efetivo de profissionais no Corpo de Bombeiros, mas estavam desaparecidos, Deputado Julio Garcia, porque o incêndio só foi controlado quando a Infraero emprestou seus equipamentos; quando seus caminhões vieram atender à ocorrência.

Se dependesse apenas dos caminhões do Corpo de Bombeiros, talvez não só o mercado público, mas todo o quarteirão da Conselheira Mafra tivesse queimado, dada a falta de pressão de água nas mangueiras. Eram muito ineficientes com relação a obter sucesso no combate ao fogo.

Por isso chamo a atenção das autoridades, sr. Presidente.

Fico imaginando se houvesse um incêndio no edifício, por exemplo (vou bater na madeira) Ceisa Center, onde tem inúmeras lojas, milhares de pessoas. Lá existe estrutura suficiente para atendimento, Deputado Pedro Baldissera?

Então, essa desgraça que foi o incêndio no mercado público aponta a preocupação para o governo do estado se preparar para situações desse porte, porque, realmente, não estavam efetivamente preparados.

Deputado Pedro Baldissera, se na capital do estado tivemos uma situação desse tipo, imagine a situação em cidades do interior do estado, desassistidas que estão, que tipo de atendimento e de segurança teriam com relação ao Corpo de Bombeiros; ou seja em cidades industriais, a exemplo de Brusque, que é uma cidade têxtil importante?

Fiquei muito preocupado e fiz questão de me manifestar aqui. A Assembléia Legislativa deve fazer um requerimento ao Governador Luiz Henrique pedindo para que faça uma avaliação efetiva da capacidade dos equipamentos, porque parece que existe no mercado equipamentos com muito mais qualidade e tecnologia do que aqueles que o nosso Corpo de Bombeiros tem hoje. Talvez haja necessidade de renovação, de revigorar os equipamentos do Corpo de Bombeiros, porque a diferença entre o caminhão da Infraero e o do Corpo de Bombeiros é muito grande. É gritante a distorção entre um e outro.

O Sr. Deputado Francisco de Assis - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco de Assis - Deputado Afrânio Boppré, quero parabenizá-lo por trazer este tema ao debate aqui na Assembléia.

Ouvi em Joinville, esta semana, o caso que aconteceu aqui em Florianópolis, sobre a deficiência. Quero então fazer uma separação entre bombeiros profissionais e os equipamentos. A impressão que se tinha era que os bombeiros da capital falharam ou deixaram a desejar, quando na verdade os equipamentos que os bombeiros tinham à disposição eram aqueles dos que precisavam.

Quando entramos com o projeto de emenda constitucional nesta Casa, separando os bombeiros da Polícia Militar, dando autonomia ao Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, era justamente para melhorar a qualidade do trabalho do Corpo de Bombeiros catarinense.

Então, nesse sentido quero aplaudir V.Exa. pela preocupação, e dizer que realmente existem muitas áreas públicas de Santa Catarina que precisam ser melhoradas. E não é a questão profissional dos homens ou das mulheres que trabalham, mas as condições de trabalho que esses profissionais têm, que nem sempre condizem com a realidade, com a necessidade que precisam.

Nesse sentido, quero enaltecer V.Exa. pela preocupação que traz na tarde de hoje à tribuna.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Agradeço pelo seu aparte, Deputado Francisco de Assis. Foi por esta razão, por esta preocu-

pação que nos engajamos e apoiamos a iniciativa de V.Exa., no sentido de fazer a separação do nosso Corpo de Bombeiros do contexto da Polícia Militar.

Fica aqui o registro da necessidade de repensarmos, reavaliarmos. Creio que a partir das cinzas do mercado público de Florianópolis vai o alerta, o sinal vermelho para o Governador do Estado para reaparelhar, modernizar o nosso Corpo de Bombeiros, sem deixar de agradecer, elogiar e enaltecer pelo esforço dos profissionais do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina.

Gostaria ainda de comunicar aos colegas Parlamentares que a Comissão de Constituição e Justiça, no dia de hoje, aprovou, por maioria, a admissibilidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 0013/2005, de minha autoria, que visa a viabilizar para o dia 23 de outubro o plebiscito da água, referente ao Projeto nº 0292, de iniciativa do Governador Luiz Henrique, que pretende criar uma comissão jurídica para cobrar contribuição pelo uso da água, transformando, portanto, uma base legal, conferindo à água o valor econômico.

O passo subsequente é tramitar nas demais Comissões e posteriormente verificar a vontade do nosso Plenário em plebiscitar a matéria que está tramitando na Assembléia Legislativa.

Portanto, quero agradecer a todos os colegas Parlamentares que contribuíram para a aprovação do PDL nº 0013, e quero, antecipadamente, comunicar e pedir apoio aos demais Deputados para as Comissões subsequentes. O relator foi o Deputado Celestino Secco, que emitiu voto favorável na Comissão de Constituição e Justiça. Agora vamos para as demais Comissões.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer, sr. Presidente, agradecendo pela atenção de todos e pela oportunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Celestino Secco, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Sr. Presidente, sra. Deputada, srs. Deputados, ocupo esta parte da sessão aqui da tribuna para dar conta da minha participação, na data de ontem, em Brasília, na reunião que a direção nacional da União dos Legislativos Brasileiros fez, com uma extensa pauta de trabalho. Especialmente, quero me reportar a uma delas.

(Passa a ler)

"Em mais uma iniciativa para consolidação da nossa instituição de representação parlamentar dos legislativos estaduais, e desta feita na própria ordem parlamentar, na busca de meios e de modos que, de alguma forma, pelo menos procurem amenizar a nossa perda da capacidade de legislar no âmbito estadual e sempre, e especificamente, com o propósito do fortalecimento do Poder Legislativo, que todos nós, Parlamentares, representamos, encaminhamos minuta de proposta de emenda constitucional, que modifica o processo legislativo no âmbito federal e, por simetria, haverá de modificar, no âmbito estadual e no âmbito municipal, uma vez que diversas regras estabelecidas no atual texto constitucional são oriundas de um tempo em que não se permitia uma maior participação e uma maior democracia no exercício da atividade dos parlamentos brasileiros, numa efetiva participação dos Parlamentares estaduais sobre inúmeras matérias de interesse social, de interesse de relevo social para todas as pessoas.

A proposta que apresentamos com fundamento no art. 60, inciso III, da Constituição da República, modifica os arts. 61, 63 e 66 do texto constitucional federal, objetivando estabelecer: a possibilidade de supressão do conceito de iniciativa reservada mediante deliberação parlamentar por maioria qualificada, no que estabelece a modificação para o art. 61 da Constituição Federal; a ampliação da atuação parlamentar, estadual e também federal sobre os conteúdos dos projetos de lei, notadamente no que se refere ao conceito de aumento de despesas em hipóteses de iniciativa reservada, o que está expresso no art. 63 e portanto com a proposição da sua modificação; a possibilidade, mediante essa proposta de emenda constitucional, de otimização do processo legislativo, com o objetivo de validar os chamados eventuais vícios de iniciativa e de emendas através da simples expressa sanção do Chefe do Poder Executivo, que, pelo seu autógrafo, consolidaria a iniciativa parlamentar e por consequência retiraria o eivo de vício de iniciativa.

Sr. Presidente e srs. Deputados, as modificações que a Unale está propondo, sem eliminar evidentemente a iniciativa privativa de todos os poderes, passam a permitir que projetos de lei sejam apresentados ou emendados por iniciativa da maioria absoluta dos integrantes de uma Casa Legislativa. Por outro lado, o novo § 3º-A do art. 66 restaura um princípio estabelecido na Constituição de 1946, no sentido de que, nos casos de projetos de leis que apresentem vícios de iniciativa ou emendas, a sanção do Chefe do Poder Executivo supra esses vícios.

É certo, outrossim, que as modificações ora propostas, uma vez implementadas na Constituição da nossa República, deverão obrigatoriamente ser observadas no plano estadual, pois que regras sobre o processo legislativo são de observância obrigatória pelos estados membros, os quais, ao disciplinarem essa matéria no âmbito das suas Constituições, de acordo com a jurisprudência já sobejamente firmada pelo Supremo Tribunal Federal, não poderão, os estados membros e suas Constituições estaduais, afastar-se da disciplina constitucional federal.

Assim, sr. Presidente e srs. Deputados, ante o inquestionável, tenho certeza, relevo dessa proposta e dessa proposição que aprovamos na nossa última reunião está sendo encaminhado para todas as Assembleias Legislativas filiadas à União Nacional dos Legislativos estaduais e brasileiros, para que essas Assembleias se manifestem a respeito dessa proposição e deem a ela o devido tratamento, a devida compreensão e composição, para que nós todos tenhamos ampliados os nossos poderes de propor, de iniciar processos legislativos e projetos de lei que nos deem a condição de verbalizar, de expressar e de aprovar proposições de relevo econômico, de relevo social que hoje não estão afetos aos Parlamentos."

Tenho certeza, sr. Presidente, de que a Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina, a Mesa Diretora da nossa Casa e todos os Parlamentares com assento neste Parlamento haverão de subscrever essa proposta da União Nacional dos Legislativos estaduais, essa proposta da Unale, no sentido de que, através de no mínimo 14 Assembleias, possamos unificar o texto dessa proposta de emenda constitucional e ver, pela inúmera participação dos Parlamentos estaduais, a tramitação desse texto, para ser aprovado o mais rapidamente possível, nas duas Casas Legislativas da República, já que seus Presidentes estabeleceram para a Unale esse canal de comunicação capaz de assegurar a presença dos Parlamentos estaduais nesse novo processo legislativo, nesse novo procedimento que se deseja adotar.

Além disso, inúmeros outros temas foram abordados, e não há tempo evidentemente nesses dez minutos de fazermos um relatório completo, mas aprovamos praticamente a redação final da proposição do código de ética, que será submetida pela Unale a todos os Parlamentos estaduais, a posição da Unale sobre a reforma política e adequação do texto que está em vigor, além da possibilidade de uma ampla discussão sobre a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o Deputado Francisco Küster, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. Presidente e srs. Deputados, quero saudar os conterrâneos que nos acompanham através da TVAL e de igual forma pela Rádio Alesec. Quero saudar respeitosamente os que dão presença aqui, nesta tarde.

Sr. Presidente, quero falar na convenção do PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira, do PSDB que há 17 anos se formava a partir de uma dissidência do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Naquela época, fim dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, sentíamos a necessidade de criar um projeto partidário novo. Havia um espaço extraordinariamente grande para quem tivesse propostas efetivas a apresentar ao Brasil e aos brasileiros. Vinhamos de uma peleia muito forte, muito aguerida, contra a ditadura militar. E a sepultamos com o advento da nova Constituição. Em seguida, capitaneados por alguns de saudosa memória, como Franco Montoro, Mário Covas, José Richa, também Fernando Henrique Cardoso, José Serra, enfim, e outras tantas figuras ilustres, lá estávamos nós, de Santa Catarina - eu e Wilson Souza, entre outros tantos companheiros que gostaria de declinar de público os seus nomes. Mas como eram vários, e o tempo não me permite, quero dizer que fomos nós os percursores desse partido que se apresenta grande.

Hoje somos um partido grande aqui no estado. A nossa convenção no domingo bem demonstrou a dimensão de um partido que se consolidou em Santa Catarina. No primeiro momento era muito difícil, pensávamos em construir um PSDB por dentro do partido do qual tínhamos saído, que era o velho PMDB. Não foi possível, tinha na figura do hoje Governador, à época Deputado federal, o presidente do partido, Luiz Henrique da Silveira. E na liderança de outras agremiações, no plano nacional, tínhamos também figuras daqui, de Santa Catarina. Portanto, era muito difícil construir o partido. Demandou muito tempo. Foram anos de dificuldades para construir o PSDB.

Ficamos na presidência por quase cinco anos. Foram os anos mais difíceis. Houve momentos que nós achávamos que não daríamos conta do recado. Mas acabou acontecendo. Hoje temos um grande partido, temos uma liderança extraordinária na pessoa de Leonel Pavan.

Fizemos uma grande convenção que foi sem sombra de dúvidas um grande evento. Foi a primeira convenção sem o professor Jacó Anderle, um dos mais assíduos e agueridos militantes do PSDB, talvez o mais dedicado militante, que partiu recentemente. Portanto, fizemos a convenção sem Jacó Anderle. Mas a ele foi prestada uma merecida homenagem. Entendíamos que deveríamos ter feito mais naquela convenção, naquele ato festivo. Mas o que aconteceu valeu para dizer que continuamos valorizando aquele companheiro.

E que ele continue, onde estiver, ajudando-nos, inspirando-nos, para aqui fazermos política como militante que somos.

Mas quero, sr. Presidente, declinar o nome dos eleitos. Antes, porém, gostaria de dizer que os Prefeitos do PSDB tiveram uma presença extraordinária nessa nova executiva. A presença, a valorização que o partido do PSDB dedicou aos seus Prefeitos é algo digno de registro. Senão, vejamos:

(Passa a ler)

"Na presidência do partido permaneceu o incansável, o grande e valoroso companheiro Dalirio Beber;

Como primeiro vice-presidente, o Prefeito da maior cidade de Santa Catarina, o maior PIB. Portanto, o reconhecimento da importância da cidade de Joinville ao nosso companheiro Marco Tebaldi;

Na segunda vice-presidência, o não menos importante, o talentoso jovem Prefeito de Florianópolis, Dário Berger;

Na secretaria-geral permaneceu Marcos Vieira, Secretário de Administração do Estado;

Na primeira secretaria a jovem talentosa ex-Vereadora, ex-Presidente da Câmara de Jaraguá do Sul, Niura Demachi dos Santos;

Na tesouraria, o dr. Demetrius Ubirantan Hintz;

Como tesoureiro-adjunto, o também jovem e talentoso Prefeito de Caçador, Saulo Sperotto;

Vogais: o Deputado Jorginho Mello, Clésio Salvaro e também o Prefeito Carlos Stüpp, o Enori Barbieri, vice-Prefeito, e o Irineu Osório Júnior, representando a juventude do PSDB. Na suplência ficou este peão velho que vos fala, o Serafim Venzon, o Nilson Gonçalves, a Célia Fernandes, representando o movimento das mulheres, e os Deputados Gilmar Knaesel e Clésio Salvaro, líder da bancada;

No conselho fiscal temos os Prefeitos Fernando Elias, de São José, Rubens Spornau, de Balneário Camboriú, e José Roberto Martins, o Beto, de Imbituba."

Quero fazer um registro desse moço conhecido como Prefeito Beto. Ele é o presidente da Associação dos Prefeitos do PSDB. É uma revelação na política. Jovem, talentoso, presidiu e conduziu com extrema maestria a presença dos Prefeitos da executiva do partido.

O partido reconheceu o trabalho de cada um. Mas foi também de suma importância a articulação desenvolvida pelo Beto, presidente da Associação dos Prefeitos, um companheiro nosso que hoje governa o município de Imbituba.

Assim sendo, sr. Presidente, o PSDB realizou a sua convenção no dia 21. E são 17 anos de existência. Como já disse, sentimos a ausência, a saudade do grande militante Jacó, mas foi um evento festivo. O partido mostrou a sua força, mostrou ser um partido que é parceiro no projeto de governo, capitaneado pelo Governador Luiz Henrique da Silveira.

O partido continua crescendo, continua se consolidando nos municípios, continua trabalhando a preparação intelectual dos seus quadros, da sua militância, através do instituto de formação política, o Instituto Teotônio Vilela.

Portanto, sr. Presidente, srs. Deputados, tivemos a felicidade de ser fundadores desse partido no plano nacional, em companhia de pessoas cujos nomes já declinei no início da minha falação. Aqui em Santa Catarina temos a condição de primeiro filiado do partido e também o primeiro presidente, porque o segundo presidente foi Wilson Souza, grande companheiro, e eu lamento muito o seu afastamento da política.

Depois veio o também companheiro Dirceu Carneiro, ex-Senador da República - também lamento o seu afastamento das lides políticas na condição de militante. De lá para cá foram vários presidentes que se revezaram no comando do PSDB. E agora por último, Dalirio Beber, um grande presidente, um grande companheiro.

É um partido sem os ranços dos sectarismos exacerbados, quer sejam da extrema esquerda ou da extrema direita, que tem buscado o consenso, e mesmo no dissenso tem buscado obstinadamente o consenso. Não raras vezes foi acusado de ser murista, mas é porque em seus quadros as pessoas não ousam jogar com a aventura, elas buscam a razão para se sobrepor à emoção. Os nossos companheiros fazem política com a razão, não com a emoção.

Portanto, vale o registro de parabéns aos tucanos de Santa Catarina, e eu o faço com muito orgulho, por ter sido fundador do partido, por ostentar a ficha número um neste partido, por tê-lo presidido em alguns anos, no seu início, na fase mais difícil.

Hoje com imenso orgulho eu registro o grande evento que foi a convenção do PSDB no dia 21.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. Deputado Antônio Carlos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, srs. Deputados, sra. Deputada, chegando ao plenário, recebi um telefonema de um jornalista que me perguntava sobre os processos em que o STJ solicita autorização para processar o Governador do estado. O que eu disse para ele é que nós tínhamos feito um requerimento para que viesse para o plenário, seja para conceder ou não, porque o que nós queremos é votar. Fiquei até sem dar resposta, porque o jornalista perguntou-me: mas os srs. não são Deputados? Os Deputados não têm que decidir? Respondi que nós temos que decidir, mas só que os processos não vêm para cá para decidirmos.

Sr. Presidente, eu faço um apelo para que nós saíamos dessa situação.

Srs. Deputados, nós sentimos é que diariamente lendo o jornal, vemos algumas pérolas, Deputado Genésio Goulart.

(Passa a ler)

"Diário Oficial do dia 17 de agosto  
Extrato de convênio entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Laguna, o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional e o Conservatório Lagunense de Música. DE OBJETO:

Abertura do canal situado entre a Lagoa do Camacho e o Oceano Atlântico."

Veja, Deputado Genésio Goulart, a pérola!

Parece-me que a Secretaria de Laguna está contratando o Conservatório Lagunense de Música para a abertura do Canal do Camacho. Eu não sei qual a relação que existe entre música com a obra de engenharia. Isso consta no Diário Oficial do dia 17 de agosto de 2005, à pág. 18.

Deputado Genésio Goulart, na minha avaliação, é um erro, mas é um erro que deve ser corrigido ou deve ser observado, para que não haja mais esse erro. O valor do recurso é de R\$ 100 mil.

Também na coluna do Paulo Alceu, quando fiz aquele registro sobre a Secretaria de Criciúma, em que uma empresa estava contratando curso de especialização para mestre-de-cerimônia, Deputado Altair Guidi, o Secretário se apressou em dizer ao Paulo Alceu que nenhuma despesa foi realizada porque nenhum serviço foi prestado. Óbvio! Será que eles queriam pagar alguma coisa sem serviço prestado? Isso, evidentemente, não passa pela nossa cabeça.

Mas volto hoje, também, ao assunto, na coluna do Fabian Lemos, até para verificar o troco:

(Passa a ler)

"João Henrique Blasi e Manoel Mota articulavam, ontem, como será a resposta governista, hoje, a Joares Ponticelli, que deitou e rolou em cima da viagem do Governador."

(Cópia fiel)

O problema de comunicação é se foi do dia 10, do dia 15 ou não foi. Até já me referi em sessões passadas que a comunicação do Secretário Roberto Colin ao coronel Ivon foi do dia 10 de agosto, mas só chegou ao Presidente no dia 15. Mas hoje eu também vi no Diário da Assembléia o seguinte:

(Passa a ler)

"Mensagem Governamental nº 985

Em estricta observância às determinações contidas nos artigos 40, inciso IV, alínea 'c', e 70 da Constituição Estadual, comunico a essa Augusta Casa Legislativa que devo ausentar-me do país, nos dias 17 a 24 de agosto do corrente ano, com destino ao Chile, para cumprir agenda constante no roteiro anexo.

Florianópolis, 15 de agosto de 2005."

(Cópia fiel)

Deputado Joares Ponticelli, o Governador encaminhou para a Assembléia no dia 15 de agosto. Está aqui na Mensagem Governamental nº 985, publicado no Diário da Assembléia do dia 16 de agosto de 2005.

Então, por favor, não vamos falar aqui que foi encaminhado no dia 10, foi encaminhado no dia 15, conforme consta no Diário da Assembléia.

O Sr. Deputado Genésio Goulart - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pois não, Deputado Genésio Goulart!

O Sr. Deputado Genésio Goulart - Obrigado pelo aparte, Deputado Antônio Carlos Vieira.

Só gostaria de ratificar, de corrigir, Deputado, essa publicação do Diário Oficial: os R\$ 100 mil do convênio assinado com a 19ª Secretaria Regional de Laguna são exatamente para a reabertura da barra do Camacho.

Então, quero agradecer a V.Exa. pelo aparte e de retificar esse mal-entendido que foi publicado no Diário Oficial do dia 17 de agosto de 2005.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Não é só o mal-entendido. O problema é que foi publicado o Convênio nº 107792/2005-1.

(Passa a ler)

"O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional e o Conservatório Lagunense de Música. De objeto: Abertura do canal situado entre a Lagoa do Camacho e o Oceano Atlântico.

Valor do recurso: R\$ 100.000,00 (Cem mil reais)".

(Cópia fiel)

Então, não é falação minha, absolutamente, é documento do Diário Oficial, que se V.Exa. desejar, depois lhe encaminho cópia, até para corrigir. Mas como às vezes não se corrige, Deputado, eu tenho comigo um decreto de suplementação feito pelo atual

governo, em que só tem dinheiro saindo, não diz onde está entrando. Quer dizer, só tem o art. 1º e o art. 2º, não tem o art. 3º. O art. 3º, que orienta os destinos dos recursos, não tem, porque nós sabemos que a dotação orçamentária é dupla partida, ou seja, sai de um lado para entrar no outro. E o decreto que até hoje não foi corrigido só saía, não entrava.

Então, eu faço um apelo para que depois esse edital seja corrigido, para evitar problemas até para a própria comunidade, que pode ter problema de atendimento com o próprio Tribunal de Contas do Estado.

O Sr. Deputado Genésio Goulart - Parabéns, V.Exa. tem toda razão, e essa correção é muito importante.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Obrigado!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Antônio Carlos Vieira, eu cheguei agora no plenário e não sei se ouvi direito, mas V.Exa. está trazendo a informação de que o Governador encaminhou o convite para a viagem no dia 15?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Não! Eu não estou trazendo, eu não sou de trazer, absolutamente, nenhum documento clandestino. Eu estou trazendo documento do Diário Oficial da Assembléia, página 30, do dia 16 de agosto, da Mensagem nº 985, do gabinete do Governador.

(Passa a ler)

"Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados da Assembléia Legislativa do Estado.

Em estricta observância às determinações contidas nos artigos 40, inciso IV, alínea 'c', e 70 da Constituição Estadual, comunico a essa Augusta Casa Legislativa que devo ausentar-me do país, nos dias 17 a 24 de agosto do corrente ano, com destino ao Chile, para cumprir agenda constante no roteiro anexo.

Florianópolis, 15 de agosto de 2005

Luiz Henrique da Silveira

Governador do Estado"

Está embaixo, lido no expediente da sessão do dia 16 de agosto de 2005.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Para a viagem que aconteceu no dia 17.

Portanto, acho que com essa informação nova que V.Exa. traz, Deputado Antônio Carlos Vieira, a tal da tese do rebate...

Parece-me que o líder do governo e o líder do PMDB, ontem, perderam o dia para discutir uma estratégia para me contrapor. Aliás, quem reclamou desta questão não foi só eu, foi também o Deputado Paulo Eccel, o Deputado Antônio Ceron, que como recebeu a mensagem um dia antes anunciou aqui que jogou na lata do lixo, porque acha que o Deputado tem que ser respeitado.

E aí eu recebi um recado, através da coluna do Fabian Lemos, de que o Deputado João Henrique Blasi e o Deputado Manoel Mota gastaram um dia de trabalho, que poderia ter sido muito produtivo, especialmente para quem é governo, para discutir uma estratégia para nos rebater.

Boa informação e vai ficar muito interessante este debate.

O Sr. Deputado Altair Guidi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Altair Guidi - Obrigado, Deputado. Mas eu gostaria de dizer que esta abertura da barra do Camacho já foi feita por governos anteriores.

No dia da inauguração, que eu fui convidado para estar presente, eu voltei porque dava para ver naturalmente que era um dinheiro jogado fora. E espero que estes R\$ 100 mil, que eu não acredito que resolvam o problema, não sejam gastos em vão. Eu quero cobrar isso do atual governo, porque a necessidade da abertura dessa barra é de fundamental importância para aqueles pescadores. Agora, não pode ser um serviço só para fazer inauguração, como foi feito em governo passado. Eu estive no local, me retirei no momento em que vi a obra porque sabia do seu destino: na primeira enxurrada, na primeira grande chuva foi tudo embora.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Eu não sei com quem o governo passado contratou a obra, mas o de agora está contratando com o Conservatório Lagunense de Música. Talvez dê resultado, com as músicas talvez a abertura do canal do Camacho esteja realmente em condições de tráfego.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede mais um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Antônio Carlos Vieira, eu participei de algumas ações durante o governo passado. O que houve durante o governo Esperidião Amin foi o repasse de R\$ 5 mil por mês, o Deputado Genésio Goulart sabe disso, através da associação, para a manutenção da barra. E ela cumpriu com o seu papel.

Não é a solução definitiva, porque serão necessários muito mais do que cem mil, serão necessários milhões de reais para a implantação definitiva da barra. Agora, com relação aos R\$ 5.000,00 por mês, é só perguntar a associação, que pelo menos mantiveram a barra aberta durante o governo passado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Eu estou trazendo outro assunto, também, e vou fazer um apelo novamente ao Governador Luiz Henrique da Silveira, que está no Chile, mas tenho certeza de que os Secretários Regionais, os Secretários que assistem o nosso canal, a TVAL, podem passar a informação.

Estão fazendo um cavalo de batalha para transferir a Secretaria da Fazenda para o Centro Administrativo do Governo.

No jornal, ANotícia, de hoje, o Renato Hinnig diz que os trabalhos da Secretaria da Fazenda estão entrando em colapso porque 22 problemas graves já foram detectados. E aqui eu trago a Secretaria do Lazer, que está pagando R\$ 105.600,00 pela locação e podia estar, hoje, no centro administrativo.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Deputado Joares Ponticelli, para saudar a visita do Prefeito de São Martinho.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Exatamente, Presidente. O nosso companheiro José Schöten, Prefeito de São Martinho, e também o nosso Secretário Executivo da Amurel, o ex-prefeito Jorge Leonardo Nesi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Sejam bem-vindos à Assembléia, srs. prefeito e ex-prefeito.

A Presidência esclarece ao Deputado Antônio Carlos Vieira, acerca dos processos de autorização que tramitam na Casa para processar o Governador, que recebeu, no dia 15/08, o requerimento assinado pelos Deputados Antônio Carlos Vieira e Joares Ponticelli. No mesmo dia 15 despachou para o chefe de gabinete, no sentido de que fosse dada informação a respeito da tramitação da matéria.

A Procuradoria Jurídica devolveu à Presidência no dia 23 de agosto, ou seja, hoje, às 13h40min. A Presidência já despachou que está de acordo que a matéria seja deliberada na próxima reunião da Mesa, que será amanhã.

Portanto, está respondida a questão levantada pelo Deputado Antônio Carlos Vieira, para que não parem dúvidas e que não sobrecaia sobre esta Presidência qualquer insinuação de postergação de tão valioso requerimento de autoria de V.Exa. e do eminente líder da bancada do PP, Deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, quem seria eu de jogar qualquer nuvem sobre a possibilidade de que V.Exa. estaria engavetando assunto de tal magnitude. Tenho certeza de que a informação que V.Exa. me dá agora me permite transmitir à imprensa a posição em que se encontra esse material.

Mas é fundamental que eu volte a registrar, sr. Presidente, que para mim pouco me interessa processar ou não o sr. Governador do estado. Para mim interessa que a Assembléia responda ao Supremo Tribunal Federal. Somente isso.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, só quero cumprimentá-lo.

Eu conheço V.Exa. e a cada dia me convenço mais de que o meu voto e o da minha bancada foram bem atribuídos, aliás, a unanimidade desta Casa, ao elegê-lo Presidente. Tanto que em menos de 30 dias V.Exa. já dá o encaminhamento e espero que possamos, na semana que vem, decidir se a Assembléia vai permitir que o Superior Tribunal de Justiça possa dar seqüência ou não aos seis processos que o Governador responde àquela Corte.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Deputado João Henrique Blasi, eminente líder do governo.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente, eu estava no meu gabinete e ouvi a manifestação do Deputado Joares Ponticelli. Quero informar a S.Exa. e aos demais Deputados que acabei de passar um e-mail ao jornalista Fabian Lemos, do Diário Catarinense, dizendo que é infundada a informação contida na coluna de hoje de que eu e o Deputado Manoel Mota teríamos nos reunido no dia de ontem para trazer respostas sobre a viagem do Governador ao Chile.

A reunião que houve entre mim e o Deputado Manoel Mota, com outros Deputados e o sr. vice-Governador tratou única e exclusivamente sobre a desverticalização da Celesc.

E quanto à resposta sobre a viagem, não há o que responder. Está comprovado de que o e-mail chegou nesta Casa uma semana antes, no dia 10 de agosto. E os resultados da viagem estão sendo dados diariamente pelo repórter Renato Igor, que viajou à expensa da RBS e tem prestado contas do que aquela comitiva tem feito.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, só quero fazer uma correção, porque senão começa a se colocar em dúvida o que se afirma e o que se mostra no documento.

No Diário Oficial da Assembléia, página 30, foi recebida pela Casa a Mensagem nº 985, do Governador do estado, datada do dia 15 de agosto, a qual foi encaminhada ao sr. Presidente, aos srs. Deputados e às sras. Deputadas, comunicando a sua viagem.

O documento do dia 10 de agosto é um documento enviado pela Internet, do Secretário Roberto Colin ao Coronel Ivon, "comunicando" (entre aspas) essa viagem. Mas, por força da Constituição, foi feita a comunicação no dia 15 de agosto e foi lida aqui no dia 16 de agosto. Está no Diário Oficial do dia 16 de agosto, às páginas 30, Deputado Blasi. É só para tirar qualquer suspeita de que eu possa inventar. E, se precisar, eu tenho o Diário Oficial da Assembléia para mostrar.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O sr. Deputado Antônio Carlos Vieira presta esclarecimentos importantes. É bom que fique tudo bem claro e bem transparente. As duas coisas são verdadeiras, tanto a comunicação do Secretário Roberto Colin quanto a mensagem que aportou nesta Casa.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente, que dia foi a comunicação do Secretário Roberto Colin?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Foi no dia 10.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Para quem foi a comunicação, sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Foi para o chefe da Casa Militar da Presidência.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Permita-me apenas dizer que a Constituição prevê, através de mudança recente promovida pelos srs. Parlamentares, a necessidade de comunicação por parte do sr. Governador, mas não prevê a obrigatoriedade do comparecimento, na presença dos Deputados na comitiva, nas viagens oficiais de Sua Excelência, o sr. Governador do estado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o sr. Deputado Vânio dos Santos, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. Presidente, sras. Deputadas e srs. Deputados, quero dizer que na próxima sexta-feira o Partido dos Trabalhadores realizará duas atividades importantes: uma no auditório do Tribunal de Contas, no centro de Florianópolis, às 13h30min, com a presença da Ministra Nilcéia Freire, para discutir sobre Política Pública para as Mulheres, e outra, logo após, às 16h, onde estaremos promovendo um encontro no auditório da Federação dos Comerciantes de Santa Catarina dos nossos Prefeitos e Vereadores.

No dia seguinte, no sábado, às 9h, no plenário desta Assembléia, estaremos realizando um debate sobre a reforma política e, à tarde, às 14h, estarão presentes, em Santa Catarina, todos os seis candidatos à presidência nacional do PT.

Nesta ocasião faremos aqui um debate sobre as eleições internas do Partido dos Trabalhadores, que ocorrerão no próximo dia 18 de setembro, em todo o país.

Tenho ocupado esta tribuna para informar sobre um roteiro de viagens e de debates que tenho feito no estado de Santa Catarina, onde debatemos com a nossa militância, Deputado Pedro Baldissera, e com os filiados do PT sobre os rumos do nosso partido e sobre a importância de reafirmarmos os princípios, o programa e tudo aquilo que norteou a nossa história ao longo desses 25 anos.

Tenho tido um retorno muito importante, porque não é qualquer partido que, após três meses de uma saravada de notícias em todos os canais de televisão, rádios, jornais e revistas, pode reunir os seus filiados e sua militância e perceber que eles têm o discernimento de defender a punição e a apuração a quem quer que seja que tenha cometido deslizos de qualquer natureza, mas que também tenham a compreensão de que para além de equívocos de deslizos e de erros, que alguns dos nossos dirigentes tenham cometido, não está isento do processo da disputa política do ano que vem.

E, mais do que isso, uma intolerância com relação a termos, hoje, na Presidência da República, um trabalhador, o sr. Luiz Inácio Lula da Silva, que é alguém identificado com a maioria do povo brasileiro e que sabemos que o nosso governo precisa melhorar em vários aspectos, mas que não há nenhum grau de comparação. Não é possível comparar as diversas medidas já tomadas pelo governo Lula com governos anteriores nas mais diversas áreas. E isso, por si só, já daria um debate.

Eu sei que temos temas importantes no estado para discutir. E lá na CCJ, comissão da qual participo, está o projeto de desverticalização da Celesc, do qual o Deputado João Henrique Blasi é o relator, sendo que apresentamos 26 emendas. Sou relator de um projeto que discute a questão da relação do Besc com o governo do Estado, Deputado Francisco Küster, e que praticamente muda a legislação que mantinha a conta única do governo no Besc. Este é outro projeto importantíssimo, entre várias outras questões, como a contratação temporária na Polícia Militar.

Mas faço aqui o debate frente a frente, dizendo que o problema da corrupção, do desvio de dinheiro público e o que estamos assistindo no país revolta os brasileiros e, por conseguinte, os catarinenses. E é necessário que se saia da simples denúncia e chegue-se às raízes, às razões e às causas dessa crise. E as causas, Deputada Ana Paula Lima, não são outras senão o grande interesse de grupos privados sobre a máquina do estado. E isso vem do descobrimento do Brasil.

Quando aqui chegaram, já começaram a extrair o pau-brasil, o ouro, a madeira, e de lá para cá esse processo nunca parou e o interesse econômico muitas vezes se sobrepõe até ao interesse social e ao interesse de grupos minoritários, mas com poder de fogo, com poder econômico, com poder, às vezes, de grandes veículos de comunicação, com poder político que financia bancadas inteiras. E ele se manifesta através de quê? Ao longo do tempo, esses grupos econômicos foram percebendo que, com relação aquilo que é dever do estado propiciar à população em geral - ou seja, o direito e acesso à saúde, à educação, à energia elétrica, à água, enfim, às necessidades mais elementares para a manutenção da própria vida, para a existência do ser humano -, por que não transformar isto em

grandes negócios? Por que não fazer dessas necessidades possibilidades de lucros de grupos econômicos?

É aí que se começa a evidenciar todo um debate sobre o papel do estado, sobre o tamanho do estado, sobre a necessidade, ou não, da presença do estado em setores essenciais, e a famosa tese do estado mínimo desresponsabilizado com as questões principais da sociedade brasileira.

Foi aí que cometemos um dos maiores crimes da nossa história, ao encaminharmos para a privatização o nosso setor de telefonia. Os senhores e aqueles que estão nos ouvindo lembram muito bem que a taxa de manutenção de um telefone em casa, Deputado Vieira, era de R\$ 0,60 centavos; hoje é de R\$ 40,00. Encaminhamos para privatização boa parte do nosso setor elétrico, do sistema financeiro, da Vale do Rio Doce, com um financiamento do BNDES, gerando desemprego de forma coletiva, como foi o caso da privatização da Telesc em Santa Catarina. Hoje a população é atendida através de telefone pelo número 0800, sem que, muitas vezes, consiga em um, dois, ou três dias receber uma resposta.

O processo de terceirização nas empresas públicas nada mais é do que a precarização dos serviços à população e permitir-se que, através desse mecanismo, também se transfira renda de empresas públicas para grupos privados.

Discute-se, hoje, em Brasília que Deputados foram comprados para votar com o governo. Mas quero fazer um debate um pouco mais profundo sobre esta questão. Quando um governo em qualquer nível - federal, estadual ou municipal - abre o Orçamento, que é dinheiro público, e privilegia um determinado número de Deputados, liberando emendas parlamentares, recursos para os municípios base daquele Deputado, de forma privilegiada e diferenciada em relação a outros, isto é ou não uma forma de compra de votos?

Quando um determinado governo abre a máquina do estado para indicações políticas de cargos, quando não de parentes, realizando o chamado nepotismo, eu lhes pergunto: isto é, ou não, uma forma de compra de votos?

Então, é necessário que tenhamos muita tranqüilidade neste momento, que tenhamos muita consciência e muita responsabilidade.

Em primeiro lugar, a grande imprensa... E não penso que ela seja culpada; numa democracia a imprensa precisa ser livre. Mas ao mesmo tempo em que está escrito que ela precisa ter liberdade, ela também precisa ter responsabilidade. E isso precisa valer para o conjunto das instituições.

Quando o MST ocupa uma terra para pressionar pela reforma agrária, reivindica-se o estado de direito, reivindicam-se normas da Constituição, o direito à propriedade. E aí a lei vale. Quando, num processo de denúncia como esse, tira-se de dentro de uma penitenciária alguém condenado a mais de 20 anos para tentar negociar uma redução de pena em troca de um depoimento, a acusação de alguém que já foi condenado por diversos tipos de crimes vale mais do que a palavra do Presidente da República, eleito por mais de 53 milhões de votos, e inverte-se a lógica do estado de direito para que o acusado tenha o ônus da prova para poder provar a sua inocência. Dá-se ao acusador, *a priori*, o direito de espalhar a denúncia como se verdadeira fosse, através das manchetes e tudo mais.

Parece que a partir deste momento algum tipo de bom senso começa a tomar conta de grandes veículos de imprensa para poder discutir o que é justo, para poder separar aqueles que porventura estiverem efetivamente envolvidos do conjunto dos partidos e das organizações.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Realmente, estas comparações que V.Exa. faz esclarecem, inclusive, toda a população de Santa Catarina, e esta Deputada também se manifestou na semana passada.

Estamos vivendo uma ditadura da mídia. Nós, Deputados, recebemos uma clipeagem desta Casa, e tudo o que está escrito nela é sobre denúncias do nosso governo federal. Nunca a imprensa vendeu tanto; em todos os jornais, em todas as revistas, em todas as televisões e em todas as rádios, é só isto o que se fala. Nunca se acusou tanto. E, pior ainda, Deputado Vânio dos Santos, as denúncias são feitas como se fossem um saco de penas: pode tudo.

Primeiro acusa-se e depois prova-se se é verdade ou não. Com isto, faz-se o estrago nas pessoas, num governo e na situação. Isso, inclusive, está acontecendo aqui no estado de Santa Catarina, com alguns dirigentes do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores.

Mas questiono o seguinte: eles não falam de pessoas do nosso partido, do Partido dos Trabalhadores; eles falam do partido como um todo. Este o meu questionamento: falem das pessoas também! Quando se referem aos outros partidos, falam das pessoas. Portanto, falem das pessoas! O Partido dos Trabalhadores tem pessoas que são divergentes também, e nós acusamos e queremos limpar isso dentro do nosso partido.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Por isso, Deputada Ana Paula Lima, quero, mais uma vez, informar que no próximo sábado estaremos fazendo um debate sobre reforma política, que é outra discussão tratada no campo da hipocrisia. Por que a reforma política não sai, se todos somos a favor dela? Todos defendem a fidelidade partidária!

Agora, parece que a maioria está defendendo o financiamento público de campanha. O que significa o financiamento privado de campanha? Significa que de tudo aquilo que é doado para uma campanha de um parlamentar ou de quem quer que seja, por um determinado grupo econômico, depois vem a conta. Isto acaba saindo mais caro para a sociedade brasileira.

Mas a reforma política que defendemos não é aquela que o PFL apresentou no Senado: proibir a distribuição de chaveirinho, diminuir o tempo de televisão e manter todas as demais regras do voto nominal, do financiamento privado e de todas as barbaridades que vemos por aí.

Então, se quisermos levar este debate para que ele tenha consequências... E essas consequências significam que este debate não pode ficar apenas no campo das denúncias. É preciso uma reforma política, uma punição severa e, acima de tudo, separar o joio do trigo porque o PT tem uma história, outros partidos também a tem, e espero que depois deste processo a sociedade saia mais fortalecida, e os partidos políticos também, e que haja menos corrupção e mais justiça social.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Deputado Nelson Goetten, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente, o Deputado Altair Guidi, bondosamente, concedeu-me cinco minutos do seu tempo. Portanto, quero lhe informar que ficarei com cinco minutos do Deputado Altair Guidi.

Quero cumprimentar V.Exa. que está presidindo neste momento a sessão, assim como também as sras. Deputadas e os srs. Deputados.

Venho à tribuna e, de certa maneira, concordo com a Deputada Ana Paula Lima quando questiona se existe somente este assunto no Brasil. Não há outras coisas para falar? Só se fala do PT no Brasil? Toda a imprensa só fala do PT?!

É verdade que cabe aí, Deputada Ana Paula Lima, um questionamento: se a imprensa está exagerando na sua forma de agir ou se o PT está produzindo a cada dia um susto novo a todo setor brasileiro e à imprensa brasileira.

Então, sr. Presidente, Deputado Pedro Baldissera, é isto que se questiona neste momento. É verdade, sim, que toda a imprensa, todos os dias, só fala nisso.

Vimos à tribuna para falar um pouco também sobre isso, principalmente porque escutei o Deputado Vânio dos Santos dizer que há uma intolerância com relação ao Presidente da República porque ele é um homem que veio do povo, ele é um trabalhador, e dá a entender que as elites, o poder econômico e as Oposições não se conformam de ter como Presidente da República um humilde trabalhador. Não é verdade! Não é verdade porque senão...

Tenho aqui páginas importantes de jornais. Mas o Diário Catarinense, na semana passada, na coluna do Fabian Lemos, trouxe uma reportagem da renomada colunista Lúcia Hipólito, que coloca de forma clara que quem está segurando o governo é a Oposição.

Portanto, imaginem V.Exas. se fosse o PT, e para a sorte do país e do brasileiro... Neste momento quero agradecer ao Deputado Altair Guidi, este grande Deputado do sul, um homem de bem e de valor que passou por uma provação difícil aqui nesta Casa, pelo seu partido, mas que não faltou um partido para que tivesse oportunidade de continuar servindo ao seu povo e a sua gente como político aguerido, sério e responsável. Principalmente neste momento de carência de homens sérios, está aí o Altair Guidi que vai poder disputar a eleição, porque encontrou um partido para continuar representando a sua gente.

Mas ela diz aqui, claramente - e vejam que se trata de uma renomada repórter, a jornalista e colunista Lúcia Hipólito -, que a Oposição está cumprindo o seu papel. E qual é a sorte, Deputados Antônio Carlos Vieira e Antônio Ceron, dois grandes parlamentares desta Casa? Já imaginaram se o PT estivesse na Oposição? O que iria acontecer com o Brasil, hoje? Já teriam posto fogo no Brasil! Nós não poderíamos mais sair nas ruas!

Mas, graças a Deus, neste momento temos algumas coisas boas. Temos uma Oposição responsável, de pessoas experientes e sérias, que está segurando, neste momento, esta situação em nome do povo brasileiro e não pelo que o PT está fazendo!

Deputado Antônio Ceron, há um equívoco do Deputado Vânio dos Santos. Veja bem que o colunista Carlos Heitor Cony, da Folha de S.Paulo, para cair por terra o que V.Exa. dizia, Deputado Vânio dos Santos, diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Quem denunciou Antônio Palocci foi seu amigo e ex-assessor da Prefeitura de Ribeirão Preto (SP), Rogério Buratti, garantindo que o chefe tirava R\$ 50 mil por mês dos ricos para dar aos pobres. Quer dizer: das empresas de lixo para o PT."

(Cópia fiel)



Porque até aí o PT era aquele da caneta Bic, não era o PT da Mont Blanc. Era o PT que andava de teco-teco para cá e para lá - hoje já anda de jumbo. Naquela época, pobrinho, já precisava de uma propina do lixo. Isto aqui vai feder muito, porque agora mexeram com aquele que coordena, de fato, todo o esquema deste país, com o cara que faz mais mal para o país, que é Antônio Palocci. Quem permite que o povo brasileiro seja assaltado em R\$ 23 bilhões, em seis meses, só de juros, é o Antônio Palocci! E eles tentam dizer que este é um homem de bem e que temos que blindá-lo. Sim, temos que blindá-lo porque os especuladores não querem que a imagem do Antônio Palocci seja atingida.

Mas diz aqui a matéria:  
(Continua lendo)

"Quem primeiro atingiu José Dirceu foi Waldomiro Diniz, que era seu braço-direito no Planalto e foi filmado levando propina de bicheiro."  
(Cópia fiel)

Dividiam o apartamento e hoje eles nem se conhecem. Dormiam juntos, não na mesma cama, eu acho.

(Continua lendo)

"Quem botou a boca no trombone contra o esquema Marcos Valério foi o deputado Roberto Jefferson, do PTB, aliado do governo Lula e frequentador do Planalto.

Quem ganhou um Land Rover da GDK, empresa da área de petróleo que disputa licitações milionárias com o governo, foi o então secretário-geral do PT, Silvío Pereira.

Quem recebeu um pacote inocente com R\$ 327 mil e aproveitou para comprar um apartamento um mês depois foi Henrique Pizzolato. Em 2002, ele desfilava com cartão de visitas do comitê financeiro de Lula. Depois voltou para o Banco do Brasil.

Quem assinou os empréstimos de milhões para o PT com aval de Marcos Valério foi o, à época, presidente do partido, José Genoíno."

(Cópia fiel)

Quem abriu o bico foram Marcos Valério, aquele carequinha sem-vergonha, e o homem da briga de galo, Duda Mendonça, que disse que o PT tem montanhas de dólares lá fora e pagou a campanha do Presidente da República com dinheiro externo.

São esses mentirosos que estão ofendendo o PT e mentindo para o país. Que barbaridade isso! Não pode tanta gente, de dentro do próprio governo, mentir e ofender o governo assim.

(Continua lendo)

"Quem fazia fila no Banco Rural de Brasília para pegar R\$ 20 mil, R\$ 50 mil, R\$ 400 mil, eram os líderes de alguns importantes Deputados do PT, da base aliada (PL, PTB, PP).

E quem estava por trás de tudo era o tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Que devia ter alguém por trás dele...

Para mim, os Waldomiros, Burattis, Silvinhos, os Valérios e Delúbios são do PSDB e do PFL e estão conspirando..."

(Cópia fiel)

É uma conspiração contra o PT. Só pode ser! Enganaram o PT. Não são filiados ao PT, nem faziam parte do PT! Só podem ser do PSDB e do PFL para fazer essa conspiração contra um governo tão sério, tão de bem, quanto é o Governo dos trabalhadores, que deixa saquear o Brasil para dar todo o suor e o sangue do povo brasileiro para os banqueiros e para os especuladores. Essa é a maior vergonha que o PT deveria ter.

O PT não só roubou dinheiro; roubou a esperança do povo. Isso é o mais triste. Roubou também a credibilidade das instituições; roubou também a nossa credibilidade, pois não podemos hoje sair à rua, aliás, nós já estávamos bem surrados, já vivíamos no pontapé; para nós não faz muita diferença. Mas para o PT vai fazer! Para o PT, que era o dono da moral, vai fazer! Para nós não, porque já somos esculachados pelo povo.

Aliás, o tucano Buratti, depois de amanhã, vai à CPI dos Bingos e o governo está apreensivo porque ele contou uma parte aos Promotores paulistas: o resto ele deixou. E pode ter certeza que o filé, o mais suculento, está guardado para a TV, e vai ser ao vivo e em cores. Só que hoje ele já sumiu. Tomara que não seja como outros sumiços por aí; tomara que a Polícia Federal tenha condições de encontrá-lo para que, amanhã, na CPI, diga quem é o chefe dessa quadrilha, porque até os postes em Ribeirão Preto sabem quem é o chefe; até as crianças na rua sabem quem é o chefe...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

O Deputado Altair Guidi cede o seu tempo a V.Exa., Deputado Nelson Goetten.

Continua, então, com a palavra o Deputado Nelson Goetten, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Muito obrigado!

Aqui vai uma homenagem a V.Exa., Deputado Pedro Baldissera, Presidente desta sessão, à Deputada Ana Paula Lima, aos Deputados do PT, porque sei que se sentem envergonhados; tentam encontrar desculpas, cumprindo com o seu papel, sim, tentando defender o seu partido, mas têm dificuldades de encontrar palavras, porque a cada dia a vergonha é maior. Sei que não compartilham disso, mas a humilhação é muito grande. Mas mais humilhados do que os chorões e os cegos do PT... Agora a esquerda do PT chora e diz que não viu; que não viu que o PT estava esnobando de avião novo para lá e para cá, de Omega importado, de terninho italiano, trocando a caneta Bic por uma Mont Blanc, trocando de pensão pelo Blue Tree, saindo da comidinha a quilo, de bandeja, para os melhores restaurantes. O PT da esquerda não viu isso. Foram R\$ 20 milhões só para equipar aquele prédio lindo. Isso não viram. Que tropinha de cegos!

O Sr. Deputado Antônio Ceron - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Deputado, o PT ocupou um espaço há pouco e agora V.Exa. É importante trazer a verdade sobre o que está acontecendo sob o ponto de vista de cada um. V.Exa reproduziu aqui a coluna de Fabian e a entrevista da jornalista Lúcia Hipólito, que traduzem mais ou menos a mesma linha do comentário da manhã de ontem no programa Bom Dia Brasil, do jornalista Alexandre Garcia, mostrando que não há nenhuma denúncia produzida por alguém da Oposição. O próprio Roberto Jefferson, que agora estão tentando desqualificar, era um dos sustentáculos dos aliados.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Deputado, temos muito que agradecer ao Roberto Jefferson e ao Marinho, porque se não fossem eles não descobriríamos o que é o PT. E aí, sim, o país estaria numa situação de perigo.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Sábado, eu ouvia uma entrevista com um político de renome do PT, Hélio Bicudo, pessoa reconhecidamente séria, quando fez sua confissão de tristeza pelo momento em que vive o PT. Ele disse uma verdade que eu não sabia, ao lembrar o *impeachment* de Collor: "Sabe quem foram os primeiros cidadãos que apresentaram, que protocolaram o pedido de *impeachment* de Collor? Fui eu e o então sindicalista Lula, mas não vingou porque não havia clamor popular. Depois, a imprensa ou sei lá quem protocolou um processo que vingou".

Então, durante as primeiras notícias que pipocaram de irregularidades de Collor, quem protocolou o pedido de *impeachment* foi Lula e Hélio Bicudo. Palavras dele. Isso quer dizer o quê? Não pode o PT, hoje, atirar pedras e dizer que a oposição está leve demais. Com certeza o título dessa coluna é correto - Não há problemas maiores pela responsabilidade que a Oposição tem. Nunca se ouviu o líder do PSDB, do PFL ou do PDT dizer que querem apressar o pedido de *impeachment*. Não há essa questão. O PFL é responsável e quer que Lula termine o governo, e bem.

Agora, é evidente que se houver, comprovadamente, delito ao dinheiro público, deverá ser punido, não tem jeito. Esta é a forma, a maneira do PFL fazer política.

Ontem, no grande encontro que houve em Lages - V.Exa. se encontrava presente -, nós ouvimos do líder, o Senador Jorge Bornhausen, e do Prefeito do Rio, César Maia, um discurso nessa linha. Disse ainda o Senador Jorge Bornhausen que a força não deve vir da emoção das ruas; a força deve vir do que está escrito na lei. Essa é a posição do PFL. O clamor das ruas não pode e não deve ser superior àquilo que está escrito na lei.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - O Senador Jorge Bornhausen fala isso agora porque o clamor das ruas pede para Lula ficar. O povo está aplaudindo o governo Lula. É por isso, Deputado Nelson Goetten! O povo está pedindo para Lula ficar e acredita neste governo.

Eu quero dizer que há uma história de 25 anos do PT que não vai ser enterrada, nem por V.Exa., nem por seus opositores.

Eu peço a bênção do padre Deputado Pedro Baldissera para V.Exa., pois V.Exa. não tem pecado. V.Exa., Deputado Nelson Goetten, é um homem sem pecado. Parabéns!

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Eu sou pecador, e reconheço!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. Presidente e nobres Deputados, depois dessa calorosa discussão política, vou falar sobre Santa Catarina; sobre o que aconteceu hoje pela manhã no município de São José, mais precisamente na Fundação Catarinense de Educação Especial, onde foi celebrado convênio entre a Secretaria da Saúde e a Fundação. Estávamos presentes e sentimos a preocupação do Governador Luiz Henrique da Silveira com a saúde.

Lá houve a inauguração de dois importantes aparelhos, de terceira geração, chamado Bera, que comprova estímulos cerebrais e ototoemissor, que comprova acuidade auditiva. Nossas crianças, com 48 horas de vida, podem fazer exame com ototoemissor para diagnóstico de surdez, de deficiência auditiva. Isso é tecnologia, é saúde de ponta.

Lá estavam presentes o presidente, sr. Pedro de Souza, a Secretária-Adjunta Carmem Zanotto e, para minha alegria, a conterrânea Janice Aparecida, funcionária dedicada, com duas equipes; uma, vai atuar no sistema auditivo e a outra, na prótese ocular. O valor do convênio será de R\$ 50 mil mensais, significando atendimento ao deficiente, àquele que mais precisa, àquele que menos sorte teve na vida.

Também quero me reportar ao projeto de lei que dispõe sobre distribuição gratuita de protetor solar aos portadores de câncer de pele no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

(Passa a ler)

"Art. 1º - Fica assegurada, aos pacientes portadores de câncer de pele, a distribuição gratuita de protetor solar, com o objetivo de minimizar o agravamento da doença.

Art. 2º - Poderão beneficiar-se da assistência prevista no artigo anterior os pacientes oncológicos, especificamente os portadores de câncer de pele e cuja renda familiar seja de até três salários mínimos.

Art. 3º - A distribuição dos medicamentos far-se-á mediante a apresentação, pelo paciente, de prescrição médica juntamente com o comprovante das Secretarias municipais de Saúde que o paciente se enquadra na categoria referida no art. 2º e será operacionalizado através da rede do Sistema Único de Saúde e Secretaria de Estado da Saúde".

(Cópia fiel)

Quero dizer aos senhores que a lei que estamos apresentando ao Legislativo de Santa Catarina refere-se, sem dúvida alguma, aos trabalhadores - garis, colonos, agricultores -, àqueles que no dia-a-dia labutam de sol a sol, porque a eles é imputado o maior índice de câncer de pele.

(Continua lendo)

"Primeiramente convém esclarecer o que é, quais são as causas e as consequências que podem advir desta grave doença.

Câncer da pele é o crescimento anormal e descontrolado das células que compõem a pele. Estas células se dispõem formando camadas e, dependendo da camada afetada, teremos os diferentes tipos de câncer. Os mais comuns são os carcinomas basocelulares e os espinocelulares; o mais perigoso é o melanoma.

A radiação ultravioleta é a principal responsável pelo desenvolvimento do câncer e o envelhecimento da pele. Ela se concentra nas cabines de bronzeamento artificial e nos raios solares.

O carcinoma basocelular é a principal, é o tipo mais frequente, e representa 70% dos casos. É mais comum após os 40 anos em pessoas de pele clara. Seu surgimento está diretamente ligado à exposição solar acumulada durante a vida. Apesar de não causar metástase, pode destruir os tecidos à sua volta, atingindo até cartilagens e ossos.

Já o carcinoma espinocelular é o segundo tipo mais comum de câncer de pele; pode se disseminar por meio de gânglios e provocar metástase. Entre suas causas estão: exposição prolongada ao sol - principalmente sem a proteção adequada -, tabagismo, exposição a substâncias químicas, como arsênico e alcatrão, e alterações na imunidade.

O melanoma é o tipo mais perigoso, com alto potencial de produzir metástase. Pode levar à morte se não houver diagnóstico e tratamento precoce. É mais frequente em pessoas de pele clara e sensível. Normalmente inicia-se com uma pinta escura.

Diante do exposto, justifica-se e faz-se necessária a presente medida em nosso Estado, através da presente lei, haja vista o aumento expressivo dos casos nos últimos anos.

Devemos salientar que os casos de câncer de pele atingem a população de forma geral, não escolhendo classe social, porém os efeitos nefastos se fazem sentir mais graves naqueles que não dispõem de recursos suficientes para prevenir e lutar contra a doença.

Em nosso Estado há uma grande incidência entre algumas classes, como, por exemplo: agricultores, garis, pescadores e tantos outros trabalhadores catarinenses que labutam expostos ao sol.

Neste norte, sendo responsabilidade e dever do Estado garantir saúde à população, razoável mostra-se criar medidas, instrumentos e mecanismos que assegurem este direito.

Sendo assim, entendemos ser oportuno o presente projeto de lei para que o Estado de Santa Catarina, mostrando preocupação com a saúde em suas mais diversas áreas, dê um passo importante no sentido de combater as graves consequências deste tipo de câncer."

(Cópia fiel)

Era o que tinha a dizer, sr. Presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. Deputado Francisco Küster, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. Presidente, srs. Deputados, retorno à tribuna neste pequeno espaço de tempo destinado ao meu partido para rememorar eventos ocorridos ao longo da história no mês de agosto.

Eu não acredito em bruxas, mas existe um ditado latino, Deputado João Henrique Blasi, que diz: Eu não acredito em bruxas, mas que elas existem, existem! Por isso torcemos para que o mês de agosto passe o mais rápido possível, pois é um mês de acontecimentos nada agradáveis, já ao longo da história.

A I Guerra Mundial, em 1914, eclodiu exatamente no mês de agosto; a II Guerra Mundial foi oficialmente decretada no dia 8 de agosto de 1939; a primeira bomba atômica que os americanos jogaram sobre Hiroshima foi no dia 6 de agosto de 1945; a segunda bomba atômica, no dia 9 de agosto de 1945, em Nagasaki, matando mais de 200 mil pessoas - uma tragédia -; no dia 24 de agosto de 1954, exatamente às 8h30min, suicida-se Getúlio Dornelles Vargas; no dia 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros cometeu aquela pirotecnia, renunciando, imaginando que retornaria, dando uma de Hugo Chavez, mas terminou não acontecendo. E a partir daí encorajou os que ousaram em 1964 o golpe que derrubou João Goulart. Foi em agosto, também, de 1996, que um acidente, até hoje não suficientemente esclarecido, vitimou Juscelino Kubitschek, um líder que foi Presidente do Brasil.

Em agosto de 1974 foi aquele episódio de Richard Nixon - o Watergate. Dia 13 de agosto de 1961, iniciou o famigerado muro de Berlim. Tanta coisa ruim, assim como outros acidentes, outros acontecimentos, eis que são inúmeros os ocorridos ao longo da história exatamente no mês de agosto.

Portanto, quando escutamos, assistimos, acompanhamos a fala do Ministro Antonio Palocci, que tem sido uma figura muito preservada em função até do comportamento da economia brasileira, não o imaginávamos se saindo bem. Ou será que vai acontecer mais alguma coisa complicada neste mês de agosto? Mas eu acho que ele se saiu razoavelmente bem nesse primeiro round. Ele se saiu razoavelmente bem. Com certeza ocorrerão outros, e muita coisa ainda não foi explicada.

Estamos ansiosos para que termine o mês de agosto, para que o nosso Brasil, a nossa democracia, enfim, a esperança do povo brasileiro não sofra mais o sobressalto das surpresas desagradáveis, as quais, ao longo da história, ocorreram durante o mês de agosto. Há muito isso vem ocorrendo durante o mês de agosto! E esperamos terminar o mês de agosto sem mais acontecimentos trágicos para infelicitarem a vida do povo brasileiro.

O Sr. Deputado Nelson Goetten - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Ouço V.Exa. com muito prazer, Deputado Nelson Goetten.

O Sr. Deputado Nelson Goetten - Eu só queria cumprimentar V.Exa. pelo conteúdo, ou seja, juntou todos os acontecimentos do mês de agosto. V.Exa. também falou da preocupação em blindar a economia, para não dar um susto nos especuladores. Essa é a verdade. Essa é a preocupação do governo. Porque o povo que paga essa conta, esse juro alto, numa deflação com juros de 19,75%, vive sob um susto contínuo. Não temos problema em ser assustados, porque vivemos assustados todos os dias. Mas os investidores precisam ganhar e continuar ganhando. Eles estão com medo de que, eventualmente, aconteça com o Ministro Antonio Palocci o que aconteceu com Hiroshima.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Exatamente, a economia não pode mais judiar do povo como o que vem acontecendo, com juros altos, com empresa encerrando suas atividades. Lamentavelmente o setor ceramista no sul do estado, o calçadista no vale do Tijucas, o moveleiro no norte do estado e outros tantos estão com dificuldades em função de toda essa situação.

Desejamos, sr. Presidente, que finde o mais rápido possível este mês de agosto para que não sejamos brindados com uma surpresa desagradável. É esse o nosso desejo!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo espaço está destinado ao Partido Trabalhista Brasileiro.

(Pausa)

Com a ausência de representante do Partido Trabalhista Brasileiro, passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0008/2005.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 0904/2005, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei nº 0076/2005, de origem governamental, que revoga dispositivos da Lei nº 11.481, de 17 de julho de 2000, que instituiu o Programa Catarinense de Recuperação Fiscal - Refis/SC e adota outras providências.

Conta com parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela manutenção do veto.

Em discussão.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, eu fui o Deputado que apresentou a emenda que está sendo questionada ou que está sendo objeto desse veto.

Eu não sei se nós temos aqui quórum suficiente para deliberar essa matéria. Da minha parte não tem problema algum de ser aprovada ou não ser aprovada essa matéria. O que eu quero deixar bem claro é que as razões que o governo utilizou para vetar são razões totalmente esta-pafúrdias. Não tem razão nenhuma, não existe razão nenhuma de vetar um dispositivo de 2005 alegando uma lei de 2003, que só valeu em 2003. Quer dizer, não há como desquebrar o ovo. As pessoas que se acharem ofendidas pela lei não há como fazer menção daquela lei que só vigorou no período já passado.

Por outro lado, também, a minha emenda, Deputado, tinha por escopo tentar ajudar o governo, eis que até bem pouco tempo o Refis só previa parcelamento uma única vez. O segundo parcelamento não poderia ocorrer. Quer dizer, o contribuinte, mesmo devedor, não poderia ter um segundo parcelamento. Se ele voltasse a atrasar, o parcelamento anterior seria anulado, cancelado. Isso era uma regra de uma lei.

Posteriormente, esse dispositivo, agora, foi modificado pelo governo atual, que pode parcelar uma vez, que pode parcelar pela segunda vez, que pode deixar de pagar uma prestação, e esse não-pagamento não prejudica o parcelamento normal. Mas o meu objetivo foi para que todas aquelas empresas que tiveram o seu parcelamento rejeitado porque voltaram a deixar de pagar pudessem ter o direito de voltar a pedir o parcelamento.

Se o governo se interessa em arrecadar, essa seria uma forma de talvez entrar dinheiro no caixa do Tesouro do Estado. Mas parece-me que o governo não deseja. E também, eu acho, sr. Presidente, srs. Deputados, que é porque a emenda é minha, de Deputado de Oposição. E vão até perguntar para mim: por que não apresentou na época? Porque também na época entendia-se em não mudar a lei original, que era a Lei 11.481.

O governo atual entende mudar! Eu até acho justo que mude, mas que permita que os contribuintes que tiveram o parcelamento rejeitado no governo passado, ou até a aprovação da lei atual que reformulou o Refis, a Lei 13.358, possam usufruir desse benefício.

Então, eu faço somente esse apelo. Agora, se votar, é mais dinheiro no caixa do governo do estado. Se não votar, é mais complicação no caixa do governo do estado e, por consequência, também, ação na Justiça.

Eu estou querendo só ajudar! Agora, também não faço um cavalo de batalha para a sua aprovação ou rejeição. Eu, como Deputado, consciente da minha obrigação, fiz a proposta que eu achava que era eficiente para o projeto. Eu relatei o projeto pela sua aprovação e fiz a emenda para melhorar o projeto. Mas se o governo entende que não vai melhorar porque a emenda é minha, eu deixo a critério dos srs. Deputados a posição. Mas eu vou, sim, manifestar-me pela derrubada do veto e, por consequência, permitir que o contribuinte, que no momento passado, por força de dispositivo de lei, da Lei 11.481, foi prejudicado, hoje já não seja mais prejudicado, por força da Lei 13.358.

Então, vai ficar um hiato entre a Lei 11.481, de 17 de julho de 2000, e a Lei 13.358, de sete de julho de 2005. Fica um hiato. A minha emenda foi para evitar que houvesse esse hiato, para que o Executivo tivesse o direito de repensar. Se não quer fazer, eu deixo a critério de cada um, da sua consciência e do próprio Executivo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Tendo o Deputado Antônio Carlos Vieira iniciado a discussão do veto, damos continuidade à discussão.

Com a palavra, para discutir, o líder do governo, Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente, o Deputado Antônio Carlos Vieira está sendo extremamente injusto quando atribui ao fato de ser o autor da emenda o fato de ela ter sido vetada.

O Deputado Antônio Carlos Vieira tem merecido, de parte do Governo, a maior atenção possível, pelo conhecimento técnico e pelo espírito público que tem demonstrado aqui nesta Casa. E dou apenas um exemplo, o projeto do Sapiens Parque, a lei que veio para cá, foi inspirada numa sugestão trazida pelo Deputado Antônio Carlos Vieira, o que mostra que o governo tem o Deputado Antônio Carlos Vieira em grande consideração.

Mas com relação ao veto ora em discussão, ele foi oposto por contrariedade ao interesse público, em razão de um fato muito simples. É que, em sendo aprovada a emenda do Deputado Antônio Carlos Vieira, vai obrigar que haja revisão de milhares e milhares de processos referentes ao Refis. Isso vai gerar uma mão-de-obra e um serviço muito grande, que o governo entendeu que na equação custo/benefício não seria interessante ao estado. Por isso, por contrariedade ao interesse público, entendeu de vetar. E eu encaminho nesta oportunidade pela manutenção do veto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o Deputado Antônio Ceron, para discussão.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. Presidente, primeiro respondo sobre o encaminhamento, ou seja, já que temos quórum, que deliberemos sobre o veto. Nós temos quórum na Casa, e eu vou votar contrário, apesar de que pelas argumentações do Deputado João Henrique Blasi, parece-me, o que foi votado inicialmente aqui ajudava mais o contribuinte, e o próprio governo não tinha problemas maiores.

Por isso, mesmo entendendo a explanação do Deputado João Henrique Blasi, eu não estou satisfeito com as explicações e vou manter a minha posição de rejeitar o veto. Mas entendo que devemos deliberar, sr. Presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, o Deputado Antônio Carlos Vieira, para rediscutir.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Não, não é rediscutir, é só para colocar o carro no devido trilho.

O Deputado João Henrique Blasi diz que o governo me brindou com o projeto do Sapiens Parque. Mas não, absolutamente, o governo teve juízo, porque existe uma denúncia, uma ação popular contra o governo, eis que em momento hábil não entrou com esse projeto, nos termos do art. 12, da nossa Constituição estadual. Ao mesmo tempo existe uma denúncia deste Parlamentar, no Ministério Público, contra exatamente a não-elaboração dessa lei. Então, o que o governo fez foi encaminhar o projeto de lei, Deputado João Henrique Blasi, e até me manifestei como relator, na Comissão de Finanças e Tributação, tentando mitigar essas dificuldades na Justiça.

Agora, não me fez nenhum favor, absolutamente. Gostaria de dizer que não será obrigatória a revisão daqueles contribuintes que não desejarem fazê-lo. Todo contribuinte que silenciar, que for silente, não precisa fazer a revisão. Mas se o contribuinte fizer a solicitação, ele fará. Mas agora deixo a critério de cada Deputado, da consciência de cada um.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o Deputado João Henrique Blasi, para rediscutir a matéria.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente, permita-me rediscutir a matéria. Em momento algum empreguei a palavra brindou ou fez favor ao Deputado Antônio Carlos Vieira. O que eu disse foi que inúmeras outras matérias, de iniciativa de S.Exa., como por exemplo suscitar ilegalidade do projeto Sapiens Parque, vieram a esta Casa considerando as ponderações colocadas pelo Deputado Antônio Carlos Vieira. Então, não falei nem brindar nem favor.

E com relação a essa matéria, reitero a manifestação anterior pela contrariedade do interesse público, visando o grande volume de serviço que diz que vai ser ocasionado, sem uma possibilidade concreta de arrecadação a maior em decorrência dessa revisão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

A votação será secreta, no painel eletrônico. Está aberto o painel de votação.

Os srs. Deputados que votarem "sim" aprovam o veto. E os srs. Deputados que votarem "não" rejeitam o veto.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Consulto se todos os srs. Deputados exerceram o direito de voto.

(Pausa)

Vinte e cinco srs. Deputados votaram.

Está encerrada a votação.

Temos 15 votos "sim" e dez votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 0103/2005, de autoria do Deputado Rogério Mendonça, que condiciona a manutenção da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS dos estabelecimentos que menciona e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentado um substitutivo global.

Foram apresentadas também subemendas redacional, supressiva e aditiva.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Esta Presidência consulta os srs. líderes se podemos votar as subemendas - redacional, supressiva e aditiva - em bloco, todas aprovadas em primeiro turno.

(Pausa)

Havendo concordância dos srs. líderes, em votação as subemendas.

Os srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Em votação a emenda substitutiva global, sem prejuízo das subemendas.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a emenda substitutiva global.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 0014/2005, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo, através da Procuradoria-Geral do estado, a solicitar a extinção do Processo de Execução Fiscal nº 075.97.005008-3, em que é parte a empresa Itagres Revestimentos Cerâmicos Ltda, que tramita na Vara da Fazenda Pública, Executivos Fiscais, Acidentes de Trabalho e Registro Público, da Comarca de Tubarão, nos termos do art. 32 da Lei 10.789, de 03 julho de 1998.

Em discussão.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pedimos a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, inicialmente, para não fazer qualquer discussão, gostaria que este projeto fosse retirado da pauta e fosse solicitada ao Executivo cópia de um documento assinado. Porque nesse processo, às folhas 56 (e o parecer do Deputado Vânio dos Santos a ele se refere como aprovado) nenhuma das três autoridades, ali, nas folhas 56, assinou esse documento.

Este Deputado era secretário, em 1999, quando rejeitou e deferiu esse pedido. Este documento, às folhas 56, seria de 2002, que em 2002 se concordaria com a adjudicação por força da Lei nº 10.789.

Se V.Exa. permitir, gostaria de retirar o processo para que esse documento, às folhas 56, seja anexado com a assinatura. Se houver, não gostaria de fazer discussão. Agora, se a decisão for outra, vou discutir o que dele consta.

Faço um apelo para que se busque essa informação com relação à assinatura do documento de folhas 56 do processo, que é muito importante.

Em 1999, no governo passado, rejeitou-se. Se em 2003 ou 2004 queira fazer, que se faça. Agora, usar um documento de 2002 não assinado, como se fosse adjudicado em 2002 ou concordado em 2002, gostaria de ver.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta Presidência consulta os srs. líderes: se houver um entendimento unânime para a retirada da matéria, nós a retiramos, caso contrário, vai à votação.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Não sei a que documento se refere o sr. Deputado Antônio Carlos Vieira, mas em mais uma demonstração de apreço e consideração por S.Exa. da parte do governo, de onde o projeto teve origem, não há qualquer objeção a que solicite o documento mencionado pelo Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Consulto se os srs. líderes concordam.

(Pausa)

Com a concordância dos srs. líderes, a matéria é retirada de pauta para ser reincluída na pauta oportunamente.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, é solicitado que seja juntado o documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Essa é uma providência que a Comissão de Constituição e Justiça deve tomar, posto que o projeto é de origem daquela comissão.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0265/2005, de autoria do sr. Deputado Vânio dos Santos, que concede título de Cidadão Catarinense ao sr. Arthur Moreira Lima.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para registro de voto apenas, o sr. Deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. Presidente, trata-se de registro de abstenção. Em respeito ao Deputado Vânio dos Santos, mas por não conhecer nenhum trabalho meritório e gratuito à comunidade de Santa Catarina, eu não tenho por que votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência registra a manifestação do Deputado Antônio Ceron.

Consulto os srs. líderes se podemos colocar em votação o Projeto de Resolução nº 0009/2005, de autoria da Deputada Simone Schramm, que dispõe sobre as frentes parlamentares e que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Gostaria de saber, ainda, se podemos votar a admissibilidade da Medida Provisória nº 0118/2005, que concede aos membros do Magistério Público Estadual antecipação do valor do vencimento, e a Medida Provisória nº 0119/2005, que altera dispositivo da Lei nº 10.547/67, que institui gratificação de produtividade para os servidores da Fundação da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Então, consulto os srs. líderes se podemos votar em primeiro turno. As matérias têm a aprovação da Comissão de Constituição e Justiça.

(As lideranças aquiescem.)

Com a concordância de todos os srs. líderes, discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Resolução nº 0009/2005, de autoria da Deputada Simone Schramm, que dispõe sobre a criação das frentes parlamentares no âmbito da Assembléia Legislativa.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Meus cumprimentos à Deputada Simone Schramm.

Discussão e votação da admissibilidade da Medida Provisória nº 0118/2005, de origem governamental, que concede aos membros do Magistério Público Estadual, ativos e inativos, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, antecipação do valor do vencimento e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a admissibilidade da medida provisória.

Discussão e votação da admissibilidade da Medida Provisória nº 0119/2005, de origem governamental, que altera dispositivo da Lei nº 10.547, de 1967, que institui a gratificação de produtividade para os servidores da Fundação da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a admissibilidade da medida provisória.

A Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações nºs 0309/2005 e 0310/2005, de autoria do Deputado Sérgio Godinho; 0311/2005, de autoria do Deputado Cesar Souza; 0312/2005, 0313/2005 e 0314/2005, de autoria do Deputado José Serafim; 0315/2005, 0316/2005 e 0317/2005, de autoria do Deputado Francisco de Assis, e 0316/2005, de autoria do Deputado Jorginho Mello, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento de autoria da Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Santa Catarina - Fehoesc, cumprimentando-o pelos dez anos da entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito Municipal de Brusque, cumprimentando-o pela inauguração da arena multiuso Antônio Neco Heil.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Secretário da Fazenda, cumprimentando-o pelo sistema de administração tributária - S@T, que é mais um exemplo de descentralização.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, eu só quero dizer que essa homenagem é graças à publicidade que o governo está fazendo.

Eu quero que fique registrado aqui, definitivamente, que, primeiro, o recurso do Pnaf, é que foi contratado pelo então Governador Paulo Afonso Vieira, o recurso vem lá de trás; segundo, quem licitou e quem contratou a empresa para fazer o sistema de administração tributária fui eu quando era Secretário, no início de 2002. O atual continuou, sim, o projeto. Agora, dizer que esse sistema é descentralizado, muito pelo contrário, esse sistema é totalmente centralizado, porque centraliza em Florianópolis todas as informações dos contribuintes do estado.

Tudo bem, vamos até cumprimentar, mas vamos colocar os pingos nos *ii*. Primeiro, o recurso do Pnaf é financiamento conquistado pelo governo Paulo Afonso Vieira. Segundo, foi licitado e contratado no governo passado em que eu, como Secretário da Fazenda, assinei tanto a licitação como a contratação, e cumprimento o atual governo por ter dado continuidade, porque senão teria jogado dinheiro fora, e um dinheiro que não era do governo do estado, era dinheiro público do financiamento.

Se eu puder me excluir deste cumprimento, eu gostaria. Não quero me incluir e sim me excluir, porque o atual governo não tem nada a ver com isso. Está fazendo publicidade com uma moça muito bonita, em todos os jornais, a respeito dessa modernização, modernização de um simples clique.

Eu até posso cumprimentar, Deputada Simone Schramm, mas não com chapéu alheio.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência já deferiu o requerimento.

Requerimento de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Deputado Romildo Titon e aos seus familiares, enviando votos de pesar pelo falecimento da sra. Maria Crema Titon.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gelson Sorgato.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Sr. Presidente, eu gostaria que toda a bancada do PMDB pudesse subscrever este requerimento do Deputado Onofre Santo Agostini de pesar à família do nosso Deputado Romildo Titon.

O Sr. Deputado Francisco Küster - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - De igual forma, sr. Presidente, em nome da bancada do PSDB, nós desejamos nos solidarizar com as manifestações de pesar pelo falecimento da progenitora do nosso Colega Romildo Titon.

Peço vênha para participar do envio da mensagem.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a Deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - O Partido Liberal também quer se sensibilizar à família do nosso querido Colega Deputado Romildo Titon. Os nossos grandes sentimentos ao momento por que passa, que é de grande tristeza. E nós também queremos nos unir ao nosso querido Colega.

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Vânio dos Santos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. Presidente, da mesma forma, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, nós queremos estender ao Deputado Romildo Titon e a todos os seus familiares os nossos votos de condolências e pedimos vênha para também assinar o referido requerimento, em nome de todos os Deputados.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, não só em meu nome, porque eu já mandei, inclusive, um telegrama pelo passamento da genitora do Deputado Titon, mas gostaria que incluísse também o nome de todos os Parlamentares do PP nesse telegrama, porque realmente o sentimento de perda é muito grande. E nós queremos estar juntos, numa solidariedade, com o Deputado Titon por essa ocorrência.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - A Bancada do PMDB lamenta, profundamente, a perda da mãe do Deputado Romildo Titon. Em nome da nossa bancada, os nossos pêsames.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência, diante das manifestações, transforma esta mensagem como uma mensagem de todos os Parlamentares da Assembléia Legislativa, todos irmanados no mesmo sentimento da sentença de pesar pelo passamento da progenitora do eminente Deputado Romildo Titon.

A Presidência registra, com prazer, a visita do Prefeito de Jacinto Machado, que nos dá a honra da sua visita ao Parlamento catarinense. Seja muito bem-vindo, Prefeito.

Os Deputados Manoel Mota e Genésio Goulart já estão a disputar a recepção para V.Exa.

Requerimento de autoria da sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Comunitária Chaleira Preta, de Joinville, cumprimentando-o pela iniciativa da criação da Semana do Excepcional.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Termotécnica, de Joinville, cumprimentando-o pelo Coral Vozes da Termotécnica.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Coordenadora do Coral Vozes da Termotécnica, de Joinville, cumprimentando-a pela coordenação do Coral Vozes da Termotécnica.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Saúde, cumprimentando-o pelo sucesso da segunda etapa da campanha nacional da vacinação contra a paralisia infantil 2005.

A Presidência defere de plano.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a Deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. Presidente, quero salientar que foi graças ao Rotary Internacional, que financiou toda a estrutura, que essas vacinas foram distribuídas em todo o Brasil.

Quero dar os parabéns ao Rotary Internacional, que conseguiu todas essas vacinas e que doou para o Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Requerimento de autoria da sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Reitor da Univali, cumprimentando-o pelo projeto Contadores de História, que tem como objetivo incentivar a leitura.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Federal de Educação Física, cumprimentando-o pelo Dia do Profissional de Educação Física, a ser comemorado no dia 1º de setembro.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito de São Francisco do Sul, cumprimentando-o pela programação que marca o Dia do Folclore, intitulado como Sábado Cultural de São Francisco do Sul.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Cesar Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Grupo de Supermercados Giassi, cumprimentando-o pelos 45 anos de fundação da empresa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Cesar Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, cumprimentando-o pela comemoração dos 113 anos de fundação da entidade. O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, o Deputado Cesar Souza não está presente, mas gostaria de pedir a ele para também assinar este requerimento, porque sou um feliz portador da Ordem da Machadinha. Fui agraciado pelo Corpo de Bombeiros de Joinville. Hoje está muito no meu coração essa corporação e eu gostaria de me associar ao Deputado Cesar Souza neste requerimento de congratulações por mais um aniversário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência defere de plano, com a convicção de que o Deputado Cesar Souza vai se sentir honrado com a inclusão da assinatura de V.Exa. no seu requerimento.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Cesar Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos familiares do sr. Wilson Santos, de Brusque, enviando votos de pesar pelo seu falecimento.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. Deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal de Entre Rios, parabenizando-os pelo aniversário daquele município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Julio Garcia, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Olvacir Bez Fontana, parabenizando-o pela posse na presidência do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Criciúma.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Hemeus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor da Unochapecó, parabenizando-o pela quarta colocação nacional entre as universidades privadas.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à presidente da Associação de Voluntários de Saúde do Hospital Infantil Joana de Gusmão, de Florianópolis, cumprimentando-a pela passagem dos 30 anos de fundação da entidade.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Pela ordem, sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Deputado Gelson Sorgato.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. verificasse o Requerimento nº 1026, que parabeniza o Prefeito e o Presidente da Câmara Municipal de Entre Rios pelo aniversário do município. Eu gostaria que a Deputada Odete de Jesus também verificasse, porque eu acredito, a não ser que eu esteja enganado, que este aniversário já ocorreu. Não sei se este é um requerimento atrasado ou este Deputado está enganado.

Gostaria que fosse verificado este requerimento, para que não se envie um requerimento com data errada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A assessoria da Presidência determina a observação do que pondera o Deputado Gelson Sorgato.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. Deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. Presidente, para se comemorar e parabenizar uma pessoa, um município não se tem data, parabenizamos sempre, porque os Prefeitos estão trabalhando assim como nós, Parlamentares, e para presentear uma pessoa não precisa ser só no aniversário. Para dar um elogio e parabenizar um colega, não precisa ser na data. Quando presenteamos uma pessoa, temos que fazê-lo enquanto está viva, mandar flores, etc. Não é depois que morre, porque a pessoa não vai poder participar.

Então, parabenizamos os Prefeitos todos os dias, Deputado Gelson Sorgato.

Requerimento de autoria do Deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica à família de José Carlos Aguiar, de Tubarão, enviando votos de pesar pelo seu precoce passamento.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Gelson Sorgato, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal de Chapecó, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano esperando que, apesar da contradição entre o Deputado Gelson Sorgato e a Deputada Odete de Jesus, esses requerimentos possam ser bem recebidos nos municípios que são cumprimentados por iniciativa dos srs. Parlamentares.

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - Pela ordem, sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Deputado Vânio dos Santos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. Presidente, ainda no item de requerimentos que enviam votos de pesar à família do jornalista José Carlos Aguiar, da Band, de Tubarão, eu gostaria de pedir ao autor do requerimento para que pudesse também subscrevê-lo.

(O autor do requerimento aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a concordância do autor, a Presidência defere de plano.

Eu também solicito ao Deputado Genésio Goulart que o Deputado Joares Ponticelli faça parceria com ele neste requerimento tão-somente para que possa subscrevê-lo.

Moção de autoria do Deputado Joares Ponticelli, a ser enviada ao presidente da Anatel, solicitando uma antena de telefonia celular no município de Grão Pará.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Genésio Goulart - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Deputado Genésio Goulart.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Gostaria de saber da possibilidade de subscrever esta moção de autoria do Deputado Joares Ponticelli.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O Deputado Joares Ponticelli retribui a gentileza e concorda que o Deputado Genésio Goulart subscreva a moção.

Moção de autoria do Deputado Genésio Goulart, a ser enviada ao Ministro das Comunicações, solicitando que o estado seja incluído no sistema de cobertura móvel, através de instalação de antena de telefonia celular, disponibilizando este serviço a todos os municípios do interior catarinense.

Em discussão.

O Deputado Joares Ponticelli solicita ao autor desta moção que também possa subscrevê-la.

(O Deputado Genésio Goulart aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência, com a aquiescência do Deputado Genésio Goulart, permite que esta moção seja também assinada pelo Deputado Joares Ponticelli.

Em votação.

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do Deputado Genésio Goulart, a ser enviada ao presidente da Anatel, solicitando que o estado seja incluído no sistema de cobertura móvel, através da instalação de antena de telefonia celular, disponibilizando esse serviço a todos os municípios do interior catarinense.

A matéria tem o mesmo teor que a anterior, sendo apenas para destinatário diferente. Como o Deputado Joares Ponticelli solicitou subscrever a moção anterior, solicita subscrever esta também.

(O Autor aquiesce.)

Como o Deputado Genésio Goulart concorda, a Presidência atende.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado ao Secretário de Desenvolvimento Regional de Criciúma, solicitando cópia do processo que originou a Dispensa de Licitação nº 004/2005 e do contrato firmado com a empresa Feeling Publicidade e Propaganda Ltda.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado ao Secretário da Cultura, Turismo e Esporte, solicitando cópia do processo que deu origem ao contrato e aditivos firmados com os srs. Evandro Barros Montenegro e Eumar de Barros Montenegro, bem como informar despesas mensais e quantidade de servidores públicos e ou pessoas contratadas para a Casa de Santa Catarina em São Paulo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Antônio Carlos Vieira a ser enviado ao Secretário do Desenvolvimento Regional de Ibirama, solicitando cópia do processo que originou a Dispensa de Licitação nº 021/2005 e do Contrato nº 029/2005, firmado com a Liga Vale Norte de Futebol.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado ao Secretário de Desenvolvimento Regional de Maravilha, solicitando cópia do processo que originou a Carta Convite nº 021/2005 e do contrato firmado com a empresa Visão Opinião S/S Ltda.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado ao Secretário da Fazenda, solicitando cópia do Processo nº PSEF 71.879/056 que originou o Convite nº 040/2005 e do contrato firmado com a empresa Quantum Engenharia Elétrica Ltda.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado ao Presidente da SC Parcerias S/A, solicitando cópia do processo que originou a Dispensa de Licitação nº 004/2005 e do contrato firmado com a Fundação Getúlio Vargas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Genésio Goulart - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Genésio Goulart.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Com muita honra, gostaria de registrar a presença nesta Casa das nossas colegas de trabalho da Cergal, a Cooperativa de Eletrificação Rural de Anita Garibaldi: a Renata, a Cristiane e a Luciane.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Sejam bem-vindas Renata, Cristiane e Luciane, que estão aqui acompanhando o trabalho do presidente da cooperativa.

Com a palavra o primeiro orador inscrito em Explicação Pessoal, Deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, sras. Deputadas, srs. Deputados e catarinenses que nos acompanham através da TV Assembleia, quero solicitar muita atenção de todos os Deputados para a matéria que trago à tribuna na tarde de hoje.

Se alguém tivesse me contado que isto tinha acontecido em algum órgão público deste país, eu não acreditaria. Acredito porque vi, e como tenho costume de fazer, trago os documentos para esta tribuna para que aquele Deputado de sempre, do governo, não venha aqui dizer que falei com a verdade.

Domingo passado, Dia dos Pais, Deputada Simone Scharamm, foi realizado o concurso público para o magistério de Santa Catarina. Eu acessei a uma parte da prova de língua portuguesa deste concurso. Pasmem, srs. deputados! Solicito atenção de V.Exas.! Vejam o que é o texto do caderno de provas de língua portuguesa. É a maior comprovação de uso abusivo, escancarado do uso da máquina pública que já se viu na história do poder público no mundo!

Sabe o que é que diz o texto, Deputada Odete de Jesus? Ele diz: "Rodovia leva novas oportunidades para o Alto Vale". E aí o governo faz uma propaganda sobre a pavimentação da rodovia SC-426, que liga os municípios de Braço do Trombudo e Trombudo Central, colocando isto como o texto da matéria e dizendo que esta é uma obra do governo descentralizado.

Mentira número um! Esta obra, sras. Deputadas e srs. Deputados, foi executada através do Edital nº 10.501, e os serviços tiveram início em 18 de março de 2002! Está aqui o relatório do programa rodoviário BID IV. Portanto, é uma obra do BID IV, sendo que até o final do governo passado foram executados 20% da obra, conforme o relatório do BID IV. Portanto, a primeira falta de verdade: quem disse que esta é uma obra da descentralização? A obra estava com 20% executados e o atual governo a concluiu, até porque estava financiada pelo BID IV.

Então, o primeiro crime do concurso: a mentira, a propaganda enganosa, a propaganda chupim novamente, Deputado Vieira - e V.Exa. já escreveu um artigo sobre isto. Mas pior do que isso, Deputado Julio Garcia, é o uso da máquina. As perguntas da prova do concurso público, Deputada Simone Schramm, que teve a propaganda como texto - Santa Catarina em ação, mais uma obra descentralizada, que já comprovei que não é verdade -, foram as seguintes:

(Passa a ler)

"01) Assinale a alternativa CORRETA.

Na manchete Rodovia leva novas oportunidades para o Alto Vale, a expressão sublinhada é:

A) objeto direto.

B) objeto indireto.

C) complemento nominal.

D) adjunto adnominal.

E) objeto direto e indireto.

02) Assinale a alternativa CORRETA.

Na frase Rodovia SC 426: segurança no trânsito e agilidade no transporte de cargas, o conectivo sublinhado expressa a idéia de:

A) ênfase.

B) soma.

C) condição.

D) oposição.

E) alternância.

03) Assinale a alternativa que completa CORRETAMENTE a afirmativa abaixo, de acordo com o texto.

Com a pavimentação da Rodovia SC 426 o Governo está...

A) levando o desenvolvimento para várias

regiões do estado.

B) pavimentando mais 15 quilômetros de

rodovias no Sul do Estado.

C) oportunizando menos agilidade no

transporte

de passageiros.

D) levando oportunidades de desenvol-

imento a

municípios do Alto Vale.

E) pavimentando rodovias federais e

oportunizando investimentos

turísticos."

(Cópia fiel)

Não dá para acreditar, Deputado Vânio dos Santos, perderam o juízo completamente! Isto é uma agressão à sociedade catarinense. Até concurso público este governo está usando para fazer politicagem barata, sórdida e mentirosa, porque está aqui a comprovação de que a propaganda é enganosa, mentirosa! E eu desafio alguém provar aqui que a obra não foi iniciada e não teve 20% executados no governo passado - obra do BID IV.

A nossa bancada está representando o Ministério Público de Santa Catarina, e espero que ele possa nos ajudar a segurar porque eles não têm mais limites, Deputada Ana Paula Lima e Deputados Vânio dos Santos e Dionei Walter da Silva! Estão extrapolando todos os limites! Fazer propaganda enganosa do governo em concurso público é o maior abuso e o maior escândalo que este estado já viu!

Fico imaginando, Deputado Antônio Carlos Vieira, se do outro lado do balcão ou na chefia do executivo estivesse o nosso governo, o que os Deputados do PMDB fariam com um material destes?! Seria um escândalo com dimensão nacional. É um absurdo o que está acontecendo em Santa Catarina. É o uso mais abusivo da máquina pública jamais visto na história deste estado.

Talvez, Deputado Antônio Carlos Vieira, isto justifique uma outra ação do tal governo descentralizado, que é o concurso secretário regional por um dia. Agora, Deputado Dionei Walter da Silva, eles estão fazendo um concurso para alunos de 5ª a 8ª séries, e o prêmio vai ser uma camiseta escrito descentralização, que vai ser dada para cada 60 alunos primeiro colocados em cada regional. Até criança de escola começaram a usar para fazer politicagem! Isto é um absurdo: concurso público com propaganda enganosa, usar a inocência de uma criança para colocar uma camiseta propaganda! E, o que é pior, diz o regulamento que o governador candidato é que vai entregar a camiseta de campanha.

Sei que o Ministério Público de Santa Catarina é um exemplo para o Brasil, é muito atuante. Portanto, estaremos protocolando ainda nesta semana essa representação, e quero conclamar, de público, o Ministério Público de Santa Catarina e toda a sociedade catarinense para que nos ajudem a segurar o abuso do uso da máquina pública neste estado. Se isto não for segurado agora, Deputado Antônio Carlos Vieira, ultrapassando todos os limites como eles estão, não sei o que efetivamente vai ocorrer durante o período eleitoral.

Com tudo isso que está acontecendo no Brasil, penso que este é o momento de o Poder Judiciário e de o Ministério Público olharem para o que está acontecendo para que possamos evitar aqui escândalos ainda maiores do que já estão acontecendo.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Deputado Joares Ponticelli, para fazer esta publicidade chupim... Inclusive, sinto a ausência do Deputado Duduco, que tanto reclama pelo pagamento das creches. Trago aqui o Diário Oficial do dia 19, página 1, mostrando que foram mais R\$ 3,5 milhões para a Secretaria de Comunicação gastar em publicidade.

Então, para publicidade recursos hay. Para outras coisas, principalmente para as creches, não tem recurso nenhum!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, Deputado Antônio Carlos Vieira.

Eu estou há algumas semanas, há algumas sessões, chamando a atenção para o uso abusivo da máquina pública em favor da campanha de reeleição do governador candidato e dos seus candidatos à Assembleia, cabos eleitorais do Governador. Já caiu o delegado-geral de polícia; o Secretário de Videira fez uma festança de pré-lançamento de sua campanha; o Secretário de Brusque está-se utilizando da logomarca do governo para fazer a sua projeção política; e agora concurso público sendo utilizado para fazer propaganda enganosa do governo e induzir os concursantes eleitores ao erro.

Além do resultado desta representação que estamos ingressando junto ao Ministério Público catarinense, é preciso, e volto a conclamar, a participação efetiva de todos os membros desta Casa, a vigilância permanente para que possamos coibir este abuso e estes sucessivos escândalos que estão ocorrendo por conta desta campanha desenfreada que o governo já iniciou com recursos públicos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Vânio dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. Presidente, sras. Deputadas e srs. Deputados, em primeiro lugar, gostaria de anunciar que no próximo dia 29, segunda-feira, esta Casa estará realizando uma sessão solene em homenagem ao Dia do Bancário, tendo em vista um requerimento de minha autoria para homenagear uma categoria tão importante de prestação de serviços.

O Dia do Bancário é 28 de agosto, uma data comemorada nacionalmente. Mas como será num domingo, estaremos realizando esta sessão solene na próxima segunda-feira, dia 29, a partir das 19h, aqui no plenário da Assembleia Legislativa.

Quero retornar, Deputado Dionei Walter da Silva, a um ponto anterior. O Deputado Nelson Goetten já não está presente - e eu tenho sempre falado antes dele -, mas quero retornar ao ponto anterior para fazermos desta crise, repito, não um debate hipócrita, mas um debate sério porque ao longo da história do partido do Deputado Nelson Goetten várias foram as figuras afastadas da vida pública, várias foram as lideranças e Parlamentares envolvidos com corrupção!

Quem não lembra de Ronivon Santiago e João Maia, Deputados Federais do PFL que renunciaram naquela denúncia de compra de votos da eleição do FHC?! Quem não lembra da serra do Hildebrando Pascoal?!

Eu usei aqui a palavra intolerância com o PT, com o nosso governo e com adversários, e o Hildebrando Pascoal, só para lembrar, foi Deputado Federal do PFL e serrava

pernas, braços e pescoços de seus adversários políticos lá no seu estado. Esta é a intolerância, a eliminação física de quem pensa diferente, de quem tem idéias diferentes.

Nós temos que fazer um debate político, sim, mas este debate precisa ser completo no seu conteúdo. O Parlamentar ao qual eu me refiro costumeiramente assoma a esta tribuna para questionar a política econômica do atual governo, diz que ela é excludente, é elitista, que ela só agrada aos banqueiros, que é uma continuidade da política econômica do governo anterior. Ora, mas o partido do Deputado ao qual eu me refiro foi apoiador, ao longo dos oito anos, do governo anterior.

Então, se esta política é excludente, se esta política privilegia banqueiros, se esta política é vergonhosa para o país, por que durante os oito anos do governo anterior, o referido Deputado jamais disse que ela era excludente, que ela era elitista e que só agradava aos banqueiros e aos grandes latifundiários? Novamente vem a intolerância, mas, mais do que isso, vem a incoerência.

Portanto, é por isso que precisamos restabelecer este debate em outros patamares.

Amanhã à noite, sr. Presidente, vamos estar reunidos, na cidade de Itajaí, com os companheiros filiados do PT daquela região, debatendo este processo eleitoral interno do partido. Depois de amanhã, Deputada Ana Paula Lima, estaremos na região de Blumenau, na cidade de Indaial, base eleitoral de V.Exa. Irei lá conquistar votos dos filiados do PT.

Sei que V.Exa., por enquanto, tem uma preferência por um outro candidato a presidente estadual, mas sei que nos encontraremos no segundo turno porque tenho certeza de que os filiados do PT e a militância querem, sim, reafirmar o nosso compromisso com a construção de um partido ético; com a construção de um partido transformador; com a construção de um partido que respeita sua base militante; com a construção de um partido que luta por educação pública e de qualidade; com a construção de um partido e de um projeto que defende a reforma agrária que está implementando, pela primeira vez, a possibilidade de habitação ao homem do campo.

Particpei, Deputada Ana Paula Lima, em Cordilheira Alta, próximo a Chapecó, juntamente com o Ministro Olívio Dutra, da inauguração das primeiras casas para os agricultores rurais.

Este governo possui uma série de projetos e medidas a serem tomadas e tem encaminhado um conjunto de projetos para o país crescer; tem aumentado, significativamente, o investimento em habitação e saneamento; resgata uma dívida, inclusive de muitos governos, com o estado de Santa Catarina na área de infra-estrutura (investimentos em aeroportos, em portos, na duplicação da BR-101) apesar das dificuldades que estamos tendo no governo, uma vez que ele não é apenas do PT.

Não é fácil resolver os problemas que se acumularam no Brasil depois de 20 anos de ditadura militar e dez anos de neoliberalismo, os quais se desfizeram de boa parte do nosso patrimônio público, das nossas empresas públicas. Com toda a dificuldade foi eleito com 53 milhões votos, mas apenas 14 Senadores dos 81 e 90 Deputados no total de 513. Isso mostra a distorção do nosso sistema eleitoral. Portanto, é preciso, necessário, urgente que se faça uma reforma política séria, profunda e que se combata permanentemente a corrupção.

A corrupção parte da idéia de levar vantagem em tudo, o que, infelizmente, está estabelecido até na nossa cultura. Vou repetir aqui um argumento que já apresentei, do jogador Gerson, da seleção brasileira de 1970, que quando foi para a televisão fazer propaganda de cigarro tinha o *slogan* de que o importante era levar vantagem em tudo. Com esse gesto, infelizmente, reforçou-se a cultura de que é possível lograr o outro, de que é possível enganar o vizinho, de que é possível, muitas vezes, vender um carro velho com motor danificado, mas enceradinho, bonitinho, com o objetivo deliberado de uma atitude enganosa, de exercer para o outro aquilo que não gostaríamos para nós mesmos.

Meus caros colegas Deputadas e Deputados, a mudança está dentro de cada um de nós. Cada um precisa fazer um pouco, do mais simples cidadão ao Presidente da República. É preciso, portanto, que se tenha consciência. E nós do PT, temos essa consciência. Não falo de forma generalizada, para a imprensa, pois digo que sou contra a generalização, mas quando algum Deputado do PT, por qualquer razão, é denunciado, a sigla é que está em debate; é a legenda que se condena. Mas quando se pega algum bispo do PFL com 12 malas com dinheiro, no dia seguinte somente se diz que era o bispo da igreja tal. Ora, o que é isso?

A Sra. Deputada Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Posso conceder a V.Exa. um aparte, mas que seja breve, por favor, em função do meu tempo!

A Sra. Deputada Odete de Jesus - V.Exa. deveria fazer uma análise mais precisa antes de criticar um bispo, porque aquilo vinha de oferta, Deputado. V.Exa. está desatualizado! Aquilo era oferta do povo! Quero que V.Exa. saiba. Era oferta de Brasília que estava sendo transportada para São Paulo; eram moedas de oferta, de dizimos do povo. Inclusive eu também dou meu dinheiro, minha oferta.

Esse bispo, que é Deputado, estava a serviço...

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Deputada Odete de Jesus, gostaria que V.Exa. concluísse.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Amanhã eu me expressarei, então, da tribuna, para explicar, já que V.Exa. não está inteirado do assunto.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Eu agradeço, e estou muito inteirado sobre o assunto, sim! Quero dizer que não estou fazendo acusação. Estou mostrando a forma de tratamento, diferenciado, em relação a Parlamentares ou pessoas do meu partido e de outros. Eu sei que não é do meu partido e não estou me referindo a nenhuma igreja! Estou dizendo que há uma forma diferenciada de tratamento.

Peço licença a V.Exa. para concluir o meu pronunciamento.

Apenas não concordo com a generalização. Não tenho medo de defender o meu partido e o governo do qual faço parte, mas acho que se deve dar a César o que é de César.

O que nós precisamos aqui é talvez voltar a encontrar Hildebrando Pascoal, Deputado Francisco Küster, pegar de volta aquela serra para separarmos o joio do trigo; a hipocrisia da verdade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo orador inscrito é o Sr. Deputado Manoel Mota, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, sras. Deputadas, srs. Deputados, visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento na tarde de hoje, venho aqui para contestar, trazer a verdade, resgatar a verdade, para que essas coisas que denigrem, que não trazem nada, que não contribuem, possam ser esclarecidas.

Penso que um Parlamentar, que é professor, tem de ser bastante inteligente para saber que em qualquer concurso, quando se fala em geografia, pode-se falar em estrada, apresentar a estrada, formas de mostrar à sociedade onde tem, o que tem, o que pode ser feito e o que não pode.

Agora, vir aqui um Parlamentar afirmar e reafirmar, duvidar da Universidade Federal de Santa Catarina, orgulho deste país, é inadmissível! É impossível concordar, Deputado Altair Guidi, que um Deputado venha aqui jogar dúvida sobre a honra da Universidade Federal de Santa Catarina!

Se não gostamos do governo, se não queremos que o governo vá bem, temos tantas outras formas de fazer críticas. Eu nunca vi alguém chegar a algum lugar só com críticas. Nesta vida precisamos planejar para andar para frente, para construir. Quem não planeja não constrói; quem apenas só aprendeu a fazer crítica, é verdade, só destrói. E está destruindo a si próprio. S.Exa. traz para esta Casa pontos que chamam atenção, e muito, da sociedade, como duvidar, Deputado Francisco Küster, da Universidade Federal de Santa Catarina, que é uma instituição honrada, pois foi ela que elaborou a prova do concurso público. Mas as ações do Governador Luiz Henrique são as mais transparentes, até hoje, de Santa Catarina.

Não podemos aceitar que Deputado venha aqui criar fatos para aparecer na mídia; colocar dúvida naquilo que é legítimo, legal, naquilo que pode ser considerado de maior lisura, como são as ações para um concurso público.

Quer colocar defeito, que coloque! O papel da Oposição aqui é importante, ajuda o governo a perceber quando o caminho está errado, por onde deve ir. Agora, não pode levantar hipóteses, informações distorcidas, fazendo com que a sociedade fique em dúvida sobre a nossa universidade, Deputado Francisco Küster; é querer não contribuir com nada; apenas tenta destruir!

Eu acho que a sociedade deve analisar com profundidade. Será que não há nada de bom em nenhum momento? Em todos os dias só temos coisas ruins para construir; o estado está assim? Será que dentre os estados da federação não estamos vivendo um momento ímpar, em que o governo de Santa Catarina quer chegar ao final do ano com as suas contas zeradas, ou quase zeradas, com o estado em dia?

Agora, vir aqui pregar uma peça; vir aqui, com irresponsabilidade, enganar a população, é meramente inaceitável!

Quem conhece a lisura, a ética, a forma de agir do Governador Luiz Henrique da Silveira, sabe que é com transparência. Podem ter certeza de que sua excelência está repudiando a informação distorcida do Deputado Joares Ponticelli, porque ele veio aqui tentar mentir, de novo, para enganar a população, colocando em dúvida a Universidade Federal de Santa Catarina, o que não podemos aceitar, Deputado Francisco Küster!

O Sr. Deputado Francisco Küster - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Ouço V.Exa., que é uma pessoa que sempre teve posição no governo, com críticas e elogios, sempre dentro de uma postura possível de ser aceita e não da forma que



estamos acompanhando, como a oposição do Deputado Joares Ponticelli, que nada faz para construir, que apenas procura jogar para destruir, diminuir o estado de Santa Catarina, como tentou destruir Joinville, quando da história da Escola Bolshoi. E a população de Joinville é constituída por mais de 20% de tubaronenses, desde a época das enchentes em Tubarão.

Então, o Deputado vende uma imagem distorcida, cria fatos e problemas a toda hora para se autopromover. Não se promove apenas dessa forma. É preciso construir uma promoção. E eu vejo aqui, com muita tristeza, a forma como o Deputado vem fazendo, todos os dias, para tentar promover-se. Não encontra a forma, desespera-se e aí, a cada dia coloca em dúvida entidades, como a Universidade Federal de Santa Catarina, que é o orgulho de nosso estado.

Deputado Francisco Küster, tenho certeza de que V.Exa. tem muito a contribuir, e por isso concedo aparte.

O Sr. Deputado Francisco Küster - Deputado Manoel Mota, no momento em que V.Exa. rebate as acusações do Deputado Joares Ponticelli, mais especificamente no que se reporta ao papel da Universidade Federal de Santa Catarina, uma instituição da maior respeitabilidade, de credibilidade indiscutível, eu fico imaginando que a Oposição tem o papel de fazer críticas, de denunciar. Só que existem denúncias e denúncias; críticas e críticas. É lamentável quando uma denúncia, uma crítica, é infundada e caluniosa.

Eu tenho a Universidade Federal de Santa Catarina como uma instituição da maior respeitabilidade. Fazer uma crítica acusatória infundada é colocar em risco toda a história de uma instituição que já formou milhares e milhares de pessoas, que hoje prestam relevantes serviços a Santa Catarina, ao Brasil e até ao exterior.

Portanto, quero me solidarizar com V.Exa. no momento em que faz a defesa de uma instituição que merece de nós todos o respeito pelo que significa no campo do saber, no campo do ensinar.

Durante a democracia, era a universidade federal o refúgio dos perseguidos, e não raras vezes nós a transformamos em uma trincheira para resistir às tentações, às investidas do monstro da ditadura.

Portanto, a minha solidariedade a V.Exa. pelo pronunciamento sério que faz, rebatendo as críticas. Ela não pode ser caluniosa, não pode ser infundada, não pode acontecer em se reportando a uma instituição da maior respeitabilidade, que é a Universidade Federal de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero dizer que assim como conheço o Governador Luiz Henrique da Silva, conheço o professor Diomário de Queiroz, um homem sério, honrado, de lisura. Se ele ouviu essa crítica infundada, foi com muita tristeza.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! V.Exa. tanto sabe criticar como defender; é um homem honrado na Assembléia Legislativa. Eu o admiro porque sabe a hora de criticar, assim como defender.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Deputado Manoel Mota, muito obrigado! A recíproca é verdadeira. Eu o admiro muito também.

Quero dizer que houve dois atos falhos de V.Exa: primeiro, o Deputado Joares Ponticelli em nenhum momento fez acusações à Universidade Federal de Santa Catarina. S.Exa. nem sabia que era a universidade que tinha feito o concurso público...

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Mas ele colocou dúvida quanto ao concurso público. Eu quero pegá-lo no contrapé!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Quem está argumentando é V.Exa., e não sei por que motivo.

Segundo, o concurso não é sobre geografia; é sobre língua portuguesa. Geografia é uma coisa, língua portuguesa é outra.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Só queria resgatar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o sr. Deputado Dionei Walter da Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. Presidente, sras. Deputadas e srs. Deputados, acho que a história, os registros, as anotações, Deputado Antônio Carlos Vieira, são importantes na vida, inclusive para nós discutirmos coerência, como propôs o Deputado Nelson Goetten, que veio aqui e fez um discurso como se fosse o dono da verdade, o puritano, o santo, mas depois sai; não fica para ouvir o que temos a dizer.

Consegui resgatar, no setor taquigráfico da Casa, vários pronunciamentos do Deputado Nelson Goetten, e quero ler alguns trechos para discutirmos aqui a palavra "coerência", a palavra que tanto se cobra, do que se faz hoje e o que se faz depois.

(Passa a ler)

"Dia 19 de março de 2003.

Agora os secretários estão sendo empossados. Mas na hora da posse começou a surgir um questionamento interessante: o Secretário vai assumir e, afinal de contas, quem vai ser a faxineira?

É verdade que uma secretária precisa de uma faxineira, porque existe uma estrutura e é preciso alguém para limpar. Então, não serão só mais 14; ou será que um dos 14 vão fazer a limpeza?! É preciso alguém para o cafezinho. Daí vai ser um dos 14 que vão servir o café ou será preciso mais um? Lembramos que o secretário precisa de um motorista. Mas, afinal de contas, vai ser um dos 14 ou será preciso contratar um motorista?"

E assim ele segue, dizendo depois que as secretarias vão fazer com que o governo de Santa Catarina pague muito e vai se arrependendo por ter exagerado no número de secretarias.

Mais adiante, no mesmo dia, num outro pronunciamento: "Ouví alguns nomes que hoje já estão ajudando o Governador Luiz Henrique. É estarrecedor o que escutamos deles! Ou eram muito mentirosos naquela época ou estão mentindo agora! Ou eles mentiram para o eleitor naquela época, dizendo que o PMDB enganou, que o PMDB deixou de pagar a folha, que o PSDB traiu Santa Catarina, que o PMDB enlameou Santa Catarina. Eram esses os discursos desses companheiros. Ou mentiram naquela época ou estão mentindo agora para o povo catarinense."

Uma referência que ele fazia, Deputado Francisco Küster, ao PSDB era de ter apoiado o governo Amin e agora estar apoiando o Governador Luiz Henrique. Mais adiante ele dizia: "Estamos aqui cumprindo o nosso dever de perdedor, porque as urnas assim impuseram, e razões poderiam ser muitas, mas estamos aqui de cabeça erguida, cumprindo o nosso papel, defendendo, sim, aquilo que é o nosso dever, ou seja, fazer oposição responsável, torcendo sempre por uma Santa Catarina melhor." Mais adiante, no mesmo dia: "Só estou aqui tentando contribuir com o meu papel de opositor, respeitando a minha condição, porque foi assim que o eleitor decidiu. É verdade, votei três vezes no PSDB, tenho simpatia pelo PSDB nacional - realmente

eu disse isso. E estava colocado na coluna do Prisco Paraíso: 'O Nelson só não vai porque o PSDB virou governo'. E agora virou uma filial do PMDB. Só por isso. Talvez seria um bom partido para esse Deputado estar presente, porque é um grande partido nacional."

No dia 30 de abril, nós temos aqui e também vou ler um trecho até pelo tempo: "Estão nomeando a parentagem toda, vergonhosamente! Que coisa feita!

Com relação a essas secretarias, a sociedade vai ter uma boa oportunidade para poder viver uma das maiores desgovernabilidades a ser implantada em toda a história de Santa Catarina. Vai ser a república de alguns, a republiquetá de famílias, de ações politiquieiras, produzida e patrocinada pelo PMDB, consorciada com o PSDB e avalizada de forma vergonhosa."

Mais adiante, no dia 13 de maio: "Por onde o Governador passa, promete mais uma secretária! Como lá tem toda essa confusão estabelecida entre o PSDB e o PMDB, essa briga toda por cargos, para não deixar as pessoas se pegarem no soco na sua frente, o Governador está oferecendo mais secretarias".

"Não é possível que um cidadão vá lá no alto vale dizer que Taió irá ganhar mais uma; que vá lá no oeste dizer que Maravilha irá ganhar mais uma; que venha no sul dizer que aqui terá mais uma!" e assim por diante.

"As ambulâncias continuam aqui em Florianópolis! O cidadão está saindo do alto vale do Itajaí para vir resolver um problema da Fatma aqui em Florianópolis! É bobagem e é mentira essa descentralização! Isso é uma enganação!" e assim por diante.

No dia 25 de junho: "Portanto, rejeitamos a desqualificação e muito menos podemos concordar com a mentira, porque o que temos acompanhado nesta Casa é uma enganação, que tentam levar como verdade para a sociedade, de um governo do qual até agora não conhecemos uma ação concreta, de fato, em favor dos catarinenses, a não ser um governo de discurso, de viagens, de andanças, um governo que emprega amigos, como nunca se viu igual.

Estão montando verdadeiros comitês eleitorais com muito dinheiro, que poderia beneficiar a sociedade. Mas descaramos maior com o dinheiro público e desrespeito igual ainda não vi como o da criação das 29 secretarias, não simplesmente por criá-las, no interior deste estado, mas por terem a coragem de nomear os amigos, os seus correligionários.

Ah, se a comunidade não fosse tão covarde para pegar um sarrafo, um maço de pregos e um martelo para pedir que saíssem daquela sala, os empregados e os amigos do governo, dizendo: 'Vocês não têm orçamento para produzir em favor da sociedade! Não vamos mais gastar R\$ 90 mil para bancar os empregos dos amigos do governo'."

Mais adiante: "Se o governo quisesse descentralizar..." Nesse termo eu concordo com o deputado na época. Hoje ele mudou de opinião. "Se o governo quisesse descentralizar, as instituições legitimamente eleitas para isso seriam as prefeituras, os prefeitos, indiferentemente dos partidos políticos, porque esse conselho formado pela própria sociedade e pelas próprias associações dos municípios é que poderiam definir as prioridades.

Então, vamos parar de enganar o povo, vamos parar de colocar o dinheiro do povo catarinense fora. Esta que é a grande realidade." E assim por diante, Deputada Ana Paula Lima, vou ler mais uma, do dia cinco de agosto de 2003: "Então, nós precisávamos que esses recursos fossem canalizados. Por isso, pedimos o quê? A exoneração imediata desses cargos, a exoneração imediata dessas secretarias, até porque não se justifica."

E eu tenho aqui mais três pronúncias, Deputada Ana Paula Lima, só para mostrar a coerência do deputado que fez todo esse combate a essas secretarias e que hoje figura ao lado do Governador, beneficiando-se inclusive de subvenções do próprio Governador para entidades e com um discurso totalmente contrário ao seu.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. está falando do Deputado Nelson Goetten? Ele que fez todos esses discursos outrora?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Todos registrados nos anais da Casa.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - É lamentável que o Deputado Nelson Goetten não esteja aqui, mas ele deve estar nos acompanhando em seu gabinete, pela TVAL.

Mas a língua é o chicote do corpo. Várias vezes, e sou uma Deputada de primeiro mandato, vi o Deputado Nelson Goetten, nesta tribuna, amassar papel, jogar folhas, porque realmente ele combatia o governo do PMDB. Inclusive, houve o caso de uma associação, a Associação Catarinense de Amparo à Família, que fica no município de Taió. No ano de 2002, Deputados do PMDB e a imprensa combatiam essa associação. E até parece que havia familiares do Deputado Nelson Goetten, não quero acusar, pois não averigüei. Mas o Deputado foi à tribuna, jogou revistas, jornais, tudo aqui, dessa tribuna. E hoje ele faz a defesa do governo. É lamentável. E aí fica um ponto de interrogação.

Onde há governo, independentemente do partido que governa, o PFL está do lado, Deputado Dionei Walter da Silva. Por quê? Eu pergunto por quê. Há algum chamariz nisso? Eu não sei, sou muito nova para isso. Mas fico me questionando.

Eu recebi um exemplar da revista Metrópole, uma grande revista de circulação no estado de Santa Catarina, que tem um projeto que me chamou muito a atenção. O projeto é "Conhecendo Santa Catarina com Nelson Goetten". Tem um caminho bonito, shows, dançarinas, apresentadoras, e é patrocinado pelo Deputado. Ele está divulgando o nosso estado em vários municípios de Santa Catarina. E eu fico perguntando como é que isso pode acontecer, Deputado Dionei Walter da Silva. É o meu questionamento. E por que o Deputado Nelson Goetten não está mais rasgando papel, não está mais jogando jornal? Por quê?

Então, a língua é chicote do corpo.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Agradeço pelo seu aparte, Deputada, mas é importante que nós que acompanhamos a TVAL, que acompanhamos os debates nesta Casa, tenhamos a clareza de que muitas vezes a apreensão da coerência de tantas e tantas falas o próprio documento desmente. Porque é um Deputado, é um direito dele mudar a sua opinião, porque como ser humano pode evoluir ou "involuir", depende do seu livre arbítrio. Mas o que não pode é querer cobrar de outras pessoas algo que ele próprio não faz. Que é mudar a sua opinião de acordo, como diz a Deputada Ana Paula Lima...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra a Deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. Presidente, muito obrigada. Quero aqui falar para V.Exa. e para toda a população do estado de Santa Catarina, para os funcionários da TVAL, também de coisas boas. Quero aqui enaltecer o trabalho do banco que está completando 43 anos. Completou agora, no mês de agosto, o que nos dá muito orgulho.

Inclusive sou correntista do Banco do Estado de Santa Catarina, o nosso Besc, que tantas vezes levou prejuízos. Estou nesta tribuna para enaltecer o trabalho do seu presidente e de todos os funcionários que acreditaram no Banco do Estado de Santa Catarina, assim como todos os correntistas.

(Passa a ler)

"O Besc completa 43 anos, demonstrando estabilidade e consistência. No ano de 2002 fechou o balanço com prejuízo, mas a partir do ano de 2003 passou a registrar resultados positivos.

No ano de 2003 foram R\$ 25 milhões; no ano de 2004, R\$ 33 milhões de resultados positivos; no ano de 2005 foram R\$ 11 milhões no primeiro trimestre, e esse total de 2005 é 67,5% superior ao mesmo período de 2004.

Além dos bons resultados do Banco do Estado de Santa Catarina, além de ter saído do prejuízo, o Besc também está gerando emprego no nosso estado. Foram contratadas 1.173 pessoas a partir de 2004, através de um concurso público, que hoje representam 40% do quadro de pessoal do Banco do Estado de Santa Catarina.

Para os clientes, além da melhoria do atendimento, o Besc vem aprimorando seus produtos, com resposta imediata da sociedade catarinense.

Nas linhas de crédito, o menor crescimento registrado foi de 79% para micro e pequenas empresas do nosso estado. Nas chamadas microfinanças de pessoas físicas foram 264% de crescimento."

Então, quero aqui dar os parabéns para o presidente e todos os funcionários do Banco do Estado de Santa Catarina e para todos os correntistas que acreditam ainda nesse banco, eis que ele revelou, a partir da gestão do sr. Eurides Mescolotto, ser um banco sério, um banco que vale a pena confiar e um banco que está dando resultados positivos.

(Continua lendo)

"Também, sr. Presidente e srs. Deputados, gostaria de relatar os encaminhamentos da audiência pública realizada ontem, no dia 22 de agosto, nesta Casa, através do Fórum Permanente do Fome Zero, o qual presido, por requerimento do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, o Consea-SC.

No encontro foi debatida a necessidade de consolidar mecanismos de monitoramento e investigação de denúncias de violação dos direitos humanos à alimentação adequada, o DHAA.

A proposição do Consea-SC, acolhida pela plenária, é a instituição de um grupo de trabalho, na forma de uma câmara que fiscalize a alimentação adequada em todos os municípios do estado de Santa Catarina.

A referida câmara, já em encaminhamento aprovado na audiência pública, será integrada por esta Casa, através do Fórum Permanente do Fome Zero, e também pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Nesta semana também estaremos em audiência no Poder Judiciário, pleiteando a representação desse Poder na câmara. Com relação ao Ministério Público, estaremos em contato na próxima semana.

Também é importante destacar, srs. Deputados, que com essa câmara não está sendo criada mais uma instância formalmente. Será um grupo de trabalho que utilizará os mecanismos legais existentes, mas de forma ordenada e efetiva, em defesa do direito dos catarinenses excluídos à alimentação adequada.

Também no dia de hoje, 23 de agosto, presidimos uma audiência pública em defesa da implantação do conselho estadual de direitos humanos, que foi uma iniciativa, um requerimento do Deputado Paulo Eccel e que contou com a presença de diversas entidades representativas, principalmente os treze centros de direitos humanos do estado de Santa Catarina, o Ministério Público estadual e também federal, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e diversas entidades não-governamentais do nosso estado. Foi um debate muito acalorado, importante e há muito tempo esperado.

O movimento dos direitos humanos do estado de Santa Catarina existe desde 1986, em diversos municípios do nosso estado.

Em 1995 o então Deputado estadual, hoje Deputado federal, Carlito Merss apresentou um projeto de lei sobre a criação do Conselho Estadual dos Direitos Humanos. Nessa época houve uma Adin, uma ação de inconstitucionalidade, que tornou a lei aprovada e promulgada inconstitucional.

Então, esse projeto da criação do Conselho Estadual dos Direitos Humanos é uma luta que já perdura há dez anos, e chegou a hora de levarmos a termo, com o atendimento dessa demanda.

Por isso, todos os conselhos, Deputado José Carlos Vieira, de direitos humanos, de diversos municípios do estado de Santa Catarina, estiveram reunidos na manhã do dia 23 de agosto, nesta Casa, também com a anuência da Secretaria de Estado e Defesa do Cidadão.

Também quero acreditar que a sr. Kelly trouxe essa demanda, esse entusiasmo, essa prerrogativa, dizendo que o governo do estado seria parceiro na criação desse conselho estadual.

Eu tenho certeza de que depois de 10 anos de muita luta, desses movimentos de defesa de direitos humanos, nós entramos num denominador comum. São as entidades organizadas do governo do estado com a vontade política da criação desse conselho. E esta Casa Legislativa, eu tenho certeza, não vai se furtar em aprovar um projeto de extrema importância.

Então, a proposta aprovada na audiência seria a formação de um grupo de trabalho, com a participação de diversas entidades elencadas, especialmente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais desta Casa. E eu faço aqui um pedido todo especial a todos os Deputados e Deputadas integrantes, com a participação do Deputado Paulo Eccel, no sentido de formular um projeto de lei, que será encaminhado ao governo do estado, para ser apresentado ao Legislativo. Eu tenho certeza de que nós formaremos um excelente conselho estadual."

Também quero relatar, sr. Presidente, que conforme as demandas apresentadas na Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, a qual presido, recebemos várias denúncias.

Por isso, tomamos a liberdade de encaminhar ao Secretário de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda, Deputado César Cim, um convite para em uma audiência nesta Casa, na Comissão de Direitos Humanos, tratar dos seguintes temas:

Verbas das creches do estado de Santa Catarina;

Regulamentação do conselho de segurança alimentar do estado de Santa Catarina;

Políticas públicas de inclusão social, que estão sendo executadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda.

O Deputado César Cim já comunicou que estará presente no dia 31 de agosto, às 11h, para debatermos esse assunto.

Era isso que tinha a relatar, sr. Presidente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o eminente Deputado José Carlos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Quero saudar o Deputado Valmir Comin, na Presidência dos trabalhos desta Casa, saudar todos os Deputados e Deputadas, assim como todos que nos assistem nas galerias e através da TVAL.

Quero falar com o pequeno e microempresário de Santa Catarina, principalmente o comerciante que hoje está apreensivo ainda com a exigência de instalar em cada estabelecimento máquina que opere com cartão de crédito, o TEF - Transmissor Eletrônico de Fundos.

Trata-se de uma exigência a mais, porque todos os estabelecimentos já têm, devem possuir, são obrigados a ter, o ECF - Emissor de Cupom Fiscal, aquele que substitui a nota fiscal.

Mas, agora, existe outra exigência. A exigência da Secretaria da Fazenda para a instalação do TEF - Transmissor Eletrônico de Fundos. Pois bem, muitas pessoas no estado estão preocupadas, apreensivas porque esse equipamento custa caro: R\$ 2 mil, R\$ 3 mil. E tem a manutenção do equipamento, que também custa caro, cerca de R\$ 200,00, R\$ 300,00 por mês.

Mas o pior, sr. Presidente, é que o equipamento que se quer exigir dos pequenos e dos microempresários do estado, enfim, de todos os empresários do estado, mas que afeta principalmente o pequeno e o microempresário, por ser caro e custoso, não é compatível com o equipamento anterior, com o ECF. Então, ele custa caro e é incompatível.

E mais: constatamos, em audiência na Secretaria da Fazenda, tendo a presença dos administradores de cartão de crédito, que todos esses equipamentos, se instalados nos 20 mil pequenos estabelecimentos espalhados por todo o estado de Santa Catarina, implicariam numa arrecadação de apenas 1% do ICMS. Aliás, a arrecadação já é em torno de 1%. É só em torno de 1% a arrecadação do pequeno e do microempresário que têm cartão de crédito, porque se usa muito pouco cartão de crédito. Mesmo que usássemos cartão de crédito em nível do que se usa em São Paulo, o micro e o pequeno empresário não contribuiriam com mais do que 2% para a arrecadação do estado.

Portanto, é um equipamento caro. Traz um custo a mais e não resulta em pagamento para o estado. Mas tem mais ainda: o problema é que a maioria do micro e do pequeno empresário paga uma taxa mínima de imposto, cerca de R\$ 80,00, R\$ 100,00. E agora a pergunta é quanto se arrecadaria a mais com esse equipamento? Muito pouco ou quase nada, porque todas as compras feitas com cartão de crédito passam por aquela maquininha e esta transmite para as operadoras de cartão de

crédito, que depois depositam na conta bancária de cada um dos comerciantes o valor das compras. Portanto, os valores não são sonegáveis. E mais: o empresário paga R\$ 80,00, R\$ 100,00 de imposto, mas teria de pagar de R\$ 100,00 a R\$ 150,00 pela manutenção da máquina.

Então, o Governo do Estado está dando um tiro no pé. Está exigindo que os pequenos empresários paguem para a firma que vende o equipamento, para a outra empresa que faz a manutenção do equipamento, mas deveria estar exigindo que as empresas arrecadassem mais por outros meios, de outras compras. Dessas não arrecadaram mais, não com esse equipamento. Então, é um absurdo o que quer se fazer: colocar um equipamento a mais, incompatível, caro, oneroso e que não traz resultado para o estado de Santa Catarina.

É por isso que faremos, hoje, uma reunião com empresários, com Deputados, nesta Casa, para elaborarmos um texto de lei que desobrigue, definitivamente, o micro e o pequeno empresário, pelo menos, de utilizar esse equipamento que já foi abolido em outros estados. No Rio Grande do Sul, por exemplo, as administradoras de cartão de crédito, que têm todas as informações, foram obrigadas a enviar, mensalmente, por meio eletrônico, as informações para o fisco estadual e ponto final! O fisco estadual já tem tudo nas mãos para fazer suas contas, sua fiscalização. Não é necessário instalar mais um equipamento.

Nós temos já nesta Casa um projeto de lei de autoria do Deputado Dionei Walter da Silva, que é um bom projeto. Esse projeto merecerá agora a nossa contribuição, a contribuição de vários Deputados que estarão participando dessa reunião presidida pelo Deputado Dentinho. Mas tenho certeza de que teremos um resultado positivo para tranquilizar o micro e o pequeno empresário, principalmente, que está aí apreensivo com mais essa exigência do fisco estadual. Portanto, esperamos notícias alvissareiras dessa reunião que será realizada nesta Casa.

Sobre esta intranquilidade com relação à crise que nós estamos vivendo no país, também queria falar, principalmente, ao pequeno empresário que tanto luta para manter o seu negócio, que tem visto as dificuldades deste mês de agosto, as vendas no comércio estão caindo, tem muita gente preocupada. Será que isso é resultado dessa crise? Sim, a crise está afetando os pequenos negócios, está afetando as vendas. Nós estamos tendo dificuldades, mas essa crise não deverá se aprofundar. Pelo menos os grandes estudiosos do mundo e do nosso país estão vendo que a situação não deverá acarretar prejuízos maiores.

Eu queria dizer que ouvi do presidente Interamericano de Desenvolvimento, um homem que conhece profundamente este país, o seguinte:

(Passa a ler)

"O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, disse, ontem que 'não haverá grave turbulência econômica' no Brasil devido à crise pelas denúncias de corrupção contra membros do governo e políticos do PT."

Segundo Iglesias, a economia do Brasil é suficientemente forte. E eu quero dizer que acredito nisso graças, principalmente, ao micro e ao pequeno empresário. A economia do Brasil, hoje, é uma economia diversificada, pulverizada, microcapilarizada, ela entra nos pequenos municípios do país, de lá sai a produção, ela está presente em cada bairro das grandes cidades, em cada rua, através do comerciante, do pequeno empresário, do produtor e do pequeno industrial.

E é pela presença maciça da micro e da pequena empresa que o nosso país não será afetado por essa crise.

(Continua lendo)

"Acrescentou Iglesias que o mais importante no Brasil são as instituições que funcionam. O Brasil vai resolver à sua maneira, acrescenta."

(Cópia fiel)

Então, quero dizer que o presidente Iglesias conhece muito bem Santa Catarina e que o Banco Interamericano do Desenvolvimento tem operações com o nosso estado, o Prodetur é uma dessas operações. A cidade de Joinville merecerá, agora, um grande financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento. É um banco que acredita no país. O presidente Iglesias é um homem conhecedor profundo e tenho certeza de que a sua palavra é um alento para o micro e para o pequeno empresário, principalmente, que está hoje apreensivo com as coisas que estão acontecendo em nosso país.

Portanto, sr. Presidente, era esta a mensagem de tranquilidade que queria dar pela questão da TEF, em função da reunião que teremos nesta Casa no dia de hoje, e por essas palavras do presidente Enrique Iglesias, que acredita no Brasil, como nós acreditamos.

Vamos sair dessa, vamos dar a volta por cima. É o momento em que da crise nascerá um novo país. Nós estamos sentindo que a crise é muito profunda, sim, pois as denúncias são gravíssimas. É preciso apurar. É preciso punir os culpados. Mas nós estamos vendo que um novo tempo está nascendo. Novos princípios deverão nortear a política no Brasil.

Assim sendo, é possível que nós tenhamos, muito brevemente, uma reforma constitucional, para fazermos todas as mudanças necessárias, não somente de reforma política, mas mudanças na área trabalhista, na área tributária, na distribuição dos recursos que acareamos para os cofres públicos. Os municípios precisam receber mais. O nosso país precisa de uma grande e profunda mudança. É possível, então, que tenhamos em vista uma reforma constitucional, e certamente todos iremos contribuir e participar, porque todos queremos ver o nosso Brasil melhor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Solicito à assessoria que as matérias destinadas à Ordem do Dia da sessão de amanhã, dia 24/08, sejam entregues aos gabinetes dos srs. Deputados e sras. Deputadas.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 026ª SESSÃO SOLENE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2005 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às dezenove horas, achavam-se presentes os seguintes srs. Deputados: Altair Guidi - Antônio Carlos Vieira - Celestino Secco - Clésio Salvaro - Gelson Sorgato - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jorginho Mello - José Carlos Vieira - Julio Garcia - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Sérgio Godinho - Wilson Vieira.

## SUMÁRIO

**DEPUTADO HERNEUS DE NADAL** - Exalta a figura do voluntário e homenageia a Associação de Voluntários da Saúde - Avos.

**DEPUTADO JULIO GARCIA** - Parabeniza a Avos pelos relevantes serviços prestados à comunidade catarinense nos últimos 30 anos.

**EDUARDO PINHO MOREIRA** - Transmite os cumprimentos do governo do estado às voluntárias da Avos.

**GUSTAVO SCHLICKMANN** - Tece comentários a respeito da parceria entre a Avos e a Esag Jr.

**BERNADETE BERTO** - Discorre sobre o trabalho desenvolvido pelo voluntariado da Avos.

**ALOÍSIO FELHORST FILHO** - Manifesta-se sobre o significado de ser voluntário.

**MARIA GERTRUDES DA LUZ GOMES** - Discorre sobre os 30 anos de trabalho desenvolvido pela Avos à frente do hospital infantil da capital e agradece a homenagem da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido o eminente Deputado Manoel Mota para conduzir à mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas para compô-la:

Excelentíssimo sr. Eduardo Pinho

Moreira, digníssimo Governador do estado de Santa Catarina em exercício;

(Palmas)

Excelentíssimo sr. Deputado Herneus de Nadal, primeiro-vice-Presidente da Assembléia Legislativa e autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene;

(Palmas)

Sra. Maria Gertrudes da Luz Gomes, presidente da Associação dos Voluntários da Saúde do Hospital Joana de Gusmão;

(Palmas)

Sra. Carmem Emília Bonfá Zanotto, diretora-geral da Secretaria de estado da Saúde, que neste ato representa o sr. Secretário da Saúde, Deputado Luiz Eduardo Cherem;

(Palmas)

Sr. Capitão Miguel Arthur Weber, que neste ato representa o comando da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

(Palmas)

Dr. Maurício Laerte Silva, diretor do Hospital Infantil Joana de Gusmão;

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, srs. Deputados, senhoras e senhores, a presente sessão solene foi convocada por solicitação do Deputado Herneus de Nadal, vice-Presidente da Assembléia Legislativa, e visa a homenagear a Associação de Voluntários da Saúde do Hospital Infantil Joana de Gusmão, que neste ano completa 30 anos de fundação e de relevantes serviços prestados ao estado de Santa Catarina na área da saúde.

Convido a todos para, de pé, ouvirmos o hino nacional interpretado pelo coral Portal do Sol, do Educandário Imaculada Conceição, sob a regência da maestrina Débora Machado.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Esta Presidência registra a presença do sr. Rubens Carlos Pereira Filho, vice-Prefeito do município de Florianópolis; do Vereador Xande Fontes, presidente da Federação Catarinense de Surf; da sra. Zilah Barbosa Marchesini, que neste ato representa a primeira-dama Ivete Appel da Silveira, presidente da Fundação Nova Vida; da sra. Zita Meireles, presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer; do sr. Jacinto Guidolin, diretor-presidente da União Sul, Sudeste e Centro-Oeste e das Instituições da Assistência à Criança e ao Adolescente com Câncer; da sra. Janete Leiroz, que neste ato representa o Instituto Ronald Mc Donald's; do sr. Sérgio Luiz Uliano, gerente-geral da agência Nereu Ramos, do Banco do Brasil de Florianópolis; da sra. Mafalda Pereira Boing, que neste ato representa o diretor do Instituto de Psiquiatria do estado de Santa Catarina; da sra. Lúcia Averbeck, presidente da Associação das Mulheres Oestinas em Florianópolis; da sra. Eudora Scheffer Meyer, representando as voluntárias do Asilo Irmão Joaquim, da cidade de Florianópolis; da sra. Sônia Maria Feier, neste ato representando o Núcleo Assistencial Pró-Mater, e da sra. Ângela Maria Todescato, presidente da Associação dos Amigos do Hospital Florianópolis.

Convidamos, neste momento, para fazer uso da palavra o autor do requerimento que foi aprovado pela unanimidade dos srs. Parlamentares desta Casa e que ensejou a realização da presente sessão solene, Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Excelentíssimo sr. Deputado Julio Garcia, Presidente da Assembléia Legislativa do nosso estado;

Excelentíssimo sr. dr. Eduardo Pinho Moreira, Governador em exercício;

Sra. Carmem Emília Bonfá Zanotto, diretora-geral da Secretaria de estado da Saúde, neste ato representando o Secretário de estado da Saúde, Deputado Eduardo Cherem;

Sr. Miguel Arthur Weber, Capitão do Exército brasileiro, neste ato representando o comando da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

Dr. Maurício Laerte Silva, diretor do Hospital Infantil Joana de Gusmão;

Colegas Deputados, autoridades aqui presentes que compõem a mesa.

(Passa a ler)

"Saúdo e dedico, de forma especial, meu apreço à sra. Maria Gertrudes da Luz Gomes, presidente da Associação de Voluntários da Saúde do Hospital Infantil Joana de Gusmão, a quem reverencio neste momento, prestando a mais justa das homenagens a todas aquelas abnegadas mulheres integrantes desta tão importante instituição.

Torno extensivo este meu apreço e admiração às representantes do voluntariado do oeste catarinense, que aqui estão presentes associando-se a esta tão merecida homenagem à Avos.

Da mesma forma, quero também saudar as senhoras e os senhores presentes neste tão importante ato, assim como todos aqueles telespectadores que nos prestigiam e que nos assistem pela TVAL, inegável instrumento de liberdade e da democracia.

Quero, inicialmente, destacar que esta sessão especial, revestida de sua forma mais solene, visa enaltecer um trabalho tão nobre dedicado ao longo de penosos, mas gratificantes, últimos 30 anos dedicados à solidariedade e ao amor com que se porta a Associação de Voluntários da Saúde do Hospital Infantil Joana de Gusmão.

É importante registrar que se trata de entidade que atua no chamado terceiro setor, segmento da sociedade que mobiliza as pessoas de bem, generosas e que atuam com o mesmo espírito bondoso e solidário, junto às mais diversas e longínquas comunidades do nosso Estado. Vale, por oportuno, ainda lembrar que esta é a semana do voluntariado e que no domingo próximo iremos festejar com júbilo o dia dedicado a este tão significativo e importante movimento social.

Dito isto, parabenizo todos que têm envolvimento com causas ligadas ao voluntariado e cumprimento-os não só pela ação que desenvolvem, visando o bem-estar do próximo, mas, especialmente, pela opção de vida que adotaram de fazer o bem também para consigo.

Como se retira do que afirmou o poeta Kahlil Gibran, 'há os que pouco têm e dão-no inteiramente...', esses confiam na vida e na generosidade da vida, e seus cofres nunca se esvaziam; e há os que dão com alegria, e essa alegria é a sua recompensa'.

Muitos aqui presentes, e também muitos dos que nos assistem, sabem que pelo exercício emocionante da solidariedade humana, pelas suas próprias e fascinantes experiências de vida, todos esses voluntários, pelas suas iluminadas energias, são pessoas mais felizes: vivem mais e com mais saúde!

Hoje, em nosso país, as pessoas buscam o engajamento em ações ligadas ao voluntariado, visando auxiliar e contribuir para a solução dos problemas sociais do Brasil. Querem sentir-se úteis e valorizadas e fazer alguma coisa diferente em seu dia-a-dia.

Dados revelam que mais da metade dos jovens brasileiros querem ser voluntários e a maioria não sabe por onde começar uma ação mais consistente. Por isso, ao tempo em que devemos divulgar os caminhos para quem quer ser um voluntário, devemos cumprimentar, de forma efusiva, os que já fizeram do voluntariado uma saudável opção de vida.

Essa opção, segundo definição das Nações Unidas, enquadra 'o jovem ou o adulto que, devido a seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte de seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social, ou outros campos...'

Em recente estudo realizado na Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, definiu-se o voluntário como 'ator social e agente de transformação que presta serviços não remunerados em benefício da comunidade, doando seu tempo e conheci-

mentos para realizar um trabalho gerado pela energia de seu impulso solidário, atendendo tanto às necessidades do próximo ou aos imperativos de uma causa, como às suas próprias motivações pessoais, sejam estas de caráter religioso, cultural, filosófico, político, emocional'.

Quando nos referimos ao voluntário contemporâneo, participante e consciente, diferenciamos também seu grau de comprometimento: há ações mais permanentes que implicam em maiores compromissos e requerem um determinado tipo de voluntário, que podem levar até uma 'profissionalização voluntária'; e existem também ações pontuais, esporádicas, que mobilizam outro perfil de indivíduos.

Tais colocações, extraídas da obra intitulada 'Trabalho Voluntário', de Mônica Corullón, permitem-nos ensinamentos importantes. Segundo a autora, 'ao analisar os motivos que mobilizam em direção ao trabalho voluntário, descobrem-se, entre outros, dois componentes fundamentais: o de cunho pessoal, a doação de tempo e esforço como resposta a uma inquietação interior que é levada à prática; e o social, a tomada de consciência dos problemas ao se enfrentar com a realidade, o que leva à luta por um ideal ou ao comprometimento com uma causa'.

Portanto, o voluntariado é um campo amplo para as ações humanas em prol da solidariedade, e posso citar alguns exemplos de ações que bem demonstram sua importância.

Esta Casa conta, hoje, com presenças marcantes de dezenas de representantes de todo o estado. Voluntárias do oeste catarinense que atuam em ações ligadas às Apaes, ligadas a grupos de doadores de sangue, a causas de idosos e adolescentes, a clubes de mães, à Rede Feminina de Combate ao Câncer e a áreas de diversas esferas sociais e governamentais.

Estas pessoas vieram aqui prestar sua homenagem à Avos porque reconhecem vivamente o valioso trabalho do voluntariado desta instituição que ora homenageamos. Vieram para confraternizar, trocar experiências, manifestar a sua admiração e apreço, sentir o calor humano que renova com a luz da harmonia este ambiente.

Recorro a um pensamento lapidário: 'Uma das lindas compensações desta vida é que ninguém poderá sinceramente ajudar outra pessoa sem ajudar a si mesma'. Quando refletimos sobre o voluntariado no seu mais sublime significado e força contemplativa, das suas agruras, dos sacrifícios que lhe são impostos pela dureza do dia-a-dia, nós nos reanimamos ao rememorar com o vigor de uma magnífica frase de Dom Helder Câmara, que, com sua genialidade e sabedoria, disse:

'Aprendamos a lição da cana-de-açúcar, que recebe a luz do sol, é moída, prensada e só oferece doçura'.

Por absoluta pertinência e respeito quero, neste momento, também ressaltar o magnífico exemplo da Associação de Voluntários da Saúde do Hospital Infantil Joana de Gusmão - a Avos -, hoje homenageada por sua destacada atuação. Sua dedicada ação solidária de abrigar pais e parentes das crianças internadas e que necessitam de tratamento prolongado, a maioria vindas do interior, de famílias com recursos limitados, representa gestos que se revestem no mais puro e comovente sentimento de solidariedade humana.

Esta associação surgiu em 1975, formada por um grupo de amigas que resolveram dar um sentido maior as suas vidas. O início do trabalho foi no então Hospital Infantil Edith Gama Ramos. Ali se deu um

exemplo, pois quem compreende a vida e sabe dizer uma palavra de conforto, estender a mão compassiva a quem sofre, distribuir alegria e otimismo é rico, imensamente rico de bondade, que jamais lhe falta, por mais que a distribua a milhares de pessoas.

Assim é que, em 1979, quando então foi inaugurado o Hospital Infantil Joana de Gusmão, a Avos já estava inserida no contexto hospitalar e passava a fazer parte também desse voluntarioso trabalho. Suas voluntárias perceberam a importância do acompanhamento dos familiares durante o período de tratamento das crianças internadas no hospital e as dificuldades por que passavam aquelas famílias, especialmente as mais carentes, e decidiram agir.

Agora, quando a Avos completa 30 anos, elas estão empenhadas na construção de uma nova casa de apoio que possa abrigar as crianças e seus responsáveis, inclusive crianças que receberão transplante de medula óssea, que poderão ficar em apartamentos individuais com cuidados especiais, sem ocuparem um leito hospitalar.

A Avos trabalha visando o bem-estar das crianças, e já dizia o consagrado escritor Ernest Hemingway: 'De todos os presentes da natureza para a raça humana, o que é mais doce para o homem do que as crianças?'

Na casa de apoio da Avos há, também, uma oficina para adultos, permitindo que enquanto a criança recebe tratamento, seu acompanhante possa aprender alguma atividade laboral que lhe agregue, além de uma terapia ocupacional, também a geração de renda.

Gandhi, no seu admirável gesto de paciência, diante do sofrimento, já dizia que 'as pequenas coisas aparecem do nada, mas elas trazem a paz. Assim são as flores do campo, que acreditamos não terem perfume, mas juntas perfumam'.

A Avos desenvolve uma ação integrada, completa, na qual voluntários, pacientes, familiares e profissionais da saúde interagem na atenção à saúde dos pequenos catarinenses, nossa geração do futuro.

Tudo o que for dito para descrever as ações e exemplos da Avos é pouco, mas o importante é estimular a multiplicação dessas iniciativas.

Por fim, repensemos: 'Quando semear, não se preocupe com a semente, ela tem uma missão a cumprir: germinar, crescer, dar folhas, flores e frutos. Concentre-se no preparo da terra, adube-a e deixe-a bem fofa. Faça o mesmo com sua mente, prepare o coração e seja feliz!'

Muito obrigado!

(Palmas)  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Solicito ao vice-Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Herneus de Nadal, que assuma a Presidência para que este Deputado possa usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra o sr. Deputado Julio Garcia, Presidente da Assembléia Legislativa do nosso estado.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA - Excelentíssimo dr. Eduardo Pinho Moreira, digníssimo Governador em exercício do estado de Santa Catarina;

Sra. Carmem Emilia Bonfá, diretora-geral da Secretaria da Saúde, neste ato representando o eminente Secretário Eduardo Cherem;

Sr. Miguel Artur Weber, Capitão do Exército brasileiro, representando neste ato o comando da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

Sr. Maurício Laerte da Silva, diretor do Hospital Infantil Joana de Gusmão;

Sra. Maria Gertrudes da Luz Gomes, presidente da Associação de Voluntários de Saúde do Hospital Infantil Joana de Gusmão;

O Sr. Deputado Herneus de Nadal, digníssimo vice-Presidente da Assembléia Legislativa;

Srs. Deputados Manoel Mota e Narcizo Parisotto;

Senhoras e senhores, crianças aqui presentes.

Feliz da sociedade catarinense que encontra no seu Parlamento e na agenda dele espaço para reconhecimento tão justo e merecido quanto o que a Assembléia Legislativa presta esta noite à Associação dos Voluntários da Saúde do Hospital Infantil Joana de Gusmão. Não podemos imaginar uma sociedade justa, uma sociedade feliz se não tivermos no seio dela a fraternidade e a solidariedade.

Vivemos num país onde o estado grandioso consome percentual expressivo de seus recursos para a manutenção de um paquiderme pouco ágil e que, por isso mesmo, deixa a sociedade cada vez mais carente daqueles que são os atendimentos fundamentais, do que deveria ser o governo.

O estado, composto pelos governos federal, estadual e municipal, não dá conta de atender a todas as suas demandas. Mas ainda que tivéssemos uma reforma e alcançássemos o estado ideal, o estado mínimo, onde os recursos fossem bem administrados, zelosamente administrados e destinados às ações nos setores básicos mais importantes, como saúde, educação, ainda sim haveria necessidade, para termos uma sociedade justa e feliz, da organização da própria sociedade.

E é aí que entra o espaço do voluntariado. Voluntariado homenageado nesta sua semana; voluntariado enaltecido aqui nas palavras do Deputado Herneus de Nadal; voluntariado que tem ajudado a construir uma sociedade menos injusta. E digo isso com conhecimento de causa, de alguém que tem dedicado, ainda que pouco, mas alguma parte do seu tempo e da sua energia para visitar instituições, de modo especial as Apaes da região que representa aqui na Assembléia Legislativa - entidade modelo e que também representa uma contribuição inestimável à sociedade.

E é nos voluntariados, no campo da cultura, no campo da saúde, no campo da educação e também no campo do lazer que nós vamos encontrar esta participação tão necessária, que engrandece tanto a vida daqueles que fazem, que realizam, que são os voluntários, e daqueles que recebem os benefícios através do carinho, do trabalho e da dedicação daqueles que fizeram do voluntariado a sua opção de vida, deixando seus afazeres pessoais, deixando talvez uma vida melhor, deixando uma vida mais confortável para ajudar a construir a sociedade mais feliz e mais fraterna com que todos sonhamos.

Felizes daqueles, Governador, que agora conhecem o voluntariado, mas bem-aventurados aqueles que há 30 anos despertaram para o voluntariado e fundaram a Associação dos Voluntários da Saúde do Hospital Joana Gusmão, cuja parceria tem prestando tantos e tão relevantes serviços à sociedade de Santa Catarina. Sejam eles bem-aventurados, sejam eles homenageados, sejam eles estimulados por qualquer tipo de gesto para que possamos ter a cada dia mais voluntários como eles para construir uma sociedade melhor.

Parabéns aos homenageados; parabéns ao Deputado Herneus de Nadal pela iniciativa e parabéns também à Assembléia, porque consegue encontrar na sua agenda, posto que não tem mazelas a administrar, espaço para fazer homenagem, como fazemos aqui nesta noite, realmente belíssima.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Neste momento fará uso da palavra sua excelência, o Governador do estado em exercício, Dr. Eduardo Pinho Moreira, cuja presença muito nos honra.

O SR. GOVERNADOR DO ESTADO EM EXERCÍCIO (Eduardo Pinho Moreira) - Excelentíssimo sr. Deputado estadual Julio Garcia, digno Presidente da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Deputado estadual Herneus de Nadal, primeiro-vice-Presidente da Assembléia Legislativa, autor do requerimento para esta sessão solene;

Sra. Maria Gertrudes da Luz Gomes, presidente da Associação dos Voluntários da Saúde do Hospital de Saúde Infantil Joana de Gusmão;

Excelentíssimo Deputado Manoel Mota; Diretora-geral da Secretaria de estado da Saúde, aqui representando o Secretário de estado da Saúde, Deputado Eduardo Cherem, sra. Carmem Emília Bonfá Zanotto;

Caro colega diretor do Hospital Infantil Joana de Gusmão, dr. Maurício Laerte Silva; minhas senhoras, meus senhores, representantes da Avos, demais convidados.

É com bastante orgulho que estou aqui como representante do governo do estado de Santa Catarina pela importância do reconhecimento do trabalho do voluntariado e da Avos.

Para hoje havia inúmeros compromissos para o Governador do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique, ou eu, enfim, para quem estivesse no exercício, por todo o estado. Mas, em comum acordo com o Governador Luiz Henrique, estou aqui representando o nosso governo, de forma orgulhosa, pelo reconhecimento ao trabalho desempenhado não apenas pelo voluntariado, mas especificamente pela Avos.

E vou ler uma frase que eu ouvi e li: (Passa a ler)

"A maior conquista do homem moderno, apesar dos avanços da ciência, é a sua capacidade de olhar a sua volta e saber repartir com o próximo o que de melhor Deus lhe deu. Este é o desafio de ser voluntário."

Palavras sábias que a sra. Maria Gertrudes da Luz Gomes proferiu.

Neste sentido, mostrou a grande importância de todos nós, agentes públicos ou não, buscarmos a dignidade e o direito à cidadania de todos os cidadãos.

Eu, na minha vida profissional, como médico por formação, reconheço a fragilidade emocional das pessoas que estão com a sua saúde comprometida e a necessidade de apoio psicológico, de orientação. E a Avos, de forma reconhecida em toda Santa Catarina, faz isso com extrema dedicação, resgatando, como eu disse, a dignidade das pessoas.

O governo do estado não pode estar ausente desse imenso trabalho que vocês realizam. Por isso, no próximo dia 13 de setembro o Governador Luiz Henrique estará no Hospital Infantil Joana de Gusmão assinando, além da entrega da sala de vacinas, a ordem de fornecimento do famoso e tão desejado tomógrafo, que já está comprado, apenas aguardando as formalidades.

(Palmas)

Nós imaginamos, o Governador Luiz Henrique, a Carmem, o Secretário Eduardo Cherem e eu, que até o final do ano, no mais tardar no início de 2006, teremos esse tomógrafo prestando serviço - o tomógrafo que vocês reivindicaram tanto por sabê-lo necessário.

Por tudo isso nós estamos, da mesma forma, aceitando a participação na manutenção, já garantida pela primeira-dama do estado, sra. Ivete Appel da Silveira, da Fundação Nova Vida com a casa de apoio, para que depois da construção vocês possam ali receber com dignidade, com carinho, as pessoas frágeis, necessitadas.

Por tudo isso só nos resta dar os parabéns a vocês pelo reconhecimento da importância do seu trabalho e que sirva de exemplo a todos nós, brasileiros, em especial aos catarinenses. Que possamos juntos melhorar a qualidade de vida das pessoas, resgatando o respeito ao atendimento.

Por isso o meu respeito a vocês e o cumprimento pelos 30 anos de existência da Avos.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Convido neste momento a sra. Bernadete Berto, assessora da Avos, para a condução da assinatura do convênio entre a Esag Jr. e a Avos, e também para a condução das homenagens da comunidade ao voluntariado.

Passo a presidência dos trabalhos ao vice-Presidente Herneus de Nadal.

A SRA. BERNADETE BERTO - Senhoras e senhores, boa-noite! A comunidade catarinense, irmanada ao trabalho dos voluntários de saúde do Hospital Infantil Joana de Gusmão, apresenta, através da Agência de Comunicação Mercado Propaganda e da Produtora Clipagem, imagens do trabalho voluntário e suas realizações.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Quando completamos 30 anos, é sinal de que atingimos a maturidade; estamos mais confiantes em nossas ações e podemos repassar experiência de vida aos mais jovens. Aliar a força e o vigor ao talento dos jovens é o grande passo que a Avos se dispõe a dar, quando passa a ter ao seu lado para uma maior dinâmica aos seus trabalhos a energia e o dinamismo dos alunos do curso de administração da Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc.

A parceria que hoje será oficializada entre a Avos e a Esag Jr., através do projeto de extensão Braço Amigo, permitirá dar continuidade de crescimento a ambas as instituições, com um único objetivo, proporcionar aos pequenos catarinenses cada vez mais um atendimento de excelência.

Já vimos algo sobre a Avos. Vamos conhecer também um pouco da Esag Jr. do que esses jovens são capazes de fazer.

(Procede-se à execução do CD da Esag Jr.)

(Palmas)

Neste momento vamos proceder à assinatura de contrato de parceria entre a Esag Jr. e a Associação de Voluntários de Saúde do Hospital Infantil Joana de Gusmão.

Convidamos o jovem Gustavo Schlickmann, presidente da Esag Jr. para a assinatura do convênio, juntamente com a sra. Maria Gertrudes da Luz Gomes.

Convidamos o excelentíssimo sr. Governador do estado e o Deputado Herneus de Nadal para assinarem como testemunhas.

(Procede-se à assinatura do contrato.)

(Palmas)

Convido o sr. Gustavo Schlickmann para fazer uso da palavra.

O SR. GUSTAVO SCHLICKMANN - Boa-noite a todos!

(Passa a ler)

"Gostaria, primeiramente, de cumprimentar os presentes à mesa, na pessoa da ilustíssima sra. Maria Gertrudes da Luz Gomes, presidente da Avos - Associação dos Voluntários de Saúde do Hospital Infantil Joana de Gusmão. Cumprimento também os ilustres Deputados aqui presentes e estendo ainda os cumprimentos aos colegas de trabalho da Esag e aos demais presentes.

Há 30 anos, quando inúmeros órgãos ligados ao terceiro setor surgiam no Brasil, um em especial começava uma trajetória de sucesso e prosperidade. A Avos - Associação dos Voluntários de Saúde do Hospital Infantil Joana de Gusmão - sempre primou pelas melhorias de nosso hospital e primou acima de tudo pelo bem-estar de nossas crianças.

Nada mais sugestivo do que a campanha que circula há alguns dias pelo estado: 'Há 30 anos cuidando das crianças como se fossem nossos filhos'. E hoje, quando estamos nesta solenidade para comemorar uma trajetória de tanto sucesso, estendem-se as festividades para que se firme o convênio entre a Esag Jr. e a Avos.

No início de 2005, alguns membros da Esag Jr. tiveram a incrível idéia de lançar um projeto de extensão em nossa universidade, a Udesc, que unisse o conhecimento ali presente com as necessidades do terceiro setor. Procurou-se então instituições que representassem de forma expressiva nossa sociedade e ainda levassem o bem-estar social a algumas pessoas.

Sem dúvida alguma, para nós, membros da Esag Jr., a oportunidade de colaborar com a Avos foi, e é, fato sem precedentes na história de nossa empresa. Iniciamos um caminho que nos leva à gratificação, que desperta em nossos membros, assim como nos demais alunos da nossa universidade, o senso de responsabilidade social. Logo esse setor, que tão carente se mostra da participação de jovens. Jovens que serão os empresários, os políticos, os pais de família, isso se já não o são. Jovens que há tanto ouvimos dizer que serão o futuro desta nação. Como conseguiremos isso, se os alienamos dos problemas que os cercam?

Mas essa inserção não se dará de forma assistencial ou paternalista. Busca alcançar o desenvolvimento sustentável da Avos, através de alguns projetos que levam a mão-de-obra qualificada de nossa empresa ao encontro dos desejos e anseios da Avos.

Acompanhar o planejamento estratégico, assim como formular plano de marketing serão os objetivos da Esag Jr. Ao longo deste um ano de trabalho que teremos em conjunto. Mas, sem dúvida alguma, teremos a possibilidade de estender nossas atividades em ações sociais e projetos e qualquer outra atividade que colabore com o bem-estar de nossas crianças e seus familiares.

E, para finalizar, sem esquecer de toda a equipe da Esag Jr., assim como a equipe da Avos, gostaria de homenagear três pessoas que desde o início das conversações entre a Avos e a Esag Jr. destacaram-se na busca incessante de uma parceria séria, responsável e de muito resultado. Obrigado, Bernadete Berto, voluntária da Avos; obrigado Daniel Scortegagna Pagani, diretor de consultoria da Esag Jr. e obrigada, também, Fernando Cenirio dos Santos, bolsista de extensão da Udesc.

Vocês representam um projeto que alia a força, a vontade e a energia da Esag Jr. aos anos de experiência e sabedoria da Avos. A combinação perfeita para um dos projetos de maior sucesso na história da Esag Jr. e, por que não dizer, um marco divisório para os próximos 30 anos da Avos.

Muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. BERNADETE BERTO - Nesta noite ouvimos muito falar sobre voluntário. O que significa ser voluntário. Quais as motivações que levam uma pessoa a ser voluntário. Quem vai nos responder todas essas indagações de uma forma muito especial é o sr. Aloísio Felhorst Filho.

O SR. ALOÍSIO FELHORST FILHO - Senhoras e senhores, boa-noite. Em primeiro lugar, eu agradeço a oportunidade de ter sido convidado para falar sobre o que é ser voluntário. Poderia ter buscado nos dicionários o sentido da palavra voluntário, mas prefiro deixar fluir meus sentimentos para dizer o que é ser voluntário.

Voluntário é aquela pessoa que deseja, em primeiro lugar, fazer o bem; voluntário é, também, aquela pessoa que ao fazer o bem não espera tornar-se famoso, ser estrela; voluntário é aquela pessoa que busca praticar o bem constantemente, demonstrar as suas virtudes, que são muitas, mas vou dizer algumas delas.

Então, podemos ter a amizade, o amor, o bom humor, a compaixão, a coragem, a disciplina, a doçura, o entusiasmo, a fidelidade, a generosidade, a gratidão, a humildade, a justiça, a misericórdia, a paciência, a perseverança, a polidez, a prudência, a pureza, a responsabilidade, a simplicidade, a temperança, a tolerância e, por fim, o trabalho.

Se você não tiver todas essas virtudes, procure-as dentro de você que você as encontrará. Para ser voluntário, além de ter todas essas virtudes, é preciso querer doar-se, seja qual for a profissão de cada um. Se não quiser doar-se, não poderá ser voluntário. É essa a condição de doação, que exige muito de nós, muitas vezes até que haja uma grande transformação em nossas vidas.

Para que você se transforme em um voluntário é preciso ter bem presente as virtudes e a doação incondicional. E ao conseguir fazer essa doação, essa transformação, vem a realização pessoal. E essa realização pessoal é que faz a diferença.

Querem ver?

(Procede-se à apresentação do palhaço.)

Transformei-me de executivo no palhaço Bola, eis que sou o doutor da alegria! Durante a semana, durante algumas horas, tiro a minha fantasia de profissional e transformo-me no doutor da alegria com a criançada do Hospital Infantil Joana de Gusmão. Busco dentro de mim todas as virtudes citadas, transformo-as em energia, em gargalhadas.

Querem uma recompensa maior do que o sorriso de uma criança? Existe alguma moeda nacional ou estrangeira que tenha maior valor do que a minha satisfação pessoal, quando, com as minhas brincadeiras e piroetas, transformo momentos de sofrimento em momentos de descontração? Mas será que só o palhaço Bola é capaz de fazer isso?

Senhoras e senhores, respeitável público, cada um aqui presente pode transformar-se em um agente da alegria, basta querer e fazer. Olhe para dentro de você e busque todas as suas virtudes e coloque-as na prática do bem. Seja um voluntário como eu e seja feliz!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. BERNADETE BERTO - O palhaço Bola é responsável por momentos de alegria.

Neste momento, em homenagem aos 30 anos de trabalho, dedicação e doação ao voluntariado, seja como palhaço, seja como agente da alegria, nós convidamos a sra. Maria Gertrudes, presidente do voluntariado, e a sra. Maria da Graça Campos Jendiroba, vice-presidente, representando todo o grupo de voluntariado, para receber uma homenagem especial das mãos do diretor do Hospital Infantil Joana de Gusmão, dr. Maurício Laerte Silva, um placa alusiva a esta data.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

A sra. Maria da Graça e a sra. Gertrudes recebem uma placa das mãos do dr. Maurício pelos 30 anos de dedicação ao Hospital Infantil Joana de Gusmão.

(Palmas)

Esta placa contém a foto do Hospital Infantil Joana de Gusmão e os seguintes dizeres:

"Me procurei e não me encontrei. Procurei por Deus e não encontrei. Procurei pelo próximo e encontrei os três (autor desconhecido).

Gratidão e reconhecimento pelos 30 anos de dedicação e serviços prestados pela Associação de Voluntários de Saúde - Avos - ao Hospital Infantil Joana de Gusmão.

Com carinho, da direção, funcionários, pacientes e familiares.

Agosto de 2005."

(Palmas)

O SR. MAURÍCIO LAERTE SILVA - Boa-noite a todos. Ilustríssimo sr. dr. Eduardo Pinho Moreira, Governador do estado em exercício, em nome de quem cumprimento as demais autoridades, os Deputados, os presentes e, principalmente, o corpo de voluntários - Avos.

Este é um momento muito especial para o hospital. Estou até emocionado com tudo o que está acontecendo aqui, porque isso representa toda a trajetória de um projeto que foi iniciado há 30 anos, e em nossa gestão procuramos aumentar a sintonia da direção do hospital e da comunidade hospitalar com as voluntárias. Conseguimos muito progresso nestes dois anos e pouco em que estamos trabalhando juntos.

Eu tenho certeza de que esse trabalho vai continuar e que a nossa responsabilidade, como direção, comunidade e a Avos, persista, porque os resultados todos nós conhecemos e sabemos quão gratificante, quão importante foi o trabalho de todas vocês para o hospital.

Do fundo do nosso coração o nosso muito obrigado, que já está expresso na placa, que é exatamente para transcender essa nossa passagem pelo hospital.

(Palmas)

A SRA. BERNADETE BERTO - Durante 30 anos o voluntariado vem cuidando das crianças como se fossem seus filhos. Neste momento, gostaria de convidar as demais voluntárias que aqui estão para adentrarem ao plenário.

É também um momento oportuno de todo o grupo e também dos nossos convidados que vieram do oeste de Santa Catarina receberem uma homenagem em nome de tantas crianças que passaram, passam ou ainda passarão pelo Hospital Infantil Joana de Gusmão.

A todos que aqui estão, através de 30 crianças do Educandário Imaculada Conceição, representando todas as crianças e adolescentes catarinenses, acompanhadas pelo som de Jeovanny de Luch, a gratidão de todas as crianças pelo trabalho do voluntariado do Hospital Infantil Joana de Gusmão: a gratidão das crianças a todos os voluntários, mesmos àquelas e àqueles que vieram de tão longe.

Cada uma dessas crianças que vai adentrar ao plenário representa um ano de existência do nosso voluntariado.

(Procede-se à entrada das crianças.)

Estas crianças representam, além de um ano de existência do voluntariado, o amor, a dedicação, o comprometimento e tantas outras virtudes de cada voluntário aqui presente. Que essa chama permaneça sempre acesa como fonte de energia divina em cada um de nós aqui presente.

O formato de coração e a chama em cada coração aceso é a luz divina que ilumina o caminho de todos nós, quando abraçamos a causa do voluntariado.

São 30 anos de luta, 30 anos de sorrisos, de lágrimas, de cansaço. Mas com a chama divina o trabalho voluntário é aquecido, com a energia do grupo esse trabalho sempre, sempre, sempre se fortalecerá.

Aqueles que estão começando o trabalho de voluntário agora, que levem um pouco do calor dessas chamas e não desanimem nunca. Ergam a cabeça e sigam sempre em frente.

E agora, nas vozes das nossas crianças, ouviremos o hino do voluntariado.

(Procede-se à interpretação do hino do voluntariado.)

(Palmas)

Convido o nosso Jeovanny De Luch e toda a platéia aqui presente para cantarmos o entusiasmado Parabéns a Você. São 30 anos de muita luta, de muita alegria.

(Procede-se à interpretação da música Parabéns a Você.)

(Palmas)

Convido a sra. Gertrudes e as suas primeiras companheiras para receberem, junto com as 27 companheiras nossas, as 30 velinhas. Marisa, Helena Maria, Madalena, d. Gertrudes, Maria da Graça. São tantas as emoções, de Roberto Carlos. Por favor, recebam das mãos das crianças as velinhas.

(Procede-se à entrega das velinhas.)

Senhoras e senhores, muito obrigada!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Convido, neste momento, as integrantes da diretoria da Associação de Voluntários, as sras. Maria Gertrudes da Luz Gomes, presidente; Maria da Graça Campos Jendiroba, vice-presidente; Angela Maria da Silva Boppré, primeira-secretária; Clodi Terezinha de Magalhães Sirzanink, segunda-secretária; Gilda Domingues, primeira-tesoureira; Sandra Maria de Brum Nunes, segunda-tesoureira, e Jane Maria Costa Sá, relações públicas, para receberem do sr. Eduardo Pinho Moreira, Governador em exercício, e deste Deputado, em nome do Poder Legislativo, a placa em homenagem à Avos, que há 30 anos cuida das crianças do Hospital Infantil Joana de Gusmão como se fossem seus próprios filhos.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido a sra. Maria Gertrudes da Luz Gomes, presidente da Avos, para fazer uso da palavra.

A SRA. MARIA GERTRUDES DA LUZ GOMES - Meus amigos, autoridades presentes, a todos vocês, boa-noite.

Vou cantar um pedacinho de uma canção:

"São 30 anos para cantar  
De uma luta feita de amor  
De procurar suavizar a quem tem dor."

Tantas coisas bonitas já foram ditas aqui, a emoção toma conta de nós e não sabemos o que falar.

Já foi cantado que palavras são palavras, porém, mais do que palavras, é transbordando de emoção que desejo, em nome da Associação de Voluntários de Saúde do Hospital Infantil Joana de Gusmão, trazer o nosso sincero agradecimento por esta inesquecível homenagem.

Deus, em sua infinita bondade e sabedoria, faz as coisas de maneira tão integrada e maravilhosa que nos coloca uns na vida dos outros para que tenhamos a oportunidade de crescer. Foi este o desafio assumido no qual nos mantemos perseverantes há 30 anos.

Por isso, no nosso primeiro agradecimento a este Deus maravilhoso que um dia nos convidou para que fôssemos voluntárias no Hospital Infantil Joana de Gusmão, pela inspiração, pela saúde, pelo alento, pelo refúgio, enfim, pela fé que nos moveu e sustenta-nos até hoje.

Hoje, aqui, nós temos três pessoas que começaram: eu, a Helena Maria e a Maria Madalena, que estão ali sentadas. Foi com elas que demos os primeiros passos no nosso Hospital Infantil Edith Gama Ramos; foi lá que começamos.

Por isso, minhas amigas, não só a vocês, mas a todas, essas flores e essa placa. Tudo isso que ganhei não é meu, é nosso, é de todas nós, pois todas nós, juntas, conseguimos chegar aos 30 anos da Avos. Só unidas assim poderíamos ter chegado até agora.

No início era apenas um sonho, um sonho pequeno, mas abraçado, regado e cultivado, que cresceu, floresceu e frutificou, tornando-se uma bela e frondosa árvore. A árvore da vida, retratada em painel na entrada do nosso Ambulatório de Oncologia Pediátrica Carlos Bastos Gomes, do nosso hospital infantil.

A melhor consequência da atitude de regar nossos sonhos até que eles se tornem árvores e dêem frutos, é que o universo também passa a trabalhar a nosso favor.

Nós acionamos o misterioso fenômeno da sincronia, aquelas coincidências mágicas que trazem exatamente o que precisamos. Quando estamos imbuídos de uma poderosa intenção, atraímos coisas, pessoas e situações que nos permitem levar o projeto adiante.

Não importa como chamamos esse tipo de acontecimento, importa é saber que Deus é pai, que Ele não nega um só desejo nosso, porém temos que fazer a nossa parte, ficar atentos aos sinais que Ele manda. Fiquemos alertas para as oportunidades que surgem, para as portas que se abrem. E se a porta estiver trancada, procuremos uma janela para as pessoas que encontrarmos e para as informações que nos chegam.

Nada nesta vida acontece por acaso. No percurso dessa longa jornada tivemos tantos parceiros, tantos amigos, pois sabemos, de antemão, que se não tivéssemos tido todos esses amigos, todos esses parceiros, não teríamos feito o que fizemos em nosso hospital e, quem sabe, não teríamos chegado até aqui.

Porém dentre os generosos nomes que deveríamos citar, sendo impossível fazê-lo, dada a extensão dos nomes, queremos citar aqui o dr. Murilo Capella, que começou conosco, que há 30 anos recebeu-nos no Edith Gama Ramos, e tantos outros que passaram pela nossa vida. E ultimamente o nosso querido diretor, dr. Maurício, que nos tem acolhido com muito amor e carinho - carinho de pai, gente!

Pedimos desculpas aos demais não menos importantes para nós, pois todos,

indistintamente, têm seus nomes gravados em nossas mentes e em nossos corações. A todos o nosso carinho, as nossas homenagens e a nossa gratidão por ajudar-nos das mais diversas formas, compartilhando o mesmo sonho, o mesmo ideal.

Queremos agradecer também às funcionárias e aos funcionários, a todos os médicos, enfim, a todos que nos ajudaram a crescer, trabalhando todos estes anos dentro do nosso hospital, compartilhando com eles também as nossas alegrias, as nossas tristezas, as nossas ansiedades, os nossos desejos.

Certo dia, um discípulo perguntou ao seu mestre: "Mas como saberei se estou no caminho certo"? E o mestre respondeu: "Este caminho tem um coração? Se não tiver, não presta". Pasteur dizia que o ideal não é apenas uma vida confortável; a única coisa para a qual vale a pena viver é o dom de se dar aos outros.

Em 1975, ao iniciarmos as nossas atividades, éramos quase que só coração. Traziámos o desejo de servir, de ajudar, de minimizar o sofrimento da triste e complexa combinação de infância, doença e carência de recursos. Entretanto, sem nós nos darmos conta disso, trazíamos também valores, base do caráter e da visão de mundo, determinantes dos princípios de conduta que avalizaram o crescimento, o fortalecimento e a continuidade de atuação.

Sempre ouvimos dizer que o segredo para o sucesso de qualquer fala é ser curta e bem objetiva. Mas como não estamos interessados em ter sucesso, nem se assustem, meus amigos e autoridades aqui presentes, porque já estamos terminando. Restam-nos ainda uns agradecimentos muito especiais.

Queremos saudar o nosso Governador em exercício, dr. Eduardo Pinho Moreira e, através dele, cumprimentar todas as demais autoridades, amigos e convidados. Inclusive, dr. Eduardo, hoje já tivemos a grande notícia do nosso tomógrafo. Mas precisamos estar alertas porque estamos sempre precisando de mais algumas coisas e dependemos dos senhores para que possamos consegui-las.

(Palmas)

O Governo tem sido nosso parceiro, mas um hospital como o nosso está sempre dependendo de mais uma ajuda porque as nossas necessidades são muitas. E podem ter certeza de que não vamos parar de pedir!

Queremos agradecer a Deus e às crianças, que são o motivo de todo o trabalho do voluntariado nestes 30 anos, pois é para elas que fazemos todas aquelas coisas: enfeitamos o nosso hospital e os nossos jardins, fazemos as brincadeiras e as festas. Enfim, queremos que a nossa criança, ao chegar no hospital, não sinta que está naquele ambiente e sim num grande jardim de infância. Esta é a nossa meta maior: que as crianças possam sair dali lembrando-se de alguma coisa boa e não do sofrimento por que passaram. Isto é o mais importante, pois a nossa meta lá é a nossa criança!

Queremos agradecer ao Deputado Herneus de Nadal, que tem sido o nosso parceiro já há algum tempo. Foi ele quem conseguiu, junto ao nosso Governador do estado, que o terreno da nossa casa de apoio fosse-nos dado em comodato por 20 anos. E hoje esta homenagem prestada aqui, na Assembléia Legislativa, é para nós, Deputado Herneus de Nadal, uma coisa maravilhosa e nós ficamos muito sensibilizadas e agradecidas por termos sido lembradas nestes nossos 30 anos da Avos.

Queremos também agradecer a todos os Deputados da Assembléia Legislativa porque sempre são parceiros da Avos, assim como também a todos as autoridades pela atenção dada, aos empresários e à comunidade em geral, que sempre têm correspondido aos nossos apelos ao longo destes 30 anos, pois sem a participação deles o voluntariado não teria chegado aonde chegou.

Eu gostaria de dizer, hoje, que graças a esta parceria nós agora temos também um veículo. Ganhamos um Renault com 17 lugares, que tem sido a alegria das nossas crianças, pois conseguimos levá-las até a praia. Outro dia, mesmo fazendo frio, todos tomaram banho de mar, numa alegria só.

Então, este foi um presente maravilhoso! Ter um veículo era um sonho que tínhamos. Dizem que sonho que se sonha só não se torna realidade, mas sonho que se sonha junto com outro torna-se realidade. E foi o que aconteceu: sonhamos com outros e lá está o nosso veículo lindo e maravilhoso, para a alegria de todo mundo, principalmente da nossa criança.

Queremos agradecer a todos pela homenagem, pelo carinho dispensado e pelo reconhecimento ao trabalho voluntário.

Gostariamos de dizer a cada um de vocês que estão aqui presentes que ser voluntário é uma coisa maravilhosa, é uma coisa que não tem volta. Quando se tem responsabilidade e muito amor, podem ter certeza de que abraça-se aquilo lá. Aquele trabalho nos entusiasma e encanta-nos. Nós dormimos e acordamos pensando naquilo que fazemos. E podemos dizer a vocês que é gratificante demais, pois ele nos torna mais gente.

Então, a todos vocês que desejam ser voluntários, não pensem duas vezes: abracem este trabalho. Não precisa ser só no hospital infantil, temos muitos outros lugares que vocês podem abraçar. Isto é muito importante. Hoje, temos aqui o pessoal do oeste de Santa Catarina, que, pelo que sei, viajou 1.500 quilômetros para estar aqui conosco. A vocês, amigas, o nosso muito obrigada, e que possam ser muito felizes lá no trabalho de vocês e que, com o seu exemplo, possam arrastar muitas pessoas para fazerem também lindos trabalhos.

Sabemos que o voluntário pode fazer coisas muito bonitas. Tenho certeza de que todos vocês poderão fazê-lo. Saibam que ajudar crianças doentes é uma coisa tão importante e tão valiosa, que penso que só Deus pode avaliar. Penso sempre que nós, voluntários, somos colaboradores de Deus na construção de um mundo mais humano, mais justo e mais fraterno.

Externo a todos vocês um muito obrigada, felicidade e um bom trabalho! Esqueci de agradecer às nossas crianças. Que bom que vocês vieram! Nós trabalhamos com crianças e foram elas que vieram aqui também para nos homenagear. Muito obrigada a cada uma de vocês! Para todos desejo muita saúde e muita alegria!

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Convido a todos para, de pé, ouvirmos o hino Rancho de Amor à Ilha, letra e música de Zininho.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

A Presidência agradece, sensibilizada, às autoridades que compõem a mesa pela presença, e o faz na figura destacada do sr. Governador em exercício, vice-Governador Eduardo Pinho Moreira, e também aproveita o ensejo para renovar os agradecimentos à Avos por tudo aquilo que tem feito de bem e de bom para as crianças do nosso estado.



Agradecemos também às crianças pela presença, bem como também às mulheres ceatinenses de mais de uma dezena de municípios. Elas, voluntárias, estão aqui para comemorar, junto conosco, os 30 anos de aniversário da Avos.

Convidamos a todos para participarem, no *hall* da Assembléia, de um coquetel.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária,

para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a sessão.

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### PROJETOS DE LEI

#### PROJETO DE LEI Nº 320/05

Reconhece o Município de Iomerê como Capital Catarinense da Suinocultura.

Art. 1º - Fica reconhecido o município de Iomerê, como "Capital Catarinense da Suinocultura".

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Sessões, em 22 de agosto de 2005.

Lido no Expediente  
Sessão de 30/08/05

**Deputado Romildo Titon**  
**JUSTIFICATIVA**

A colonização da região de Iomerê começou por volta dos anos 1900, até então suas matas eram habitadas por índios.

Iomerê emancipou-se de Videira em vinte de julho de 1995.

Os primeiros colonizadores foram imigrantes italianos que chegaram inicialmente das cidades gaúchas.

Segundo dados da AMARP, a base da economia de Iomerê é a agropecuária, que revela principalmente a criação de suínos. Ainda no setor agrícola destaca-se a produção de milho e uva, eram suas principais atividades, herança econômica que se mantém até os dias atuais.

A oficialização do nome de Iomerê como Capital da suinocultura reforça a já existente tradição do povo, pois hoje o município, segunda estatísticas possui cento e quinze estabelecimento, com igual número de famílias produtoras, sendo o abate no total de 28.300 toneladas/ano

Pela grandiosidade do município todos os anos são realizadas diversas festas: dia 25 de janeiro; Festa de São Paulo; 20 de abril Festa da Santa Paulina; 21 de junho Festa do Padroeiro; dia 24 de junho Festa Junina Bom Sucesso; 20 de julho Festa do Município; 04 de setembro Festa do Leitão e 12 de outubro Festa de Nossa Senhora Aparecida.

Nos últimos anos, observa-se um significativo crescimento do setor terciário, com a ampliação das atividades comerciais e de prestação de serviços, com a presença, por exemplo, de estabelecimentos agropecuários, mercados, materiais de construção, de confecção em geral, farmácia, despachante, alfaiataria e congêneres, assessoria e consultoria, transporte de carga e de passageiros, entre outros.

Por este motivo venho solicitar o apoio dos nobres Deputados neste projeto de lei que dará ao Município de Iomerê como "Capital Catarinense da Suinocultura".

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 321/05

Declara de utilidade pública a Orquestra Sinfônica de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Orquestra Sinfônica de Florianópolis, com sede no Município de Florianópolis e foro na Comarca da Capital.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2005.

**DEPUTADO HERNEUS DE NADAL**

Lido no Expediente  
Sessão de 30/08/05

#### JUSTIFICATIVA

No dia 05 de Dezembro de 1991, foi dado o primeiro passo para a criação da Orquestra Sinfônica de Florianópolis, denominada originalmente de Orquestra Municipal de Florianópolis, com a realização de um concerto na Igreja São Francisco, no Centro da Capital, abrindo solenemente o FESTIVAL NACIONAL DA MÚSICA em homenagem ao compositor WOLFGANG AMADEUS MOZART, pela passagem dos duzentos anos de sua morte; entretanto, somente em 20 de Junho de 1994 é que foi oficialmente fundada.

A Orquestra Sinfônica de Florianópolis vem desenvolvendo uma programação voltada para a educação de jovens e crianças através do Projeto ORQUESTRA ESCOLA. Esse projeto possibilita a inclusão de jovens estudantes com dificuldades financeiras de participarem do processo de educação diferenciada na área da Arte Musical, os quais são atendidos gratuitamente.

Como resultado dessa ação cultural, podemos afirmar que estaremos contribuindo efetivamente para o fortalecimento da cidadania de todos os envolvidos.

#### RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANO 2002

##### MARÇO:

20 - Semana de aniversário da cidade e assinatura do convênio.

##### ABRIL:

02 - Faculdade Estácio de Sá em São José - Concerto Didático

##### JUNHO:

16 - Centro Cultural Zé Perelo/Pântano do Sul-Concerto Didático

##### JULHO:

13 - Praça XV de Novembro- Projeto Concerto na praça.

20 - 22 - Colégio Antônio Peixoto - Encontro Suzuki de Inverno.

31 - Museu Cruz e Sousa - Aniversário da FCF-Franklim Cascaes.

##### AGOSTO:

11 - Urussanga /SC - Concerto Festivo - Festa do Vinho.

29 - Teatro da UFSC - Concerto Didático.

##### SETEMBRO:

05- FESTA das NAÇÕES/Florianópolis.

##### OUTUBRO:

08 - FENAOSTRA - Concerto de Abertura.

##### NOVEMBRO:

11- Concerto de Abertura do Natal das Luzes.

24- Praça do Ribeirão da Ilha - Encontro de Bandas.

##### DEZEMBRO:

07- Festival das Flores - Largo da Alfândega.

08 -Urussanga (praça) - Festa de Natal.

11- Hospital Universitário/Ala de pediatria - Festa de Natal.

14 - Beira Mar Norte - Apresentação para o Jornal do Almoço.

17 - Largo da Alfândega - Apresentação de Natal.

19 - Concertos populares tendo como locais: Praça XV, Terminal Florianópolis, Calçadão da Felipe Schmidt, Mercado Público e Largo Fagundes.

20- Prédio da Prefeitura Municipal de Florianópolis em todos os andares, e Gabinete da Prefeita - Apresentação de Natal para os funcionários.

20- Catedral Metropolitana - Concerto de Natal.

23 -SERTE - Apresentação de Natal.

#### ANO 2003

##### JANEIRO:

9 a 12 - CHILE - Encontro Internacional de Jovens Violinistas de Viña del Mar.

##### MARÇO:

26 - UFSC TV - Abertura do ano da Academia Desterrense de Letras.

27 - Catedral Metropolitana - Aniversário de Florianópolis.

28 - Clube Tabajara /Blumenau - Congresso da Maçonaria.

##### MAIO:

14 - Largo da Alfândega / Feira do Livro - Homenagem Póstuma ao escritor Apóstolo Pitsika.

##### JULHO:

03 - Colégio Antônio Peixoto - Apresentação Didática.

20 - Reitoria da UFSC - Abertura Encontro de Estudantes de Nutrição.

22 - Colégio Antônio Peixoto - Abertura do Encontro Suzuki de Inverno.

25 - Espaço Cultural Angeloni. (Capoeiras)

29 - Praça Fernando Machado - Aniversário da FCFCC .

##### AGOSTO:

09 - Apresentação do Dia dos Pais.

10 - Praça XV - Projeto Música na Praça.

##### SETEMBRO:

03 - 18h -7º Colóquio Internacional de História das Ilhas do Atlântico.

03 - 21h - Igreja de Santo Antônio - Programação da Festa do Divino Espírito Santo.

20 -Praça XV - Entrega de Instrumentos ao "Projeto Ópera."

24 -UFSC / TV - Academia Desterrense de Letras - Homenagem Póstuma ao escritor Túlio Gondim.

##### OUTUBRO:

07 - Abertura da FENAOSTRA.

09 - Teatro da UFSC - Projeto 12h30.

15 - Colégio de Aplicação da UFSC- Homenagem aos Professores.

18, 19 e 20 - UNIPLAC - LAGES - Participação no Encontro Sul- Brasileiro do Método Suzuki.

## NOVEMBRO:

07 - CIC - Abertura da Semana da Cultura Japonesa.  
23 - Igreja do Divino Espírito Santo - Concerto de Investidura Coral "Vozes do Divino" da Promenor.

## DEZEMBRO:

04 - Largo da Alfândega - Abertura da Festa das Flores.  
06 - Espaço Cultural Angeloni de Capoeiras - Apresentação de Natal.  
13 - Espaço Cultural Angeloni Beira Mar - Apresentação de Natal.  
14 - Largo da Alfândega - Encerramento da Festa das Flores.  
16 - Secretaria de Finanças da Prefeitura - Apresentação de Natal.  
19 - Prefeitura de Florianópolis - Apresentação de Natal.  
22 - Catedral Metropolitana - Concerto de Natal junto com Coro Vozes do Divino.  
28 - Espaço Campeche - Confraternização de Encerramento do ano.

## ANO 2004

## JANEIRO:

07 a 11 - ORQUESTRA ESCOLA - Viña Del Mar/ Chile - Encontro Internacional de Jovens Violinistas.

## FEVEREIRO:

05 a 12 - Colégio Feliciano Nunes Pires (Colégio Militar) ENCONTRO SUZUKI SUL AMERICANO DE VERÃO.

05 - Entrevista a TV RBS - Bom Dia Santa Catarina.

05 - Igreja São Francisco - Concerto de Abertura do Encontro Suzuki sul-americano de Verão.

## MARÇO:

23 - Catedral Metropolitana - Missa de Aniversário de Florianópolis.

30 - Concerto de Inauguração da Casa da Memória.

## MAIO:

08 - Apresentação na Loja Maçônica - Homenagem ao dia das Mães.

22 - Sede do Campeche - Aula Especial para I e II volumes.

## JUNHO:

11 - Apresentação no Espaço Cultural Angeloni Capoeiras.

25 - Apresentação no Espaço Cultural Angeloni Beira Mar.

## JULHO:

23 - Apresentação de Abertura do Encontro Suzuki de Inverno 2004.

## AGOSTO:

04 - Loja Maçônica Ordem e Trabalho.

05 - Concerto comemorativo do Centenário de Fundação da Igreja Bom Jesus - Estreito.

16 - Abertura da Semana Cultural Japonesa. CIC (Espaço Cultural Lindolfo Bell)

## SETEMBRO:

02 - Concerto da Independência do Brasil /Evento Maçônico Clube 12 de Agosto - Florianópolis.

02 - Teatro do Centro de Convenções da UFSC - Abertura da SEPEX .

30 - Igreja São Francisco - Apresentação à Comunidade.

## OUTUBRO:

28 - Apresentação em homenagem ao funcionário público Policlínica do SUS/Florianópolis.

## NOVEMBRO:

10 a 12 - Professores da OMF/OE ministram aulas para o Projeto "PROVIDÊNCIA EDUCA PELA MÚSICA" para alunos da rede pública de SANTIAGO/CHILE.

13 - 5º Concerto Nacional e Cerimônia de Graduação Suzuki do CHILE.

19 - Concerto de Abertura do Natal - Largo da Alfândega/Fpolis.

## DEZEMBRO:

04 - Apresentação de Alunos.

07 - Concerto comunitário - IGREJA SÃO FRANCISCO.

16 - Concerto de encerramento do FESTIVAL DAS FLORES/Fpolis.

21 - Concerto comemorativo do aniversário da UFSC.

23 - CONCERTO DE NATAL juntamente com a Associação Coral de Florianópolis na CATEDRAL METROPOLITANA.

## PROGRAMA do CONCERTO DE NATAL -

23 de Dezembro de 2004:

W. A. MOZART	MISSA da COROÇÃO
J. PACHELBEL	KANON
F. GRUBER	NOITE FELIZ
ADOLPHE CHARLES ADAM	CANTIQUÉ de NOEL
J. S. BACH	JESUS, ALEGRIA dos HOMENS

Participação especial: Coro Infantil Vozes do Divino.

## ANIVERSÁRIO DE FLORIANÓPOLIS CONCERTO ESPECIAL

DIA 23 DE MARÇO DE 2005

## PROGRAMA MUSICAL

RANCHO DE AMOR À ILHA	CLÁUDIO ÁLVIM BARBOSA
RANCHO DE AMOR À VIDA	CLÁUDIO ÁLVIM BARBOSA
ILHA	JORGE COELHO
FLORIANÓPOLIS	OSVALDO MELLO
CANÇÕES TRADICIONAIS	CARTOLA
BARRA DA LAGOA	NECO
RATOEIRA	FOLCLORE
SUITE DO BOI DE MAMÃO	CARLOS A. A. VIEIRA

## DIRETORIA

PRESIDENTE E REGENTE TITULAR: CPF  
CARLOS ALBERTO ANGIOLETTI VIEIRA 018.284.959-72

## VICE-PRESIDENTE:

LUIZ HENRIQUE FONTÃO 845.824.729-15

## TESOUREIRO:

ALEXANDRE CHRISTIAN BARBOSA CORDEIRO 899.499.199-91

## SECRETÁRIA:

KATARINA GRUBISIC VIEIRA 785.121.159-04

## CONSELHO DELIBERATIVO

PEDRO HENRIQUE MACHADO DA SILVA 417.542.399-00

ANTÔNIO APARECIDO FILHO 103.134.128-55

MARIA TERESA REMOR SILVA 596.650.419-91

AFONSO KAZUO TAKAHASHI 038.736.379-36

ANDRÉ LUIZ VIEIRA 555.993.709-68

JONAS DA SILVA JUNIOR 027.668.089-81

IRINEU LOPES MELO 266.319.461-15

CARLOS AUGUSTO VIEIRA 646.722.399-34

MARISTELA MOMM DE MELO 387.027.039-04

## CONSELHO FISCAL

JULIANA HEINEN 528.167.960-00

JUAREZ ECHELI 062.630.469-53

RENATA VERANI BEHR 000.064.269-05

## ARQUIVISTA MUSICAL

OSMARINA VIEIRA 429.611.819-68

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETO DE LEI Nº 322/05

Declara de utilidade pública a Associação Lar Vó Madalena, do município de Papanduva.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública Associação Lar Vó Madalena, do município de Papanduva.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

**Antonio Aguiar**

**Deputado Estadual**

*Lido no Expediente*

*Sessão de 30/08/05*

## JUSTIFICATIVA

A Associação Lar Vó Madalena, do município de Papanduva, com sede nesse município, foi fundada em 27 de maio de 2004, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, existência obrigatória, com sede no Bairro Rondinha, no Município e foro de Papanduva, que tem por finalidade reduzir a miséria quanto ao âmbito material e social e proporcionando condições de acesso à cidadania, seguindo os seguintes objetivos:

a) criar, atender e desenvolver projetos de amparo e promoção humana à criança, ao adolescente, ao jovem e ao adulto socialmente desajustado;

b) contribuir para o processo de transformação social, valorizando o ser humano enquanto cidadão;

c) motivar a comunidade na prestação de assistência a famílias carentes, como também aos idosos e às crianças socialmente necessitadas;

d) orientar aos assistidos quanto aos princípios de cidadania, despertando a consciência dos direitos e deveres, bem como também ao respeito e amor ao próximo.

Trata-se de entidade que se encontra em pleno e regular funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias e sociais, no que concerne às atividades assistências, beneficentes e filantrópicas.

A concessão do título declaratório em questão é de extrema importância para a instituição em causa, pois somente com essa documentação ela poderá firmar parcerias com órgãos estaduais, possibilitando-lhe alcançar seus objetivos estatutários de maneira mais eficaz e abrangente.

Estando dentro dos requisitos legais para que seja declarada sua utilidade pública estadual, conto com o apoio dos ilustres colegas parlamentares para que tal objetivo seja alcançado.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR****PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 28/05****MENSAGEM Nº 988**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o Projeto de Lei Complementar que "Dispõe sobre a carreira e a promoção das praças militares do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente Projeto de Lei Complementar nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 25 de agosto de 2005

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 30/08/05*

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO****GABINETE DO SECRETÁRIO**

EM nº 2687.1/GABS/SSP

Florianópolis, 11 de julho de 2005.

Senhor Governador,

Submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência a minuta de Projeto de Lei Complementar, que dispõe sobre a carreira e a promoção dos Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado.

A Legislação atual que trata desta matéria, Lei nº 1.508/56, apesar de haver sofrido algumas alterações ao longo destes 49 (quarenta e nove) anos de existência, ficou obsoleta especialmente em relação à dinâmica implantada em seu Governo, na área da Segurança Pública.

Houve a necessidade de uma profunda remodelagem na Lei visando atender aos anseios dos profissionais militares desta Pasta e objetivando cumprir orientação expressa e pessoal do Chefe do Poder Executivo Estadual, para a aplicação de um processo de promoção mais humano e justo.

Vossa Excelência, pessoalmente, ouviu reiteradas vezes, a manifestação dos Praças das Corporações Militares do Estado, na busca de uma única forma de acesso ao seu quadro.

Esta Lei Complementar ajusta esse procedimento permitido uma única forma de acesso à carreira dos Praças, qual seja, ingresso como Soldado de 3ª Classe, após a aprovação em Concurso Público.

Essa forma de ingresso irá realizar a elevação profissional aqueles que se destacam pelo trabalho e dedicação permanente à causa policial e bombeiro militar.

Esses Homens serão acompanhados e avaliados permanentemente, visando à sua ascensão no quadro dos praças.

Convém salientar que a proposta em tela é o resultado de estudos realizados por comissão composta de policiais e bombeiros militares, submetida à análise das associações relacionadas, às quais contribuíram com a sua redação final resultando no projeto ora apresentado.

Respeitosamente,

Ivo Impedimento

**Ronaldo José Benedet**

Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO****POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA**

Ofício nº 508/Cmdo-G/05

Florianópolis, 27 de maio de 2005.

Excelentíssimo Senhor

**RONALDO BENEDET**

Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão

Florianópolis - SC

Senhor Secretário,

Com as minhas respeitadas saudações, dirijo-me a V. Exa. para apresentar minuta de projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a carreira e a promoção das praças militares do Estado de Santa Catarina, voltado à valorização e ao aperfeiçoamento do profissional de segurança pública.

A atual legislação que trata do assunto é a Lei Nº 1.508, de 29 de agosto de 1956, que com o passar dos anos sofreu algumas alterações. No entanto há de muito a necessidade de uma atualização mais profunda e que traduza os conceitos modernos de valorização do profissional possibilitando uma carreira baseada na conduta e no aprimoramento técnico profissional, que estimule o homem e a mulher de segurança pública a dedicar-se cada vez mais às atividades relacionadas com a Polícia Militar, Corpo de Bombeiro Militar e seu aperfeiçoamento.

Na atualidade a carreira de praça militar estadual permite três formas de acesso, sendo como Soldado de 3º classe, Cabo e como 3º Sargento, todos por concurso Público, o que inibe as perspectivas de crescimento na carreira, pois os profissionais comprometidos, dedicados e cômpenetrados no serviço, não dispõem de tempo e nem de recursos para se dedicarem a estudos para concurso público, o que desmotiva o seu apromo, tramento técnico profissional.

Desta forma, propõe-se apenas uma forma de acesso a carreira de praças, através de concurso público para ingresso como soldado de 3º classe, e a partir daí estaria ele apto a galgar as demais graduações, com base na antiguidade e merecimento, através de cursos específicos para cada graduação.

Os soldados e cabos constituem a maioria do efetivo das instituições militares, estão limitados aos seus cargos com poucas perspectivas de promoções durante toda a sua vida, não existindo estímulos à melhoria e ao aperfeiçoamento na prestação de serviço à comunidade, pela falta de ascensão profissional. O vislumbre de progresso na carreira funcionará como uma mola propulsora impelindo-os na busca constante do conhecimento e na melhoria do seu desempenho, além do que, a praça passará a ser acompanhado e avaliado a partir do seu ingresso nas fileiras das Instituições, visto que sua ascensão na carreira dependerá tão somente do seu desenvolvimento, comprometimento e desempenho profissional.

Outras inovações importantes que permitirão maior fluidez na carreira apresentadas pela minuta são: o tempo máximo de permanência na graduação de subtenente de seis anos, depois de completado o tempo previsto para a reserva remunerada, dispositivo já previsto para a carreira dos oficiais. As praças que completarem 30 anos de tempo total de serviço passarão para a condição de excedente ao respectivo quadro, até o limite de dez por cento e ainda a promoção pelo dobro do interstício também no limite de dez por cento do número de vagas previstas para o grau hierárquico que passarem a ocupar, cabe ressaltar que este dispositivo já está previsto na Lei Complementar 13.357 de 02 de julho de 2005 na proporção de cinquenta por cento, sendo desta forma reduzidos os atuais percentuais, compensados pelos dispositivos anteriores.

Atualmente existem cento e vinte sete vagas de cabos e trezentos e oitenta e duas vagas de terceiros sargentos a serem ocupadas, cuja repercussão financeira, após a conclusão dos respectivos cursos será de R\$ 19.449,01 (dezenove mil reais quatrocentos e quarenta e nove reais e um centavo) e R\$ 125.944,52 (cento e vinte e 9/mil novecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)/o que ocorrerá a médio prazo, levando-se em conta que as promoções somente serão efetivada após conclusão dos respectivos cursos, que também será alvo de exposição de motivos específica.

Convém salientar que a proposta em tela é o resultado de estudos realizados por comissão composta de policiais militares e bombeiros militares, submetida à análise das associações relacionadas, às quais contribuíram com sua redação final resultando no projeto ora apresentado.

Pelo exposto, encaminhamos a Vossa Excelência a minuta do projeto de Lei Complementar anexo, solicitando que o apresente ao Excelentíssimo Senhor Governador para início ao processo legislativo.

Respeitosamente,

**BRUNO KNHS**

Coronel PM Comandante-Geral da Polícia Militar

**DILSON ALCIDES DE OLIVEIRA**

Coronel BM Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0028.8/2005**

Dispõe sobre a carreira e a promoção das praças militares do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º As promoções das praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina serão regidas de acordo com as normas estabelecidas nesta Lei Complementar.

§ 1º A progressão na carreira no quadro das praças se dará sucessivamente de acordo com o disposto no Anexo Único desta Lei Complementar.

§ 2º Enquadra-se como Praça da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar o Soldado de 3ª, 2ª e 1ª Classe, o Cabo, o Sargento de 3ª, 2ª e 1ª Classe e o Subtenente.

Art. 2º O ingresso no quadro de praças militares se dará através de concurso público, de provas ou de provas e títulos, para preenchimento das vagas previstas nas leis de fixação de efetivo das instituições militares estaduais.

§ 1º Para o ingresso no quadro de praças militares será exigido no mínimo a comprovação da conclusão do ensino médio.

§ 2º Após classificado no concurso público e matriculado no Curso de Formação de Soldado - CFSd -, o candidato selecionado será incluído na graduação de Soldado de 3ª Classe, na condição de Não-Qualificado - NQ -, sendo denominado Aluno-Soldado durante o período de formação.

§ 3º O Aluno-Soldado que não concluir o curso de formação com aproveitamento intelectual mínimo exigido dentro das normas de ensino, nas respectivas corporações, será reprovado e licenciado *ex officio* das fileiras da Corporação.

Art. 3º O Soldado de 1ª Classe e o Cabo somente serão promovidos à graduação de Cabo e 3º Sargento, respectivamente, após aprovação no Curso de Formação de Cabo - CFC - e no Curso de Formação de Sargento - CFS.

§ 1º Além de atender a outros critérios estabelecidos na presente Lei Complementar, será exigido a conclusão do ensino médio para ser matriculado nos Cursos de Formação de Cabo e de Sargento.

§ 2º O Aluno-Cabo e o Aluno-Sargento reprovado pela segunda vez pelo critério de aferição intelectual exigido pelas normas de ensino, nas respectivas corporações, somente terá direito a concorrer à matrícula após decorrido três anos de encerramento do último curso que o reprovou, retornando à sua condição anterior.

§ 3º O acesso às vagas nos Cursos de Formação de Cabo e Sargento se dará na proporção de uma por antiguidade e três por merecimento.

Art. 4º As praças que completarem trinta anos de tempo total de serviço passarão à situação de excedentes ao quadro, até o limite de dez por cento do número de vagas previstas para o grau hierárquico em que se encontram.

§ 1º A praça nesta situação concorrerá à promoção como se no quadro estivesse.

§ 2º Sempre que houver no mínimo trinta vagas em aberto na graduação de Cabo ou 3º Sargento, será realizado o curso de formação correspondente.

#### DOS CRITÉRIOS DE PROMOÇÃO

Art. 5º Os 3º, 2º e 1º Sargentos que completarem o dobro do interstício previsto para a graduação serão promovidos à graduação superior, respeitado o previsto no inciso V do art. 7º desta Lei Complementar, permanecendo excedentes ao quadro, até o limite de cinquenta por cento do número de vagas previstas para o grau hierárquico que passarem a ocupar, iniciando a contagem de tempo de serviço para a próxima promoção na data desta promoção, atendidos os demais requisitos para o ingresso no quadro de acesso.

Art. 6º O Soldado de 3ª Classe, o Cabo e o 3º Sargento serão relacionados, obrigatoriamente, em almanaque anual, por ordem de graduação e antiguidade, em ordem decrescente da classificação final obtida em curso de formação.

§ 1º A antiguidade para as demais graduações será contada a partir da data da última promoção, prevalecendo, em caso de igualdade, a antiguidade da graduação anterior.

§ 2º O acesso na colocação do almanaque é automático, em consequência de promoções, exclusões ou impedimentos verificados nas respectivas graduações.

Art. 7º As promoções serão efetuadas, observando-se o número de vagas, da seguinte forma:

I - graduação de Soldado de 3ª Classe, qualificado por mérito intelectual após conclusão e aprovação no CFSd;

II - graduação de Soldado de 2ª Classe, após ter completado um ano de efetivo serviço na graduação anterior, após qualificado com a aprovação no CFSd, e estar no mínimo no comportamento *bom*;

III - graduação de Soldado de 1ª Classe, após ter completado quatro anos de efetivo serviço na graduação anterior e estar no mínimo no comportamento *bom*;

IV - graduação de Cabo, após ter completado dois anos na graduação anterior, atendendo o previsto no art. 3º desta Lei Complementar; e

V - graduações de 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenente, uma por antiguidade e três por merecimento.

Art. 8º Para promoção por merecimento ou antiguidade é indispensável que a praça tenha sido incluída na relação do respectivo quadro de acesso.

Parágrafo único. Para a promoção a 2º Sargento, a 1º Sargento e a Subtenente, pelo critério de merecimento, é necessário que a praça tenha atingido, por ordem de antiguidade no almanaque, o limite do primeiro terço na respectiva graduação.

Art. 9º Os critérios de aferição para a promoção por merecimento serão regulamentados por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

#### DAS CONDIÇÕES BÁSICAS

Art. 10. Por qualquer dos critérios, ressalvados os casos previstos em lei, a promoção a 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenente, somente poderá ser processada quando o candidato satisfizer os seguintes requisitos:

- I - estar classificado pelo menos no comportamento *bom*;
- II - ter sido submetido à inspeção de saúde;

III - ter realizado teste de aptidão física;

IV - ter, no mínimo, o seguinte interstício:

a) 3º Sargento - quatro anos;

b) 2º Sargento - três anos; e

c) 1º Sargento - três anos; e

V - ter no mínimo a metade do interstício previsto para sua graduação em serviço arregimentado.

§ 1º A inspeção de saúde e avaliação física terão validade de um ano.

§ 2º Na falta absoluta de candidatos que satisfaçam a exigência estabelecida no inciso IV deste artigo, o Comandante-Geral poderá reduzir pela metade o interstício.

§ 3º A frequência e aprovação no Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos - CAS - é requisito para a promoção a 1º Sargento, além dos demais estabelecidos neste artigo.

#### DO PROCESSAMENTO DAS PROMOÇÕES

Art. 11. Em cada relação de acesso, seja por antiguidade ou merecimento, deverá constar o número de candidatos habilitados à promoção, na ordem de acesso, com a soma geral dos pontos obtidos.

Art. 12. A antiguidade e interstício dos sargentos, para efeito de promoção, são contados da data em que foram promovidos à graduação que ocupam, obedecidas a colocação no almanaque e processados os seguintes descontos:

I - tempo de exercício em qualquer função pública não privativa de militar ou que não seja relativo aos Militares Estaduais;

II - tempo de licença para tratar de interesse particular;

III - tempo de cumprimento de pena privativa de liberdade por sentença transitada em julgado;

IV - tempo de privação do exercício da função, em face de sentença judicial transitada em julgado; e

V - tempo de prisão disciplinar com prejuízo do serviço.

Art. 13. A promoção por antiguidade ou merecimento, em cada grau hierárquico, compete às praças que tenham atingido os primeiros lugares na relação de acesso respectivo, dentro do quantitativo de vagas, satisfeitas as condições do art. 10 desta Lei Complementar.

Art. 14. Os programas e diretrizes para os cursos de formação serão organizados pelos órgãos de ensino de cada Instituição Militar e baixados, mediante portaria, pelos respectivos Comandantes-Gerais.

#### DA COMISSÃO DE PROMOÇÕES DE PRAÇAS

Art. 15. O órgão encarregado de processar as promoções é a Comissão de Promoção de Praças - CPP.

Art. 16. A Comissão de Promoção de Praças - CPP - será composta, no mínimo, da seguinte forma:

I - Subcomandante-Geral, como Presidente;

II - dois oficiais superiores;

III - um oficial intermediário;

IV - um oficial subalterno; e

V - um oficial subalterno em serviço na Diretoria de Pessoal, como Secretário.

§ 1º Os membros da Comissão de Promoção de Praças - CPP - serão designados pelo Comandante-Geral por um período não inferior a dois anos, dentre os oficiais lotados na Capital.

§ 2º Ficam impedidos de funcionar nos processos de promoção os membros da Comissão de Promoção de Praças - CPP - que tenham relação com a parte interessada nos graus de cônjuges, ascendentes, descendentes e colaterais, até o terceiro grau, por consanguinidade ou afinidade, devendo ser substituído no respectivo processo.

Art. 17. Compete à Comissão de Promoção de Praças - CPP:

I - organizar as relações de acesso para promoção pelo princípio de merecimento e antiguidade, de acordo com as normas consignadas nesta Lei Complementar; e

II - estudar e emitir parecer sobre os processos relativos às promoções por ato de bravura, ressarcimento de preterição e *post-mortem*.

Parágrafo único. As decisões da comissão serão tomadas de maneira colegiada, não tendo direito a voto o oficial Secretário.

Art. 18. Ao Presidente da Comissão de Promoção de Praças - CPP -, compete:

I - fixar as datas das reuniões ordinárias e convocar as extraordinárias; e

II - designar os relatores de processos, excluído o Secretário.

Art. 19. Aos membros da Comissão de Promoção de Praças - CPP - compete tomar parte nas sessões e relatar os processos distribuídos.

Art. 20. Ao Secretário da Comissão de Promoção de Praças - CPP -, compete:

I - secretariar as sessões, lavrando atas de todos os trabalhos realizados;

II - organizar a distribuição dos processos;

III - despachar com o Presidente;

IV - preparar toda a documentação e correspondência necessária à Comissão, submetendo-as a despacho do Presidente ou à assinatura dos membros, conforme o caso;

V - tomar as medidas necessárias para o preparo e estudo das promoções; e

VI - organizar e manter em dia o fichário e o arquivo da Comissão.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Para ingresso nas Instituições Militares do Estado, na graduação de Soldado, o candidato deverá estar em dia com as obrigações militares e demais disposições a respeito do serviço militar obrigatório.

Art. 22. O Soldado de 1ª Classe, durante o Curso de Formação de Cabo - CFC -, passa a designar-se "Aluno-Cabo - Al Cb", e o Cabo em Curso de Formação de Sargento - CFS - "Aluno-Sargento - Al Sgt".

Parágrafo único. O Aluno-Cabo e o Aluno-Sargento terão precedência hierárquica, respectivamente, sobre os Soldados de 1ª Classe e Cabos.

Art. 23. Aos Alunos em Curso de Formação não se aplica a Lei Complementar nº 137, de 22 de junho de 1995, para os serviços internos.

Art. 24. O Subtenente que ao completar seis anos de permanência na graduação será transferido para a reserva remunerada *ex officio*, desde que conte com mais de trinta anos de serviço.

Art. 25. As praças militares estaduais da ativa poderão prestar concurso público para ingresso no curso de formação de oficiais das respectivas corporações, independente de idade, devendo permanecer na condição de oficial pelo prazo mínimo de cinco anos.

Art. 26. A Lei Complementar nº 259, de 19 de janeiro de 2004, no que se refere ao Quadro Complementar de Praças Bombeiros Militar, e a Lei nº 6.153, de 21 de setembro de 1982, com suas alterações posteriores, no que se refere ao Quadro Especial de Cabos e Terceiros-Sargentos da Polícia Militar, e a Lei nº 13.330, de 16 de fevereiro de 2005, não se aplicarão aos militares estaduais que ingressarem nas respectivas corporações após a publicação da presente Lei Complementar.

Art. 27. O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei Complementar, no que couber, no prazo de cento e vinte dias, ouvido o órgão Sistemático de Gestão de Recursos Humanos.

Art. 28. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações do Orçamento Geral do Estado.

Art. 29. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 30. Fica revogada a Lei nº 1.508, de 29 de agosto de 1956, e demais disposições em contrário.

Florianópolis,

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**

Governador do Estado

#### ANEXO ÚNICO

GRADUAÇÃO HIERÁRQUICA DAS PRAÇAS EM ORDEM DECRESCENTE
SUBTENENTE - Sub Ten
1º SARGENTO - 1º Sgt
2º SARGENTO - 2º Sgt
3º SARGENTO - 3º Sgt
CABO - Cb
SOLDADO DE 1ª CLASSE - Sd-1
SOLDADO DE 2ª CLASSE - Sd-2
SOLDADO DE 3ª CLASSE - Sd-3

\*\*\* X X X \*\*\*

### PROJETO DE RESOLUÇÃO

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 011/05

Institui a criação da medalha de honra e mérito Maurício Sirotski Sobrinho destinada a agraciar, homenagear e reconhecer, a cada dois anos, as Entidades e ou pessoas que prestam relevantes serviços sociais na área da educação infanto-juvenil.

Art. 1º Fica instituída a medalha de honra e mérito Maurício Sirotski Sobrinho, destinada a agraciar, homenagear e reconhecer as Entidades e ou pessoas que prestam relevantes serviços sociais na área da educação infanto-juvenil.

Art. 2º A medalha de honra e mérito será entregue a cada dois anos, tendo como data comemorativa, o dia da criação da Lei nº 8.069 em 13 de julho de 1990.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus

Líder do Partido Liberal

Lido no Expediente

Sessão de 30/08/05

#### JUSTIFICATIVA

A Deputada que este subscreve, com amparo no artigo 184, inciso VI, do Regimento Interno, requer a presente com base nas justificativas a seguir aduzidas:

- Que considerando da maior relevância, de notório interesse público e social, o Poder Legislativo, representado por esta Casa, na pessoa desta Parlamentar, vem através do presente requerer que seja analisada sugestão de Projeto de Lei, acerca da criação da medalha de honra e mérito Maurício Sirotski Sobrinho tendo como objetivo agraciar, homenagear e reconhecer as Entidades e ou pessoas que prestam serviços sociais na área da educação infanto-juvenil;

- Que considerando que a instituição da medalha faz menção e lembrança ao saudoso e renomado empresário dos meios de comunicação Senhor Maurício Sirotski Sobrinho;

- Que considerando sua atuação e de suas Empresas destacada com trabalhos voltados ao incentivo, a ampliação das oportunidades, à proteção e inclusão social, a criação de projetos à educação infanto-juvenil, urge imperiosa a presente proposta, para gerar a partir de seu deferimento, em um instrumento de reconhecimento público relevante pelos serviços sociais prestados ao público infanto-juvenil, visando cada vez mais garantir a promoção da igualdade pela ampliação de oportunidades, ampliando as perspectivas dos jovens, em especial, aos mais carentes para a garantia da cidadania.

- Que através da presente postulação a Casa Legislativa poderá instituir a referência, corroborando com a atuação do destacado Empresário que assumiu em vida o compromisso de direcionar suas ações na busca da inclusão e inserção dos menores e jovens carentes socialmente excluídos e sem oportunidades;

- Que com este escopo, pretende a Parlamentar subscritora ver acatada pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina a presente proposição, por se tratar de honraria de mérito, que por conseguinte, irá gerar a partir de seu deferimento, em um instrumento de reconhecimento público relevante pelos serviços sociais prestados ao público infanto-juvenil, visando cada vez mais garantir a promoção da igualdade pela ampliação de oportunidades, ampliando as perspectivas dos jovens, em especial, aos mais carentes para a garantia da cidadania.

\*\*\* X X X \*\*\*

### REDAÇÕES FINAIS

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0017/05

Institui o Dia do Bacharel em Agronegócios, no Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia do Bacharel em Agronegócios, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a ser comemorado no dia 18 de setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, de 25 agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0062/05

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Itapema.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Itapema, o imóvel com um mil e noventa e dois metros quadrados, sem benfeitorias, matriculado sob o n. 7434 no Cartório do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Itapema.

Art. 2º A aquisição de que trata esta Lei destina-se à construção de um quartel do Corpo de Bombeiros Militar, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal n. 1970, de 15 de julho de 2002, alterada pela Lei municipal n. 2010, de 09 de outubro de 2002.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0107/05

Declara de utilidade pública a Associação Paulo Freire de Educação e Cultura Popular de Fraiburgo - APAFEC.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Paulo Freire de Educação e Cultura Popular de Fraiburgo - APAFEC, de Fraiburgo.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0116/05**

Declara de utilidade pública a Banda Marcial Cidade das Crianças, de Maravilha.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Banda Marcial Cidade das Crianças, com sede no Município de Maravilha.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0184/05**

Autoriza a doação de imóvel no Município de São Miguel d'Oeste.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de São Miguel d'Oeste o imóvel contendo nove mil, quatrocentos e noventa e nove metros e noventa e nove decímetros quadrados, parte de uma área maior, matriculada sob os n. 16.160; n. 16.163; n. 16.167; n. 16.168 e n. 16.170 no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel d' Oeste.

Art. 2º A doação de que trata esta Lei tem por objetivo regularizar a atual ocupação do imóvel pelo Município.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar ou ceder a terceiros, total ou parcialmente, o imóvel.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As disposições previstas no art. 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0185.3/2005

Adite-se ao Projeto de Lei nº PL/0185.3/2005 o art. 4º renumerando-se o atual, que constará como art. 5º:

"Art. 5º Fica revogada a Lei nº 11.244, de 7 de dezembro de 1999."

Sala da Comissão, em

Deputado Jorginho Mello

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 24/08/05

Aprovada a Redação Final

Em Sessão de

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0185/05**

Autoriza a reversão de imóvel no Município de Ibirama.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a reverter, para o Município de Ibirama, o imóvel matriculado sob o n. 13.305 no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Ibirama e cadastrado sob o n. 02736 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º O imóvel referido nesta Lei foi adquirido por doação e deixou de atender a finalidade da aquisição.

Art. 3º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo Secretário de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Lei n. 11.244, de 07 de dezembro de 1999.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL 0186.4/2005

O art. 1º do Projeto de Lei nº PL 0186.4/2005 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a reverter para Manoel Cleófas Souza Furtado e Erna Furtado, o terreno e benfeitorias onde se encontrava instalada a Escola Boa Vista, hoje desativada, localizado no Município de Paineira, matriculado sob o n. 4.695 no Cartório do Registro de Imóveis do 3º Ofício da Comarca de Lages e cadastrado sob o n. 01498 na Secretaria de Estado da Administração."

Sala da Comissão, em

Deputado Jorginho Mello

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 24/08/05

Aprovada Redação Final

Sessão de

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0186/05**

Autoriza a reversão de imóvel no Município de Paineira.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a reverter, para Manoel Cleófas Souza Furtado e Erna Furtado, o terreno e benfeitorias, onde se encontrava instalada a Escola Isolada Boa Vista, hoje desativada, localizado no Município de Paineira, matriculado sob o n. 4.695 no Cartório do Registro de Imóveis do 3º Ofício da Comarca de Lages e cadastrado sob o n. 01498 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º O imóvel referido nesta Lei foi adquirido por doação e deixou de atender a finalidade da aquisição.

Art. 3º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo Secretário de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0187/05**

Autoriza a reversão de imóvel no Município de Paineira.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a reverter, para Valdir Sutil de Liz e Eloi Felipe de Liz, o terreno e benfeitorias onde se encontrava instalada a Escola Isolada Campinas, hoje desativada, localizado no Município de Paineira, matriculado sob o n. 8.751 no Cartório do Registro de Imóveis do 3º Ofício da Comarca de Lages e cadastrado sob o n. 01493 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º O imóvel referido nesta Lei foi adquirido por doação e deixou de atender a finalidade da aquisição.

Art. 3º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo Secretário de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL 0187.5/2005

O art. 1º do Projeto de Lei nº PL 0187.5/2005 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a reverter, para Valdir Sutil de Liz e Eloi Felipe de Liz, o terreno e benfeitorias onde se encontrava instalada a Escola Isolada Campinas, hoje desativada, localizado no Município de Paineira, matriculado sob o n. 8.751 no Cartório do Registro de Imóveis do 3º Ofício da Comarca de Lages e cadastrado sob o n. 01493 na Secretaria de Estado da Administração."

Sala da Comissão, em

Deputado Jorginho Mello

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 24/08/05

Aprovada Redação Final

Sessão de

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0206/05**

Declara de utilidade pública o Instituto Girassol, de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Instituto Girassol, com sede no Município de Florianópolis e foro na Comarca da Capital.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI N. 0210/05**

Declara de utilidade pública a Associação dos Procuradores do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Procuradores do Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Florianópolis e foro na Comarca da Capital.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0212/05**

Declara de utilidade pública o PROVITA - Projeto Vida Itapema, de Itapema.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o PROVITA - Projeto Vida Itapema, com sede e foro no Município e Comarca de Itapema.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0218/05**

Institui o Dia Estadual do Gestor Público.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Gestor Público a ser comemorado no dia 11 de março de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0221/05**

Declara de utilidade pública o Instituto Sílvio Pléticos, de São Pedro de Alcântara.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Sílvio Pléticos, com sede no Município de São Pedro de Alcântara e foro na Comarca de São José.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, de 25 agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0223/05**

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Anjos Mineiros, de Lauro Müller.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Anjos Mineiros, do Município de Lauro Müller.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0224/05**

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Rua Emil Wehmuth e Transversais, da cidade de Blumenau.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores da Rua Emil Wehmuth e Transversais, da cidade de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0226/05**

Declara de utilidade pública o Centro Cultural Egon Frey, de Fraiburgo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro Cultural Egon Frey, com sede e foro na Cidade e Comarca de Fraiburgo.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0227/05**

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores das Ruas Ricardo Georg, Carlos Krueger e Transversais, do Município de Blumenau.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores das Ruas Ricardo Georg, Carlos Krueger e Transversais, do Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0229/05**

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Residencial Vila Isabel e Ruas Adjacências, de Gaspar.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Residencial Vila Isabel e Ruas Adjacências, com sede e foro no Município e Comarca de Gaspar.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0230/05**

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Esportiva e Recreativa Veterano Santos Futebol Clube - ACERVS FC -, Município de Biguaçu.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Esportiva e Recreativa Veterano Santos Futebol Clube - ACERVS FC, entidade sem fins lucrativos, civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional, com duração indeterminada, fundada em 12 de junho de 1995, com sede e foro no Município e Comarca de Biguaçu.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0236/05**

Declara de utilidade pública o Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Braz, de Joinville.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Braz, com sede e foro na Cidade e Comarca de Joinville.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0250/05**

Declara de utilidade pública o Sindicato da Indústria do Vestuário de Criciúma - SINDVEST.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Sindicato da Indústria do Vestuário de Criciúma - SINDVEST, com sede no Município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0257/05

Declara de utilidade pública o Hospital e Maternidade de Santa Cecília, com sede no Município de Santa Cecília.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Hospital e Maternidade de Santa Cecília, com sede no Município de Santa Cecília.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0259/05

Declara de utilidade pública a Associação Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais - CEMEAR, de Presidente Getúlio.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais - CEMEAR, com sede no Município de Presidente Getúlio.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0267/05

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores Caminho Novo, de Palhoça.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores Caminho Novo, com sede e foro no Município e Comarca de Palhoça.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0276/05

Declara de utilidade pública a Associação Comunidade Unida Loteamento Jardim das Laranjeiras, de Palhoça.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunidade Unida Loteamento Jardim das Laranjeiras, com sede e foro no Município e Comarca de Palhoça.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0288/05

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Fragosos, do Município de Campo Alegre.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores de Fragosos, sociedade civil sem fins lucrativos, localizada no bairro de Fragosos, com sede no Município de Campo Alegre e foro na Comarca de São Bento do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0289/05

Declara de utilidade pública o Grupo Folclórico Freude Der Schmetterlinge Volkstanzgruppe Aus Seara, do Município de Seara.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grupo Folclórico Freude Der Schmetterlinge Volkstanzgruppe Aus Seara, com sede no Município de Seara.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0295/05

Declara de utilidade pública a Sociedade Espírita Samaritanos de Maria - SESMA, de Joinville.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Espírita Samaritanos de Maria - SESMA, com sede e foro no Município e Comarca de Joinville.

Art. 2º Ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente à entidade de que trata o artigo anterior.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 008/05

Dá nova redação ao *caput* do art. 1º da Resolução n. 001/2005, que concede abono especial aos servidores da Assembléia Legislativa.

Art. 1º O *caput* do art. 1º da Resolução n. 01 de 26 de abril de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica concedido um abono especial aos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa e aos servidores alcançados pela Resolução n. 469/81, de 10 de julho de 1981 e alterações posteriores, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais, a ser pago a partir do mês de agosto de 2005 até a implantação da reforma administrativa."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar de 1º de agosto de 2005.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 009/05

Dispõe sobre a criação das Frentes Parlamentares no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Ficam criadas as Frentes Parlamentares no âmbito da Assembléia Legislativa com o objetivo de apoiar, incentivar e assistir a estudos relativos a temas de interesse social, econômico e político.

Art. 2º A constituição das Frentes Parlamentares dar-se-á por ato do Presidente da Assembléia Legislativa, mediante requerimento subscrito por, no mínimo, um décimo da totalidade dos parlamentares.

Art. 3º A direção dos trabalhos de cada Frente Parlamentar será exercida por seu presidente, que será o primeiro deputado subscrito no requerimento que lhe deu origem.

§ 1º O presidente da Frente Parlamentar manter-se-á no cargo até a extinção desta, que ocorrerá obrigatoriamente ao final de cada Legislatura.

§ 2º As Frentes Parlamentares poderão ser extintas, a qualquer tempo, por decisão unânime de seus integrantes, mediante comunicação à Mesa.

Art. 4º A composição das Frentes Parlamentares será pluripartidária, ficando assegurado a todos os deputados o direito de integrá-las, bem como de desligar-se das mesmas, mediante Termo de Adesão próprio encaminhado ao seu presidente.

§ 1º Quando do afastamento temporário do presidente, será escolhido um deputado dentre os demais integrantes da Frente Parlamentar, que tomará a direção dos trabalhos.

§ 2º Ocorrendo a vacância do cargo, será escolhido novo presidente, observado o disposto no parágrafo anterior.

Art. 5º Ao final de cada Sessão Legislativa, será entregue ao Presidente da Assembléia Legislativa um relatório das atividades desenvolvidas pela Frente Parlamentar que, juntamente com os deputados integrantes, tomará as providências cabíveis para sua divulgação.

Art. 6º Compete à Mesa adotar as providências necessárias à implementação de medidas cabíveis para o assessoramento técnico das Frentes Parlamentares.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de agosto de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*